

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RENATA FIGUEIREDO MORAES

OS MAIOS DE 1888:
História e Memória
na escrita da História da Abolição. O caso
de Osório Duque-Estrada

NITERÓI
2007

RENATA FIGUEIREDO MORAES

OS MAIOS DE 1888 :
História e Memória
na escrita da História da Abolição. O caso
de Osório Duque-Estrada

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre em
História. Área de Concentração: História
Social.

Orientador: Prof^a Dr^a Martha Campos Abreu

NITERÓI
2007

RENATA FIGUEIREDO MORAES

OS MAIOS DE 1888 :
História e Memória
na escrita da História da Abolição. O caso
de Osório Duque-Estrada

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
História da Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Mestre em História. Área de Concentração:
História Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Martha Campos Abreu – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dr^ª Ângela de Castro Gomes
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Matthias Wolfram Orhan Röhrig
University of Essex

Niterói
2007

III

À minha família,
Papai Nivaldo, Mamãe Raimunda, Nívea, Luiz Fernando e
Roberta
Pela força, compreensão, amor e paciência

AGRADECIMENTOS

Pouco tempo se passou desde aquele agradecimento que fiz para a monografia, em 2004. Mais uma vez agradeço a cidade de Niterói e aos seus moradores.

Nesses dois anos muitas pessoas entraram na minha vida e conviveram comigo nos percalços passados até esse último momento.

Sendo assim, começo a agradecer aos amigos conhecidos durante o mestrado, entre eles, Henrique de Paula, Natália Bastos, Gustavo Alonso e tantos outros que seriam suficientes para ocupar toda uma página de agradecimentos. A todos eu agradeço, pela força nos momentos de dúvida e dificuldade, mas principalmente pela alegria da amizade e do forte carinho.

Aos amigos dos tempos da graduação, dessa vez sem citar nomes, exceto os de Tatiana Figueiredo pelo empréstimo de uma de minhas fontes, e também o de Tarsila Mancebo, pela confiança e apoio não somente dela, mas de toda sua família. A todos da ANPED, principalmente ao Prof. Jésus Bastos, pelos ensinamentos, oportunidades, confiança, carinho, conselhos, enfim, tudo que um bom amigo pode dar, agradeço profundamente.

Aos professores Marcelo Timotheo, Mario Grinspan, Tânia Bessone que nos seus cursos me orientaram até esse produto final.

À orientação de Martha Abreu, sempre na medida certa nos elogios e nos alertas, espero chegar ainda mais longe com sua ajuda e seus ensinamentos, fundamentais para o meu crescimento durante toda essa nossa doce convivência. Às professoras Ângela de Castro Gomes, Hebe Mattos, Rebeca Gontijo, Carolina Viana e também Luigi Bonafé, sempre dispostos a dar uma orientação e fazer alguns esclarecimentos nessa árdua, mas prazerosa, tarefa de fazer História.

E mais uma vez, a todos os meus grandes amigos que tiveram pouco de mim nesses dois anos, agradeço a paciência e compreensão nas minhas faltas nos encontros da turma e na falta de tempo, normal nessa situação.

À minha família, mais uma vez a formada por Fernanda, Almira, Fernando e Marcos, minha madrinha Rosa, e mais uma vez à minha família a qual dediquei esse trabalho, agradeço mais uma vez o amor, carinho, compreensão.

Serei eternamente grata a todos.

Glórias a todas as lutas
Em glórias
Que através da nossa História
Não esquecemos jamais
Mestre Sala dos Mares, João Bosco, Aldir Blanc

RESUMO

Esse trabalho analisa a construção da História da Abolição a partir da obra do Historiador Joaquim Osório Duque-Estrada (1870-1927). Em 1913, Duque-Estrada iniciou a escrita do livro *Abolição, um esboço Histórico*, publicado em 1918. Nele, o autor analisou o processo abolicionista a partir das leis anteriores a 1888 e também as ações do movimento e da adesão popular. A participação de Duque-Estrada nos momentos finais do movimento serviu para que nessa sua escrita introduzisse elementos da sua memória e também daqueles com quem conviveu durante esse período, contribuindo, dessa forma, para as discussões em torno da memória da Abolição, principalmente ao se opor à continuidade da valorização da imagem da Princesa Isabel, a Redentora, ao mesmo tempo que inseriu novos sujeitos ao processo. Deste modo, essa dissertação discute os caminhos traçados pelo autor para a escrita da História da Abolição e participa dos debates em torno dos símbolos e dos heróis do fim da escravidão no Brasil.

ABSTRACT

This research is an analysis on the construction of the Abolition History, based on the book “Abolição, Um Esboço Histórico”, written by the historian Joaquim Osório Duque Estrada. This author started writing the book previously mentioned in 1913, and it was published in 1918. In “Abolição, Um Esboço Histórico”, Duque Estrada analysed the abolitionist process from the laws previous to the 1888 legislation. In addition, Duque Estrada analysis on the abolitionist process was based on the popular adhesion and actions of the abolitionist movement. The participation of Duque Estrada in the final moments of the abolitionist movement, was useful for the insertion of elements not only from his memory, but also from the memories of those with whom Duque Estrada was acquainted with during that period. Besides the contribution for the discussions on the Abolitionist memory, mainly when it is established an opposition to the continuity of the value attributed to Princess Isabel, The Redeemer, Duque Estrada’s “Abolição, Um Esboço Histórico” inserted new names in the Abolition History. Thus, the present dissertation analyses the way followed by Duque Estrada in order to write the Abolition History. In addition, the research participates in the debates on the symbols and heroes of the end of slavery in Brazil.

SUMÁRIO

Introdução	10
COMO SE ESCREVE A HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO	- 10 -
Capítulo I	13
UM LIVRO, UM INTELLECTUAL E MUITAS HISTÓRIAS	13
A ESCRITA DA HISTÓRIA	16
O EDITOR LEITE RIBEIRO	19
O AUTOR OSÓRIO DUQUE-ESTRADA	30
Capítulo II	57
A “EPOPÉIA DA ABOLIÇÃO” E A ESCRITA DA HISTÓRIA	57
O LIVRO ABOLIÇÃO	62
AS PRIMEIRAS LEIS	68
AS FASES DA LUTA ABOLICIONISTA	82
“CONSPIRAÇÃO NAS CASAS, REVOLUÇÃO NAS RUAS”	85
A MARCHA DA ABOLIÇÃO	93
Capítulo III	96
EM TORNO DO 13 DE MAIO: COMBATES DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA.	96
O 13 DE MAIO DE 1888 – A ABOLIÇÃO COMO QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA	96
O 13 DE MAIO NA ESCRITA DE DUQUE-ESTRADA	109
Conclusão	124
SÍMBOLOS E COMBATE, ENTRE PRINCESA ISABEL E ZUMBI	- 123-
Apêndice	128
OS PERSONAGENS DA HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO. O PANTEÃO QUE DUQUE-ESTRADA NÃO LISTOU	- 127-
FONTES E BIBLIOGRAFIA	152
FONTES	152
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	155

Introdução

COMO SE ESCREVE A HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO?

O trabalho que ora apresento não se iniciou exatamente nos limites do tempo dos estudos para o mestrado. O meu histórico de pesquisa na graduação em História, nessa mesma Universidade, já contemplava os temas aqui privilegiados, Historiografia, Abolição, Cultura Popular¹. No entanto, ao “encontrar” Osório Duque-Estrada, um enorme leque de possibilidades se abriu através da sua trajetória, sendo uma delas a atuação de Duque-Estrada no processo abolicionista, seja como um dos participantes do movimento ou como autor de uma obra Histórica sobre a Abolição, em 1918. Além disso, atuou como crítico literário durante mais de dez anos em jornais do Rio de Janeiro, e dentre outras obras foi autor da letra do Hino Nacional Brasileiro, escrita em 1909 e oficializada em 1922.

Porém, diante dos limites de uma dissertação de mestrado, optamos privilegiar a escrita da História da Abolição através da obra *Abolição, um esboço Histórico*. Esse tema não era novo para mim, tendo sido esse livro o tema da monografia de final de curso, em 2005. Nela, foi privilegiada uma leitura mais contemporânea do livro de Duque-Estrada e seus usos como referência bibliográfica para a Historiografia anterior a 1988. No entanto, essa monografia cujo título foi *Abolição: um esboço para a História da Abolição*, não satisfaz a uma leitura mais cuidadosa do livro de Duque-Estrada e inúmeras questões ficaram sem resposta naquele momento. A principal delas foi: por que escrever a História da Abolição 25 anos depois?

Esse problema acompanhou a pesquisa do mestrado e a cada momento novas possibilidades de respostas apareceram. Nos três capítulos dessa dissertação não somente essa pergunta foi feita, mas também outras que cercam o pós 13 de maio, ou melhor, o dia seguinte das comemorações do domingo chuvoso que libertou o país da escravidão. A forma como Duque-Estrada pensou a Abolição, seus marcos e personagens foram aqui pensados durante a leitura que fizemos do seu livro e também de sua trajetória.

As fontes utilizadas nesse texto foram, além do livro *Abolição*, as demais obras do autor, documentação pessoal de Duque-Estrada, disponível no Arquivo da Academia

¹ O contato na graduação com esses temas se deu através de uma bolsa de Iniciação Científica CNPq, Pibic no projeto orientado pela Prof^ª Dr^ª Martha Campos Abreu. Os dois anos de pesquisa em seu projeto foram fundamentais para a elaboração das minhas próprias problemáticas acerca da pesquisa em História. No entanto, tal estudo não seria possível sem a colaboração e os ensinamentos durante o período dessa bolsa, nem muito menos sem a orientação sempre atenta da Prof^ª Martha Campos Abreu e suas indicações de leitura e de problemas.

Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, além de algumas cartas, também abertas à consulta, no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional. Das críticas publicadas pelo autor, nos jornais, foram utilizadas somente as do período em que escreveu o livro, 1913. O motivo da escolha se deve à quantidade de informações fornecidas nessas publicações que acabariam fugindo ao propósito desse momento da pesquisa.

Outras fontes, principalmente periódicos, foram empregadas nesse trabalho devido às problemáticas nelas existentes. Nesse caso, utilizamos as *Revistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* como forma de percebermos a escrita da História no Império, as *Revistas da ABL* com os comentários acerca de Duque-Estrada, a Revista *Mundo Literário*, ao tratarmos da editora Leite Ribeiro que publicou o livro *Abolição*, além dos jornais da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1888 e 1913.

Essa dissertação foi dividida em três capítulos de acordo com a temática proposta nesse trabalho. O primeiro capítulo discute a problemática da escrita da História da Abolição através da trajetória do autor do livro, Osório Duque-Estrada e também a do seu editor, Carlos Leite Ribeiro. A pesquisa biográfica, conforme destacou Giovanni Levi, pode usar o contexto dessas trajetórias para o preenchimento de algumas lacunas. No entanto, alguns problemas a respeito da vida de ambos ficaram sem resposta principalmente devido à falta de informações mais específicas. Porém, tais lacunas não comprometeram o resultado final. E assim, associamos os motivos da escrita e da publicação com a biografia dos envolvidos com o livro.

O segundo capítulo da dissertação é dedicado ao livro *Abolição* e aos seus capítulos. Nesse momento, destacamos a forma como o autor estruturou o livro e a dinâmica que propôs para a História da Abolição. Apontamos nessa parte as fontes utilizadas por ele para a escrita do livro e também a bibliografia que utilizou a respeito desse assunto. Porém, não privilegiamos um diálogo com a bibliografia mais contemporânea por achar que tal empreitada fugiria aos objetivos de ver como a História da Abolição foi escrita em 1913 e as questões daquele momento.

O terceiro capítulo é a síntese de todo esse trabalho. Primeiramente, antes de abordarmos o 13 de maio escrito por Duque-Estrada achamos válido, dessa vez, citar uma historiografia que compreendesse algumas questões tocadas por esse autor, como por exemplo, o movimento abolicionista e as leis anteriores a 1888. A partir disso, propomos um diálogo dessa historiografia com a obra de Duque-Estrada, vendo seus nexos e as influências do autor para a História da Abolição. Após isso, utilizamos os jornais de maio de 1888 para percebermos um pouco da atmosfera que existia na Corte e a recepção dessa lei nos primeiros momentos. O 13 de maio, do livro *Abolição*, foi visto nesse momento a fim de entendermos

as características apontadas por Duque-Estrada para o final do processo abolicionista. O pós-abolição, tema ausente no livro de Duque-Estrada, foi abordado na parte final do terceiro capítulo como forma de conclusão a fim de discutirmos o imaginário criado em torno do 13 de maio de 1888 e também seus efeitos no cenário político do país.

A escrita de Duque-Estrada está baseada na idéia de “arrumação” da História da Abolição. Uma das formas encontradas pelo autor para esse fim foi apontar novos sujeitos para a história do abolicionismo, que, segundo ele, seriam os “verdadeiros precursores da causa abolicionista”. Ao longo de todo o seu trabalho o autor citou exaustivamente nomes e discursos de favoráveis ou não à causa. No entanto, o ápice desse seu objetivo foi a reunião de textos biográficos na parte chamada “Panteão Abolicionista”. Nele, o autor destacou nomes que atuaram no processo abolicionista através de textos escritos por outros participantes do movimento. Essa galeria formada pelo autor vem contribuir para os estudos desse momento ao inserir e valorizar outros atores para as discussões desse período. Além do panteão percebemos ao longo de todo o livro a citação de inúmeros nomes e sua “função” para a causa abolicionista. Deste modo, achamos válido fazer outra galeria, não montada diretamente pelo autor como fez com o Panteão, mas presente no livro. E assim, seguinte ao terceiro capítulo, introduzimos o nosso apêndice com a reunião de todos os nomes tocados por Duque-Estrada durante a elaboração do seu livro, juntamente com as páginas correspondentes e a definição dada pelo próprio autor.

O livro Abolição foi pensado nessa pesquisa como um produto de enquadramento da memória da Abolição. Duque-Estrada no momento da escrita não desvinculou o seu passado abolicionista da sua atuação como historiador. A escolha de fontes, documentos e das citações presentes no livro, da mesma forma que a escolha do prefaciador e dos textos que compõem o Apêndice foram feitas de acordo com a posição que ocupava na sociedade, principalmente sua visão política diante dos acontecimentos que descreveu. A História da Abolição está inserida em duas interpretações no embate monarquistas *versus* republicanos. A posição de Duque-Estrada tende para os últimos e se define a partir da forma que dá ao texto e à trajetória da Abolição.

E assim, pretendemos nesse trabalho colaborar com os estudos sobre a escrita da História do Brasil e também para os que cercam os símbolos da Abolição e os efeitos do 13 de maio para a sociedade brasileira. A História do país é reescrita a cada dia, dependendo dos novos problemas que o presente nos coloca para o nosso passado. Nesse caso, quais os problemas do presente de Duque-Estrada? A resposta pretende vir a seguir.

Capítulo I

UM LIVRO, UM INTELLECTUAL E MUITAS HISTÓRIAS

Em março de 1918, nos jornais da cidade do Rio de Janeiro, mais um livro era anunciado pela Editora Leite Ribeiro & Maurillo. O livro era *Abolição, um Esboço histórico*, escrito por Osório Duque-Estrada. No jornal *A noite*, de 02 de março desse mesmo ano, um anúncio antecipou o lançamento do livro, que seria feito alguns dias depois e deu destaque ao seu prefácio, escrito pelo Conselheiro Rui Barbosa. No *Jornal do Comércio*, de 22 de março de 1918, a seção “Novos Livros” também anunciou as demais obras dessa Editora, dentre elas, *Abolição*, de Osório Duque-Estrada, da Academia de Letras, e repetiu a informação dos outros anúncios acerca do prefácio. O preço do livro também constava no anúncio, 4\$000, e o seu tamanho correspondia a 350 páginas, num formato pequeno. Na versão encadernada seu valor subiria para 6\$000². Outra forma de anunciar os livros era através das colunas literárias, mais no formato de crítica do que de anúncio puro e simplesmente. Nesse caso, *O Imparcial*, de 25 de março de 1918, é exemplo de uma das divulgações do livro de Duque-Estrada, que recebeu um comentário na crítica assinada por João Ribeiro, autor da coluna³.

A História do Livro é um dos caminhos que traçaremos nesse trabalho, uma vez que nos oferece a possibilidade de questionamento acerca das características humanas de uma determinada época, no caso, de quem escreveu um livro, publicou, leu e reeditou. Portanto, temos o livro de História, nesse estudo da prática científica historiográfica, o próprio objeto historiográfico⁴. Ou como indicado por Darnton, a História do livro serve para “*entender como as idéias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos.*”⁵.

² A versão encadernada constava de uma capa vermelha e o livro não ultrapassa o tamanho aproximado de 15 X 10 cm.

³ *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1918, “Acadêmicos e Antiacadêmicos”. O jornal *A época*, do Rio de Janeiro, também é exemplo de meio de divulgação desse livro. Em 30 de março de 1918, anunciou o lançamento de dois livros, sendo um deles *Abolição*. Essa coluna não possui assinatura. O outro livro anunciado é “Homens e Bestas” de Mario Rodrigues.

⁴ BESSONE, Tânia. *Palácios de destinos cruzados*. Bibliotecas e livros no Rio de Janeiro (1870-1920), Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1999, pg. 15. Nesse texto, a autora utilizou as bibliotecas particulares para traçar o perfil dos seus donos, nesse caso, médicos e advogados. Os trabalhos de Robert Darnton, e de Peter Burke, além dos trabalhos de Roger Chartier foram utilizados por essa autora na justificativa no uso da História do Livro.

⁵ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo. Cia das Letras, 1990, pg. 109

Nesse caso, ao tomarmos o livro *Abolição* como nosso objeto historiográfico traçaremos os caminhos que levaram à sua escrita e publicação. Para tanto, utilizaremos a trajetória do autor e do editor, nesse caso, Joaquim Osório Duque-Estrada e Coronel Carlos Leite Ribeiro, sócio da Editora que publicou *Abolição*. Além disso, analisaremos esse livro a fim de percebermos como o autor distribuiu os temas entre os capítulos e como privilegiou determinados assuntos. Desta forma, iremos fazer a trajetória de uma produção histórica de um dos eventos da História Brasileira, a Abolição da Escravidão, ocorrida em 1888. Em 1918, ano da publicação do livro de Duque-Estrada, teremos nele a escrita de uma memória da História da Abolição da Escravidão no Brasil. O autor do livro nasceu em 1870 e testemunhou os eventos de 1888 na cidade do Rio de Janeiro⁶.

Num estudo semelhante, Eliana Dutra utilizou o *Almanaque Garnier* para o traçado de uma Identidade Nacional nos primeiros anos da República no século XX. Ao fazer isso, a autora defende o uso desse tipo de material não como forma de analisar pura e simplesmente os textos nele dispostos e a duração de sua publicação, e, sim, ver a historicidade do Almanaque e sua participação na construção da paisagem intelectual e política do Brasil daquele período⁷. O Almanaque é, ao mesmo tempo, fonte e objeto final de estudo e visto como produção social, cultural e unidade de compreensão. Esse objeto deve ser inserido no contexto em que ele viveu, nos debates que enfrentou, principalmente, nos nexos entre o intelectual e o político e perceber nele uma pedagogia própria da nacionalidade⁸.

Semelhante uso será feito do livro *Abolição*, que, diferentemente do caráter de um Almanaque, que é uma publicação periódica, encontra-se presente no meio editorial desde 1918, através da Editora Leite Ribeiro, tendo em 2005 uma nova edição, dessa vez pela Editora do Senado Federal⁹. No entanto, tanto o livro quanto o Almanaque possuem semelhanças e objetivos comuns no seu uso como fonte historiográfica. Se Eliana Dutra optou por ver seu objeto numa perspectiva sincrônica, ou seja, nas direções que o Almanaque apontou, ao invés de seguir uma perspectiva cronológica, o mesmo será feito com *Abolição*. Na leitura desse livro reteremos nossa atenção nos aspectos levantados pelo autor para o processo abolicionista, as fontes que utilizou, os autores com quem dialogou, enfim, na própria ordem dos capítulos e dos assuntos privilegiados no processo abolicionista. No

⁶ O livro *Abolição* foi lançado em 1918, mas seu autor informou no Intróito do livro que ele foi escrito entre os meses de dezembro de 1913 e fevereiro de 1914. O ano de 1913 marcou os 25 anos da lei do 13 de maio. No terceiro capítulo dessa dissertação veremos o nível dessa comemoração e uma possível interferência na escrita de Duque-Estrada.

⁷ DUTRA, Eliana. *Rebeldes Literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte, MG, Humanitas-UFGM, 2005, pg. 40

⁸ *Ibidem*

⁹ O livro *Abolição* também se encontra disponível na internet no site www.dominiopublico.gov.br, onde várias obras reeditadas pela Senado Federal estão disponibilizadas para download no site do governo.

entanto, não será nosso objetivo discutir novamente as etapas desse processo, e sim como elas são incorporadas por Duque-Estrada para a História do Abolicionismo, e como fazem parte de uma das etapas da nossa História¹⁰. Através do livro *Abolição, Esboço Histórico*, buscaremos objetivos semelhantes a quem trabalha com História dos livros, ou seja, o quanto esse objeto pode contribuir para a formação de uma sociedade e, nesse caso, para as “batalhas” que envolveram a memória da História da Abolição no período Republicano.

Outra questão que será valorizada nesse trabalho é sobre os caminhos por que passou a escrita do livro e a biografia do seu autor. Isso se deve à revelação que essa trajetória pode nos dar sobre os motivos que o levaram a produzir o livro, em 1913, e lançá-lo pela Editora Leite Ribeiro, em 1918. Essa trajetória é o que Darnton chama de “ciclo de vida dos livros” que se inicia no autor e passa pelo editor, pelo impressor, distribuidor, vendedor, chegando ao leitor¹¹. A análise dessas etapas nos revelaria os diferentes interesses existentes na sua escrita, edição, venda e leitura, e também, como sofreram alterações no tempo e no espaço, e as relações existentes entre o econômico, o social, o político e o cultural¹². Devido aos limites desse trabalho e da existência de outras questões, privilegiaremos nesse momento duas fases do ciclo indicado por Darnton: a do autor e a do Editor. Ambas já são suficientes para as respostas acerca dos caminhos que queremos traçar para a escrita da História da Abolição.

O que leva à escrita? As dúvidas a esse respeito são, na maioria das vezes, obscuras. No entanto, essa, especificamente, é o ponto de partida na análise de um texto histórico. Contudo, para sua resposta, o contexto biográfico também recebe atenção, não só por fazer parte do ciclo indicado por Darnton, mas também pela inserção por parte do autor de elementos humanos na escrita, ou, até mesmo, nas escolhas que faz, não só de documentos, mas também do próprio objeto de estudo¹³.

Outros elementos também são de responsabilidade do autor, como por exemplo, as preferências referentes à forma, assim como a resposta às críticas, a utilização do livro, a escolha do prefaciador e o conteúdo em si, nesse caso, a forma como estrutura os capítulos e apêndices. Nesse primeiro capítulo, reteremos nossa atenção no contexto biográfico no qual se insere o livro, ou seja, as trajetórias do editor e do autor.

¹⁰ Certeau aponta que o trabalho “científico” se dá na redistribuição do espaço. Ou seja, o livro deverá nesse caso ser “desfolhado” e refeito a fim de que cumpra seu papel de fonte e objeto. CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense, 1982, Pg. 83

¹¹ DARNTON, op. Cit. Pg. 112. A História da leitura também é um caminho interessante no estudo de uma sociedade. No entanto, tal atenção não será dada porque demandaria tempo e esforços que iriam além dos objetivos desse trabalho. Cf. CHARTIER, Roger. “Textos, Impressos, Leituras” in: *A História cultural*. Entre práticas e representações, Difel, 2002

¹² DARNTON, op. cit. pg. 112

¹³ DARNTON, op. cit. pg. 18

A ESCRITA DA HISTÓRIA

O livro *Abolição*, segundo as informações do próprio autor, foi escrito em 1913 e lançado em 1918. Essas duas datas ainda estavam muito próximas do evento do qual trata o livro, a Abolição da Escravidão. Tanto o autor quanto o prefaciador desse livro, Rui Barbosa, possuem ainda muito vivos, nas suas memórias, alguns acontecimentos desse período. No texto de ambos, e principalmente na introdução de Duque-Estrada, conseguimos de imediato saber o que querem com o livro, uma espécie de “História passada a limpo”. Os autores pretenderam, a partir de seus textos no livro, “elucidar” os caminhos para com a História do Brasil, mas não fazer a História completa, e sim um “esboço Histórico”, conforme lembrado por Rui Barbosa no prefácio, e enfatizado pelo próprio autor no título da obra¹⁴. No entanto, ainda assim, utilizaram para a escrita da História da Abolição considerações próprias a respeito da trajetória do movimento abolicionista, e que teremos oportunidade de ver em outro momento mais específico.

A própria liberdade do autor ao escrever um livro de História produz o que Certeau chamou de dois tipos de História. O primeiro corresponde à reunião de documentos feita pelo historiador e que servem para a estruturação de modelos. Nesse caso, o historiador é responsável por aquilo que é pensável através dos documentos por ele reunidos. E o segundo tipo está mais ligado à sua relação com o vivido, onde há um esforço por parte do próprio autor em restaurar um esquecimento “*e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram.*”¹⁵. Na mesma dinâmica historiográfica segue a interrogação sobre o real. Segundo Certeau há duas posições diferentes a respeito do procedimento científico: o real, como aquele que é conhecido, nesse caso, aquilo que o historiador compreende e estuda de uma sociedade; e o real “alterado” pela operação científica, ou seja, aquilo ao qual se refere o historiador e visto a partir de métodos e formas de compreensão¹⁶. Esses dois pontos tocados por Certeau definem dois tipos de História, conforme indicado anteriormente, pois segundo ele,

¹⁴ BARBOSA, Rui. “Prefácio”. In: DUQUE-ESTRADA. Osório. *Abolição*, Brasília, Editora do Senado Federal, 2005, pg. 16-17. A fim de facilitar a compreensão e o acesso ao livro, hoje disponível na internet, estamos utilizando nesse trabalho a última edição, que pode ser consultada no site anteriormente citado. No entanto, quando necessário iremos recorrer ao texto de 1918, principalmente na disponibilização dos capítulos e os seus formatos, sendo esse uso informado em nota de rodapé.

¹⁵ CERTEAU, op. Cit. , pg. 46

¹⁶ *ibidem*, pg. 45

“um primeiro tipo se interroga sobre o que é pensável e sobre as condições de compreensão; a outra pretende encontrar o vivido, exumado graças a um conhecimento do passado.”¹⁷

No nosso caso, podemos perceber através desse livro de Duque-Estrada, logo nos primeiros textos de abertura, o prefácio e o intróito, que tanto o autor quanto Rui Barbosa deixaram claro que naquele momento existiam duas leituras para a História da Abolição: uma que defendia a ação da Princesa e outra que defendia a dos abolicionistas. E assim, temos essas duas compreensões acerca da História da Abolição, a que é conhecida pelo Historiador e a que ele interfere através de método. No entanto, caímos na mesma armadilha se o historiador escreve o que ele viveu, ou seja, utiliza da sua memória. As trajetórias do prefaciador e do autor do livro vão mostrar que para eles apenas uma leitura poderia ser feita da História da Abolição, a dos abolicionistas. No entanto, outro “real” também existia e assim se deram as “batalhas” em torno da memória da Abolição.

Nas palavras de Rui Barbosa:

“A tradição dos acontecimentos corrompe-se logo ao nascedouro. Os fatos surdem à flor da corrente que os traz, já decompostos, revoltos e meio afogados na lenda. Vendo como se turva e abastarda tão cedo, tão depressa, tão de repente, a face da realidade, em relação aos sucessos da mais grave importância e da expressão mais notória, que ainda ontem corriam, e ainda hoje vão correndo aos nossos olhos, os que viveram, como nós, a vida mesma desses acontecimentos, assistimos à sua rápida transmutação numa silva de fábulas monstruosas ou extravagantes, em meio das quais se acaba, até, perdendo o tino da verdade.”¹⁸

Segundo Duque-Estrada,

“A legião dos falsos triunfadores tende a aumentar, dia a dia. Eis por que se não quer que a crônica da Abolição venha a ser feita pelos contemporâneos, e sim pelos falsificadores da História, que se deixam facilmente suggestionar e inspirar nas lendas e nos romances urdidos pelo interesse dos usurpadores de glórias e adesistas de última hora. (...) Os fatos, os documentos e o testemunho dos arquivos hão de depor com mais eloquência e mais circunspectamente que as palavras, para reconduzir ao plano inferior de onde nunca deviam ter saído, as figuras apagadas, e, antes, reatoras, dos estadistas e dos príncipes, que a

¹⁷ *ibidem*, pg. 46

¹⁸ BARBOSA, op. Cit. Pg. 15

solidariedade congregou no momento da capitulação extorquida pelo povo, pretendendo metamorfoseá-los irrisoriamente em heróis e pioneiros daquela santa cruzada”¹⁹

Após esses dois depoimentos acerca das batalhas que envolveram a memória da Abolição, pretendemos perceber quais os instrumentos utilizados pelos “batalhadores” para a “imposição” de uma dessas versões. E assim, defenderemos nesse capítulo que os instrumentos utilizados por Duque-Estrada estão presentes nesse livro, escrito em 1913 e publicado em 1918, após 30 anos do evento que lhe deu o nome.

A outra fase, que corresponde ao ciclo do livro a ser privilegiada, é a dos *Editores*, esses cujo nome significa dar a luz, oferecem o nosso próprio objeto historiográfico²⁰. Os documentos referentes à qualquer editora são capazes de revelar inúmeras informações sobre a publicação de obras, privilégio de assuntos e até mesmo dar um panorama sobre o país em termos de cultura escrita. A dificuldade no trabalho com editoras, principalmente as primeiras do Brasil, mostra-se nos poucos registros que algumas deixaram, principalmente devido à constante troca de proprietários²¹. Apesar disso, é possível perceber as relações dos editores com determinados autores, livreiros e autoridades políticas através das próprias estratégias de propaganda utilizadas por eles para a divulgação dos seus livros.

Outra relação que não pode deixar de ser tocada nesse ciclo é a do autor-editor, ainda que utilizemos para isso da própria biografia do editor, ou do autor. No entanto, não podemos deixar de notar que a atividade editorial, conforme ressalta Bragança nas considerações de Chartier, não deixa de ser uma atividade mercantil, que é dirigida por demanda, investimentos financeiros e voltadas para a venda²². Essa observação acaba por cruzar os caminhos da decisão de se editar um determinado livro, e também as formas de divulgação do mesmo, já que a propaganda é a alma do negócio. É a partir dos questionamentos a respeito da demanda por determinados assuntos em um período que poderemos analisar algumas edições, e, no nosso caso, o livro *Abolição*, lançado em 1918 pela Editora dirigida pelo Coronel Carlos Leite Ribeiro. Essa mesma editora, em 1924, lançou um livro que se tornou clássico devido a

¹⁹ DUQUE-ESTRADA, “Intróito”, op. Cit. Pg. 21-22

²⁰ BRAGANÇA, Aníbal. *Uma introdução à História editorial Brasileira*. Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa

²¹ Grande parte das livrarias do final do século XIX e início do XX possuem pouca documentação disponível devido ao curto tempo de umas ou então da constante troca de proprietários. Tânia Bessone indica a década de 90 do século XIX como um momento de profundas mudanças refletindo a grave crise política econômica do início do período republicano. Essa crise fez com que várias livrarias fechassem. BESSONE, op. Cit. Pg. 94. Cf. BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos, decadistas*, Campinas, SP, Ed. Unicamp, 1991; HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1985. Sobre a dificuldade dos literatos nesses tempos Cf. EL FAR, Alessandra. *A Encenação da imortalidade (1897-1924)*, Rio de Janeiro, FGV, 2000, pg. 32

²² BRAGANÇA, op. Cit. Pg. 3

inúmeras reedições, *A Campanha Abolicionista*, de Evaristo de Moraes. Ambos os livros possuem tempos e propósitos diferentes na análise da História do abolicionismo, mas o que os liga não pode deixar de ser lembrado: serem lançados inicialmente pela editora de Leite Ribeiro, abolicionista da década de 80.

Devido às dificuldades, conforme já ressaltado anteriormente, de se trabalhar com documentos de editoras, utilizaremos nesse trabalho com a Leite Ribeiro basicamente as informações contidas na sua principal publicação, a Revista *Mundo Literário*. A revista de publicação mensal foi editada entre os de 1922 e 1926 e nela encontramos variadas informações a respeito da editora, dos livros lançados, e também informações sobre um dos seus sócios, o coronel Carlos Leite Ribeiro.

Deste modo, com o privilégio dado ao autor do livro e ao seu editor, além da análise do seu conteúdo, poderemos traçar alguns motivos para a sua escrita e publicação no ano de 1918.

O EDITOR LEITE RIBEIRO

A editora do livro *Abolição, um Esboço Histórico*, a Leite Ribeiro e Maurillo, apareceu no cenário editorial brasileiro em 1917, com sede no Rio de Janeiro, na Rua Santo Antonio, nº3²³. No entanto, anos depois encontramos seu nome sem a referência a Maurillo²⁴. Nos arquivos da Junta Comercial do Arquivo Nacional não foi possível encontrar nenhum documento que fizesse referência à transação comercial que originou a editora, nem muito menos alguma informação mais específica dos seus sócios. O periódico de vida longa da Editora Leite Ribeiro, *Mundo Literário*, de publicação mensal entre os anos de 1922 e 1926, nos forneceu algumas informações sobre a própria editora e seu principal sócio, o Coronel Carlos Leite Ribeiro. No terceiro volume da revista, publicado em novembro de 1922, o nome da editora já aparece sem o Maurillo, mas sua localização continua sendo a mesma que em 1917. Os diretores da revista em 1922 eram Pereira da Silva e Théó Filho, e o secretário Agripino Grieco. O preço da revista era de 2\$000²⁵. Na edição de maio de 1925 encontramos na capa da revista os seus novos editores: Freitas Bastos, Spicer & Cia. E na edição seguinte

²³ Esse endereço consta na contra capa do livro *Abolição*, 1918

²⁴ A respeito de Maurillo, nada foi encontrado nem no Arquivo Nacional, nem muito menos nas revistas que identifiquem esse outro sócio da editora.

²⁵ *Mundo Literário*, Rio de Janeiro, Ano I, 1922, 5/11, nº12, Vl. 3. Esse preço está na capa da revista.

há a publicação de uma entrevista com José de Freitas Bastos²⁶, com a indicação de ser um dos chefes da firma que levava seu nome, além de ser editor da Revista *Mundo Literário*.

A principal informação que temos sobre Leite Ribeiro consta nessa publicação, que no mês de dezembro de 1922 reproduziu os discursos feitos num jantar em homenagem ao seu editor, organizados pela Revista *Mundo Literário*²⁷. Nele, discursaram, além do próprio Leite Ribeiro, Agripino Grieco, Pontes Miranda e Coelho Neto, que, dentre outras questões, destacaram o livro no Brasil e a sociedade intelectual no ano do Centenário da Independência. Além disso, temos uma parte do apêndice do livro de Duque-Estrada dedicada a Leite Ribeiro. Ela também será utilizada como forma de conhecimento biográfico do editor.

Carlos Leite Ribeiro e sua atuação como editor corresponde ao terceiro tipo apontado por Chartier sobre a História Editorial²⁸. Segundo esse autor, na segunda metade do século XIX, a profissão de editor tornou-se autônoma, e se emancipou do comércio da livraria e o editor, nesse caso, apareceu como um intermediário inteligente entre o público e os trabalhadores envolvidos na produção de um livro²⁹. No entanto, a fim de criar tipologias próprias brasileiras, Aníbal Bragança vai definir e conceituar três tipos de editor no Brasil: o impressor-editor; o livreiro-editor e o editor, simplesmente³⁰. Segundo ele, essa última categoria tornou-se mais comum por volta de 1850 durando sua hegemonia em torno de um século. Reteremos nossa análise nesse último por ser semelhante ao que precisamos nesse momento.

O editor da segunda metade do século XIX tem como centro o autor, e, seu lugar de trabalho é o escritório³¹. Há a necessidade de que esse editor tenha um conhecimento do mercado de bens culturais a fim de estabelecer a sua linha de atuação e, assim, decidir no processo de seleção de originais e dentro do potencial de consumo dos leitores. Além disso, é importante para esse editor ter boas relações e ser movido por objetivos não só econômicos,

²⁶ *Mundo Literário*, Rio de Janeiro, Ano IV, 1925, 05/06, n° 38, Vl. 13, pg. 146. Na própria entrevista há informações sobre Freitas Bastos: “antigo advogado nesta capital, ex-secretário geral do estado do Amazonas e atual chefe da editora ‘carioca’”.

²⁷ A indicação de Coronel aparece em toda parte quando fazem referência a Leite Ribeiro.

²⁸ Segundo Chartier existem três modos de “edição”. O primeiro sendo anterior à imprensa, o segundo, ele chamou de antigo regime tipográfico, indo de 1470 a 1830, e o terceiro, desde então. CHARTIER, apud BRAGANÇA. Op. Cit. Pg. 4

²⁹ CHARTIER, apud BRAGANÇA, op. cit. Pg. 4

³⁰ Idem, BRAGANÇA, op. Cit. pg. 6-7. O Impressor-editor tem o domínio sobre as técnicas da tipografia. A oficina é de sua propriedade e centraliza os processos de seleção de livros e edição. Para livreiro-editor o seu principal meio de trabalho é o mercado e por isso precisa estar atento para as demandas, além de ter boas relações com os autores e clientes.

³¹ *Ibidem*

mas que sejam ao mesmo tempo culturais, e, na maioria das vezes, sentir responsabilidades políticas diante da sociedade em que atua³².

Essas características apontadas por Bragança correspondem ao editor deste estudo, Leite Ribeiro. Nesse texto, o autor usou como exemplo de editor, Monteiro Lobato, que em 1918 comprou a *Revista do Brasil*, editada em São Paulo. Da mesma forma que Leite Ribeiro, Monteiro Lobato se utilizará da propaganda na imprensa para atingir um público leitor. As limitações do mercado brasileiro comentadas por Leite Ribeiro na década de 20 também foram os obstáculos de Monteiro, como, por exemplo, o baixo índice de alfabetização e pouca tradição letrada³³. No entanto, o nosso editor também estará muito próximo das características apontadas por Bragança para livreiro-editor, cujo exemplo maior é Francisco Alves. Segundo esse autor, essa categoria correspondeu ao editor mais ligado ao mercado do que à oficina e para o seu sucesso precisava ter uma boa relação com os clientes, além de perceber quais as demandas existentes a fim de formar um bom catálogo³⁴.

No entanto, assim como Francisco Alves, Leite Ribeiro também possuiu as influências da segunda metade do XIX, que no seu contexto de lutas político-ideológicas, especialmente em favor da Abolição e da República, contribuíram para um ambiente favorável à ampliação do público leitor³⁵. As mudanças vindas com os novos tempos republicanos sejam elas de caráter econômico, social, político e cultural, estão ligadas à formação de uma maior rede de possibilidades para o mercado livreiro, como por exemplo, a chegada de novas tecnologias de impressão, a entrada de imigrantes e ao aumento de consumidores em potencial associado aos progressos da alfabetização³⁶. O comércio livreiro adquiriu outra dinâmica a partir do ideário republicano e quem identificou as novas demandas dos leitores pôde progredir na carreira editorial³⁷. Um dos exemplos de progresso foi Francisco Alves que se tornou o paradigma do livreiro-editor devido à sua forma de trabalho, muito diferenciada das outras livrarias de então³⁸. O catálogo de livros da Francisco Alves correspondia a livros técnicos, jurídicos e

³² Ibidem, pg. 7

³³ Ibidem, pg. 21

³⁴ Ibidem, pg. 19

³⁵ Ibidem, p.19

³⁶ Dentre essas inovações, segundo Alessandra El Far estão as inovações tecnológicas de impressão, a chegada de imigrantes dispostos a investir nesse setor, o número de escravos libertos e possíveis consumidores e pequenos progressos de alfabetização, dentre outros. EL FAR, Alessandra. "Livreiros do Oitocentos". In: *Páginas de Sensação*. Cia das Letras, 2005, pg. 29-30

³⁷ Ibidem,

³⁸ Um outro grande editor da segunda metade do século XIX foi B. L. Garnier, ou mais conhecido, segundo Nelson Werneck Sodré, como Bom Ladrão Garnier. Esse apelido não era gratuito. Sua pequena loja na Rua do Ouvidor, escura e cheias de teia de aranha conforme informou Coelho Neto, se mudou no primeiro ano do século XX para um luxuoso prédio na Rua do Ouvidor. Muitos foram editados por Garnier que conseguiu enriquecer através dos negócios dos livros. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Civilização brasileira, pg. 237-8; Cf. DUTRA, op. Cit. Pg. 24

literários, sendo seu forte os livros didáticos. O “Rei do Livro”, nome como ficou conhecido, alcançou o topo do universo editorial brasileiro e contribuiu de certa forma para a própria tradição das letras no Brasil, ao deixar, em 1917, sua fortuna para a Academia Brasileira de Letras³⁹. A exigência para isso foi a realização, por essa instituição, de dois concursos a cada cinco anos, um que premiasse a difusão da língua portuguesa e outro que premiasse a produção a respeito da melhoria do ensino escolar⁴⁰.

Os periódicos lançados pelas editoras, da mesma forma que os almanaques e outros impressos, são valiosas fontes que nos indicam a produção de uma História, de uma tradição ou da preservação de uma memória num momento de definição dos elementos que vão compor o Estado Nacional Republicano⁴¹. As letras também fazem parte desse conjunto de símbolos da nação que são definidos ao longo dos anos, seja de forma espontânea, ou mesmo proposital⁴².

Outra questão que não pode ser esquecida ao tratarmos da formação de uma cultura letrada é a própria situação profissional dos intelectuais do período. É bastante conhecida a diversidade de atividades profissionais exercidas por eles, justamente devido à dificuldade que tinham em se manter somente dos seus escritos. Esses intelectuais exerciam atividades comuns que iam de jornalistas ou assinantes de alguma coluna diária ou semanal em um grande jornal, à atuação em colégios, na política (com certa redução dessa ao longo dos primeiros anos do século XX), na diplomacia e outras que pudessem oferecer algum ganho a mais⁴³. Os acúmulos dessas atividades os tornavam conhecidos, e acabavam por viver da contradição de ter um reconhecimento intelectual, que não correspondia ao financeiro⁴⁴. Um

³⁹ SODRÉ, op. Cit. pg. 239. A herança deixada por Francisco Alves era em torno de 5 mil réis. EL FAR, 2005, op. Cit. Pg. 35.

⁴⁰ BRAGANÇA, op. Cit. pg. 20

⁴¹ Eliana Dutra ao estudar o Almanaque Garnier considerou esse tipo de material “um lócus privilegiado para a percepção dos projetos de uma elite modernizadora, bem como das suas tentativas de construção de uma história, de uma memória e de uma imagem da nação no Brasil no começo do século XX”. Ele se prestaria à execução e a instrumentalização de uma pedagogia da nacionalidade. DUTRA, op. Cit. Pg. 39

⁴² Podemos apontar o Hino Nacional como um exemplo de definição dos símbolos da República no Brasil. Sua música é herança da época do Império e sua consolidação como hino republicano se deu de forma um tanto quanto espontânea em 1890. Nessa ocasião, uma manifestação militar havia sido preparada em homenagem a Deodoro quando, durante a execução de marchas militares um pedido para que tocassem o hino de Francisco Manuel ocorreu de forma espontânea. Segundo José Murilo de Carvalho, a República nesse momento precisou se render à tradição e manter o hino imperial. CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil, São Paulo, Companhia das letras, 1990, pg. 122. No entanto, apenas a música permaneceu e um concurso em 1909, proposto por Coelho Neto, escolheu a letra que melhor se encaixasse na música de Francisco Manuel. O vencedor do concurso foi Osório Duque-Estrada com o “Ouviram do Ipiranga”. No entanto, somente em 1922 essa letra seria oficializada como Hino Nacional Brasileiro. MORAES, Renata. “O brado retumbante”, *Nossa História*, Ano 3, n° 36, pp. 55-59.

⁴³ BRITO BROCA, op. Cit.

⁴⁴ PEREIRA, Leonardo A. M. “Literatura em movimento. Coelho Neto e o público das ruas”. In: CHALHOUB, S.; PEREIRA, L.; NEVES, M. S. *História em cousas miúdas*. Capítulos de História Social da Crônica. Campinas, SP, ED. Unicamp, pp 199-235. Leonardo Pereira cita Coelho Neto como exemplo de intelectual que trabalhava quase dez horas por dia e via no grande volume de publicação um meio de alcançar mais prestígio.

dos exemplos foi Euclides da Cunha que vendeu o direito definitivo de sua obra máxima por um valor irrisório⁴⁵. Esse é um dos inúmeros casos de submissão dos homens letrados a contratos, principalmente com importantes editoras, e que, na maioria das vezes, não satisfazia os seus interesses materiais, e recebiam somente, em alguns casos, um “lucro de ordem moral”, conforme dizia o próprio Euclides⁴⁶.

O editor desse período não deixa de estar no meio do caminho, entre a dúvida de um possível sucesso editorial e a boa remuneração do autor. Leite Ribeiro, num discurso que fez em 1922 para uma platéia que o homenageava, falou sobre a situação do livro no país naquele momento⁴⁷. Segundo ele, já se lia bastante no Brasil, mas ainda era insuficiente e apontou as causas dessa situação. Primeiramente, a extensão do país que dificultava a chegada da produção à periferia⁴⁸. O segundo ponto que prejudicava as vendas dos livros era a concorrência estrangeira, e também a falta de adesão aos produtos do país. O terceiro era a respeito da indiferença dos poderes públicos em relação a essa questão. Leite Ribeiro destacou São Paulo como exceção nesse caso. E por fim, o problema do preço da venda do livro, que atingia diretamente o consumo⁴⁹. A grande concorrência com os livros estrangeiros era um dos motivos para as poucas edições de algumas obras. Isso se dava como forma de evitar um prejuízo maior por parte do editor⁵⁰. A respeito da comparação entre o tratamento dado ao mercado editorial no Brasil e no exterior, Leite Ribeiro destacou a questão dos livros didáticos, que em outros países recebiam um apoio da instrução pública que os recomendavam. No Brasil, não existia esse incentivo, e segundo Leite Ribeiro,

No entanto, a grande carga de trabalho acabava por deixar o homem das letras num conflito entre os valores artísticos e os puramente comerciais.

⁴⁵ BRAGANÇA, Aníbal. “Lendo a História editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha: As edições Lammert”. In: *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 15, 1997, pp.155-179

⁴⁶ Ibidem. Euclides da Cunha cedeu os direitos definitivos de *Os Sertões* a Laemmert, no valor de 1:800\$000, pagos em duas vezes. Temos uma idéia do quanto essa transação foi ruim para o próprio Euclides através do preço da cessão dos direitos para somente a segunda edição, que foi no valor de 1:600\$000, um pouco menos do que os definitivos. Não podemos esquecer que esse livro ainda teria mais de trinta edições e nessa transação que fez garantiu apenas a reserva de 50 volumes de cada edição.

⁴⁷ *Mundo Literário*, Rio de Janeiro, Ano I, 1922, 5/11, n°12, Vol. 3

⁴⁸ Essa questão é apontada por Sodré onde diz que a dificuldade da distribuição não ficava restrita apenas ao comércio de livros, mas também de jornais. SODRÉ, op. Cit. Pg. 239

⁴⁹ Um outro diagnóstico muito presente naqueles que dissertam sobre a difícil vida do livro no Brasil é o analfabetismo. A restrição do público leitor era uma das dificuldades de uma possível expansão para o mercado editorial, e também para a imprensa. Segundo Eliana Dutra, José Veríssimo em 1900 chamava atenção para os 90% de analfabetos existentes na população brasileira naquele ano. DUTRA, op. Cit. Pg. 21-22

⁵⁰ *Mundo Literário*, 1922, op. Cit. A obtenção da matéria prima era um outro problema apontado por Leite Ribeiro.

“o mais com que nós editores podemos contar é com a boa vontade e a muito relativa influência do honrado mestre diante dos seus discípulos, para os trabalhos por aquele escrito, mais isso mesmo é feito a título precário sob riscos de morte, jubilação ou transferência do professor, portanto ainda de modo a não autorizar novas edições”⁵¹

Apesar dessas dificuldades não serem novas no tempo em que a Editora Leite Ribeiro foi inaugurada, em 1917, seu editor, nesse discurso, em 1922, informou uma vontade mais que apenas comercial na opção pela atividade editorial. Antes de se tornar livreiro, Leite Ribeiro informou as dificuldades por que passou desde a infância, mal conhecendo as letras, até entrar para o comércio, classe semibárbara segundo sua própria definição.

No entanto, as suas dificuldades não poderiam ser comparadas ao do escravizado, nas suas palavras:

“outro ente humano, unicamente, conosco, caixeiros, se emparelhava na estrada do trabalho martirizante: o escravizado mas, como este era uma propriedade, figurante no ativo comercial do seu proprietário, como mercadoria sujeita a deterioração e conseqüentemente à desvalorização venal, havia mais interesse em defender-lhe a vida e a saúde do que a nós mesmos.”⁵²

Numa outra fase de sua vida, Leite Ribeiro passou a freqüentar as aulas noturnas no Liceu de Artes e Ofício, e logo depois passou a se interessar e agir nas questões que interessavam à Pátria. E uma delas foi a extinção do cativeiro, conforme as palavras do próprio editor,

“lembrei-me dos companheiros dos amargos dias passados e embora como pouco mais do simples faxineiro, alistei-me na legião dos que, na memorável Gazeta da Tarde, sob a chefia do grande Patrocínio, combateram, até o triunfo, pela extinção do cativeiro, a meu ver a cruzada mais brilhante mais sacrossanta, de quantas registra a história brasileira”⁵³

A atuação de Leite Ribeiro no movimento Abolicionista foi lembrada pelo próprio Duque-Estrada no apêndice de *Abolição* quando o autor reproduziu o comentário de um dos diretores da Confederação Abolicionista, Serpa Júnior, sobre Leite Ribeiro:

⁵¹ Ibidem, pg. 238

⁵² Ibidem, pg. 236

⁵³ Ibidem, pg. 237

“Quem dirige a Rua do Ouvidor teve a ventura de conhecê-lo de perto na redação da Gazeta da Tarde, da qual o Coronel Leite Ribeiro fazia parte nos gloriosos tempos da propaganda abolicionista, trabalhando esforçadamente, ao lado de José do Patrocínio, pela redenção de uma raça”⁵⁴

Não somente a face abolicionista de Leite Ribeiro foi tocada por Duque-Estrada nesse texto que encerrou seu livro. A atuação política do editor logo nos primeiros anos da República também foi mencionada, quando no Conselho Municipal atuou negando um pedido do prefeito, em 1899, para um empréstimo no exterior⁵⁵.

A opção de Leite Ribeiro pelo comércio dos livros, após se aventurar na política logo nos primeiros anos da República, veio por acreditar que nessa atividade:

“iria encontrar muita fidalguia de trato, iria colher muita cultura intelectual, sobretudo na convivência, que eu teria de entreter com os eleitos do talento e do saber: e não errei”⁵⁶.

E fazendo uma ponte entre a função social do editor e do intelectual, Leite Ribeiro apontou que a divulgação dos livros estava envolvida com a educação, e, nesse caso, o combate ao analfabetismo, não era interesse só do livreiro, mas também da imprensa e do Estado, por ser esse um problema nacional e não apenas individual ou de classes⁵⁷. Porém, essa função social dos editores não era regra entre os proprietários de livrarias e nem impedia as mudanças, como por exemplo a troca de proprietários, dos locais e nomes das livrarias⁵⁸. A Leite Ribeiro também foi atingida pela já mencionada troca de donos, conforme já citado anteriormente.

Nos discursos de 1922, outros problemas também tiveram vez na homenagem a Leite Ribeiro. Pontes Miranda, que fez um discurso logo em seguida ao de Ribeiro, prendeu sua fala na situação do país naquele momento, pois, no ano de comemoração do Centenário da Independência, milhares de analfabetos ainda existiam, e a missão dos intelectuais, que

⁵⁴ SERPA JÚNIOR, apud, DUQUE-ESTRADA, op. Cit. pg. 256

⁵⁵ Ibidem. Pg. 253. Duque-Estrada não informou com maiores detalhes esse episódio. Apenas reproduziu uma parte do jornal *Cidade do Rio* onde Patrocínio elogiou a ação de Leite Ribeiro.

⁵⁶ LEITE RIBEIRO, *Mundo Literário*, 1922, op. Cit. Pg. 239

⁵⁷ Ibidem

⁵⁸ Essa troca de proprietários e lugar não era novidade dos tempos republicanos. Desde 1870 era comum essa troca, conforme cita Alessandra El Far. Segundo a autora, essa instabilidade é sinal da demora que esses negociantes de livro passavam até se firmar definitivamente nesse comércio, exemplo disso é o próprio Garnier que antes de chegar ao luxuoso prédio da Rua do Ouvidor, havia passado também pela Rua da Quitanda e pela Nova do Ouvidor. EL FAR, 2005, op. Cit, Pg. 33

tenham se afastado da atividade política na República, estaria ligada a esse setor iletrado da sociedade.

Pontes Miranda faz uma descrição do Brasil e dos intelectuais daquele momento:

“Somos no ano do Centenário, a imagem social dos cômodos que se nos deparam nas estradas das nossas selvas; grandes, mais fofos, pela ação daninha do cupim e da formiga, que parece se transplantarem, desde 1889, para o mundo social”⁵⁹

E completou,

“nós mesmos, homens de letras, temos entre nós o cupim e a formiga. Há também, entre nós, a extravagância passageira e o amoralismo envelhecido”⁶⁰

No final do seu discurso, seu argumento a respeito da diferenciação entre intelectual e político ficou mais direto. Ambos parecem ser adversários e isso prejudicaria o próprio desenvolvimento do país, segundo Pontes Miranda:

“Todo o Brasil é um problema, que o empirismo e o racionalismo não podem resolver. E o sociólogo saberá que três grandes intelectuais podem fazer o que mil políticos não fazem. Porque o homem público é ouvido, complacentemente, por vinte ou cem pessoas, e o intelectual por milhares(...) Os livros tem mais leitores que o Diário Oficial. Bilac fez mais pelo exército do que os relatórios das comissões; Coelho Neto, que a mediocridade tirou do posto político, fez mais pela nacionalidade do que os ministros que o país não conhece.”⁶¹

Os demais discursos, o de Agripino Grieco e de Coelho Neto pouco trataram da questão literária, não tendo esse último discurso a reprodução na revista.

Outro momento de valiosa informação sobre a editora e o editor é a entrevista de Freitas Bastos, novo editor da *Mundo Literário* em 1925, à revista, onde comentou a situação da Leite Ribeiro naquele ano.⁶² Uma das primeiras informações é a respeito do período e número de publicação da editora. Segundo ele, em 7 anos a livraria havia lançado no mercado do país 348 edições de autores nacionais e de assuntos variados. Essas obras correspondiam a publicações científicas e didáticas, literatura, romance, poesia, conto, novela e crônica de

⁵⁹ Ibidem, pg. 242

⁶⁰ Ibidem,

⁶¹ Ibidem, pg. 243

⁶² “A crise do livro”. in: *Mundo Literário*, Ano IV, 1925, nº 38, vl. 13, pp. 145-147

atualidade, dentre outras. Esses números, segundo Freitas Bastos, contrastam com as informações de que haveria uma crise do livro brasileiro.

Da mesma forma que Leite Ribeiro, Freitas Bastos também vai teorizar sobre as dificuldades existentes para as editoras no país. Para ele, não existia crise do livro e sim a falta de uma propaganda instrutiva e sistematizada, “promovida em ação conjunta pelos editores brasileiros”⁶³. A outra problemática que já havia sido apontada por Leite Ribeiro anos antes era a respeito da dificuldade na divulgação das obras pelo Brasil, devido à sua extensão, que da mesma forma prejudicava o conhecimento de obras aparecidas em outros Estados, e que permaneciam desconhecidas em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro. Apesar disso, Freitas Bastos afirmava que nos últimos cinco anos crescia a estatística de livros de autores impressos no interior, no próprio meio onde foram meditados e escritos. Segundo esse editor, era necessária a promoção de todas as publicações nacionais fora das fronteiras onde foram editadas, feita com uma propaganda hábil e persistente⁶⁴.

E assim, temos reclamações comuns a respeito das editoras e do comércio livreiro no Brasil. No entanto, o aspecto acima de tudo mercantil da atividade livreira não podia nesse momento ficar preso somente às questões comerciais, o aumento do público leitor era fundamental para a sobrevivência do próprio comércio.

Desta forma, temos a seguinte situação do livro nas primeiras décadas da República: o público leitor aumentara devido às mudanças vindas com a virada do século, principalmente Abolição e República, no entanto o problema do analfabetismo ainda persistira como um obstáculo para o aumento mais significativo desse público; a imprensa periódica, principalmente os jornais surgidos no final do século XIX contribuíram para um aumento no número de leitores. A própria História do Livro se serviu da imprensa à medida que essa última contribuiu, desde o Século XVI, para a divulgação de textos que não seriam publicados em forma de livros⁶⁵. Essas situações, mencionadas ao longo desse trabalho se completam com a trajetória do editor Leite Ribeiro, sua atuação na política e no comércio de livros. Deste modo, podemos perceber que sua editora foi uma combinação de vontades e objetivos para o Brasil das primeiras décadas republicanas. Após passar pela política, Leite Ribeiro voltará para a atividade comercial através do mercado livreiro que para ele não era apenas uma

⁶³ Ibidem, pg. 146

⁶⁴ Ibidem

⁶⁵ CHARTIER, Roger. “Da História da Cultura impressa à História Cultural do impresso” in: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, VI. 28, jan/jun de 2005, pg. 81-102.

atividade mercantil, mas uma oportunidade de entrar em contato com uma “cultura intelectual”, como ele mesmo disse⁶⁶.

E assim, podemos notar que a opção por algumas publicações, além de responder a algumas demandas, também, de algum modo, correspondia aos próprios interesses do editor e do grupo ligado a ele. Os presentes na homenagem feita a Leite Ribeiro em 1922 correspondem exatamente a um grupo freqüentador da livraria e ligados ao seu editor pioneiro⁶⁷. A trajetória de Leite Ribeiro, homem ligado ao comércio, com poucos estudos, com uma passagem pela política e tendo participado de movimentos, segundo ele, de *interesse para a Pátria*, o diferencia de outros editores, e assim, nos leva a crer que a publicação de uma obra sobre a Abolição não seria tamanha coincidência, como quis acreditar Duque-Estrada. O próprio autor reproduziu um comentário de Leite Ribeiro, citado por Patrocínio, acerca do comércio e a escravidão:

“não há de ser aumentando o consumo em um milhão e meio de consumidores, que eu prejudique o comércio da minha terra; não há de ser dando ao trabalho esperança, e bem-estar ao trabalhador, que eu anarquize a lavoura nacional”⁶⁸

Segundo Duque-Estrada, Leite Ribeiro pouco se importava com quem não acreditava que o comércio, essencialmente conservador, não poderia dar contingente para a propaganda da Abolição⁶⁹.

Defendemos que por se tratar de um ambiente de sociabilidade na cidade, tanto a livraria Leite Ribeiro, quanto o seu editor, influenciaram a compreensão de uma parte da História do Brasil através da publicação de livros sobre o assunto. Outro livro que teve como tema o movimento em prol da Abolição foi o de Evaristo de Moraes, *A campanha Abolicionista*, lançado pela Editora Leite Ribeiro, em 1924. No comentário feito pelo próprio autor na *Mundo Literário*, Evaristo de Moraes indicou o que para ele seria a História da Abolição⁷⁰. Tendo iniciado seus trabalhos sobre o período abolicionista com textos sobre o tráfico e sobre a liberdade dos nascituros, Evaristo continuou nos seus estudos com o uso de

⁶⁶ LEITE RIBEIRO, *Mundo Literário*, 1922, op. Cit. Pg. 239

⁶⁷ Ibidem. Alguns dos presentes no jantar de 1922: Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Osório Duque-Estrada, Humberto de Campos, Bastos Tigre, Ronald de Carvalho, Gustavo Barroso, dentre outros, além dos telegramas recebidos de Evaristo de Moraes, Monteiro Lobato, Cornélio Pires, Miguel Couto, dentre outros. Além disso, na revista de dezembro de 1925, há um texto especial sobre os momentos que a Livraria era freqüentada, principalmente em 1922. “Curiosa enquête literária”. In: *Mundo Literário*, 24/12/1925, n° 45, pg. 520-526.

⁶⁸ DUQUE-ESTRADA. Op. Cit. Abolição, pg. 255

⁶⁹ Ibidem, pg. 256

⁷⁰ “A campanha Abolicionista”. In: *Mundo Literário*, Ano 1924, 5/2, n° 22, Vl. 8, pg. 71-74

fontes oficiais, como os Anais das Câmaras, Coleções de Leis e de Jornais, Obras Históricas, e também o que ele chamou de “polêmica pessoal”. Durante seis anos o autor disse ter reunido os textos que compuseram o livro *A Campanha Abolicionista*. Ainda segundo o autor, a inexatidão de parte de seu texto em relação ao movimento se refere à falta de informações sobre ele em algumas províncias.

Na análise de Evaristo, sua missão no momento em que escreveu a História da Abolição foi a de exatidão, ao referir-se aos fatos, e imparcialidade, ao julgá-los. No entanto, reconhece que não satisfaria a todos,

“Não me coloquei no ponto de vista estreito e apaixonado dos propagandistas da Abolição; abstraí, mesmo, de considerações pessoais, de amizade ou inimizade; fui, até onde me permitiu a fragilidade humana, *historiador-juiz* (grifo do autor). Receio, por isto mesmo, não agradar, nem aos sobreviventes campeões da Abolição, nem aos sustentadores da necessidade temporária da Escravidão, a quem eles chamavam *escravocratas* (grifo do autor)”⁷¹

Por fim, sobre os personagens do período da campanha abolicionista, diz o autor:

“Não diminui nem agigantei figuras; tão pouco não as desloquei. Apresentei as tais como as encontrei delineadas pelos seus atos, dentro dos acontecimentos. Louvei Patrocínio e Nabuco sem menosprezar Cotegipe e Andrade Figueira. (...) E no meio do cenário, destaquei o Imperador, sem os atavios com que o adornava o aulicismo de ontem e o exalta a saudade de hoje, mas prestigiado pela benemerência que lhe confere a sua intenção persistente *emancipadora* (grifo do autor).”⁷²

Sendo assim, a Leite Ribeiro abrirá seu espaço para obras que trataram exclusivamente da Abolição da escravidão, seja qual for a perspectiva. Neste caso, poderia ser tanto da forma como Duque-Estrada tratou da Abolição, desde as primeiras contestações a partir da Lei de 1831, até com Evaristo de Moraes que datou a duração da campanha Abolicionista por nove anos⁷³. E, portanto, temos o caso do editor Leite Ribeiro e suas obras lançadas, como exemplo de compromisso com a própria História dos movimentos que participou. No entanto, não encontramos nem nos arquivos pesquisados sobre Duque-Estrada nem sobre Leite Ribeiro algum momento em que ambos negociassem a publicação do livro *Abolição*. O autor no livro

⁷¹ Ibidem

⁷² ibidem

⁷³ Ibidem. Segundo Evaristo de Moraes, a campanha abolicionista durou nove anos e nesse período forças vivas da nação se debateram em prol da liberdade de “milhares de criaturas”.

não fez também nenhuma referência aos anos entre a escrita e a publicação. No entanto, acreditamos que as informações coletadas a respeito da biografia do editor e, em seguida, a do autor, serão suficientes para apontar alguns motivos para a escrita da História da Abolição em 1913 e sua publicação em 1918, pela Editora Leite Ribeiro.

O AUTOR OSÓRIO DUQUE-ESTRADA

A fase do editor apontada por Darnton foi privilegiada até agora no objetivo de traçar os caminhos da intenção da escrita por parte do autor, com os motivos da publicação, por parte do editor. Após essas considerações, passemos para a abordagem de uma parte da biografia de Joaquim Osório Duque-Estrada, principalmente para entendermos melhor sua relação com o movimento abolicionista e com a sua sociedade no momento em que escreveu. O outro objetivo nessa parte do capítulo é traçar caminhos que justifiquem o livro *Abolição* como um momento de enquadramento da memória do processo abolicionista.

A vida de Duque-Estrada aqui nesse trabalho será abordada de acordo com algumas indicações dadas por Giovanni Levi em seu texto sobre os usos da biografia. Diante da diversidade na abordagem das trajetórias individuais, muito devido as suas riquezas e complexidades, Levi propõe algumas abordagens para os estudos biográficos. Dentre elas, tomamos a “biografia e contexto” por satisfazer nossos objetivos e também sobre as fontes existentes sobre essa biografia. Nesse caso, a biografia é conservada na sua especificidade, mas o meio e a época também são fatores de relevância e de explicação da trajetória⁷⁴. Algumas dificuldades no trabalho com biografia se dão, em algumas vezes, no problema do acesso às informações sobre a vida do biografado. Nisso, o contexto serve para o preenchimento de lacunas, da mesma forma que o grupo ao qual pertenceu o biografado também se mostra como fonte no traçado dessa trajetória. Seguindo essas orientações, buscamos traçar um pouco da biografia do Editor Leite Ribeiro, e, para isso utilizamos de discursos de pessoas ligadas a ele e das informações fornecidas pelo próprio. Neste momento, privilegiaremos a vida do autor de *Abolição* seguindo as mesmas indicações: com uso de fontes que tratem diretamente da vida de Duque-Estrada, informação sobre ele dita por outros, e o meio em que viveu como forma de justificar ou explicar melhor suas escolhas e intenções para a escrita, especialmente do livro *Abolição*.

⁷⁴ LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta M. AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. FGV, pg. 175

Da mesma forma que Leite Ribeiro, o acesso às informações sobre a vida de Duque-Estrada envolveu principalmente a sua vida profissional. A Academia Brasileira de Letras foi um dos locais de acesso às informações a respeito de algumas de suas obras, cartas do autor a amigos e a contatos profissionais, recorte de jornais e outros documentos manuscritos. Da mesma forma que a Biblioteca Nacional, principalmente, na seção de manuscritos no arquivo de Coelho Neto, que forneceu algumas informações através das cartas de Duque-Estrada a esse seu amigo. Além disso, os comentários a respeito de Duque-Estrada na própria Academia Brasileira de Letras, sua coluna nos jornais e seus livros também se constituíram como fontes nesse estudo sobre sua vida e obra. Ao longo do texto novas oportunidades de informações sobre fontes irão aparecer, sendo comentadas sempre que necessário.

Joaquim Osório Duque-Estrada nasceu em 29 de abril de 1870 em Paty dos Alferes e faleceu em 1927 na cidade do Rio de Janeiro⁷⁵. Filho de Delphina Duque-Estrada e de Luiz Azeredo Coutinho de Duque-Estrada, seu pai foi tenente-coronel e serviu na Guerra do Paraguai. Por ser muito amigo do General Osório, Luiz Azeredo deu esse nome a seu filho. Osório Duque-Estrada é o oitavo neto do Conselheiro Domingos de Azeredo Coutinho Duque-Estrada que foi vereador da Câmara Municipal e capitão-cirurgião reformado da Guarda Nacional da Corte, tendo nela servido por 18 anos. Duque-Estrada teve três irmãos: Emília, Carlota e Luiz Carlos, esse último foi médico e cirurgião do Exército, professor de História Natural do Colégio Militar, e escreveu “Noções Preliminares de História Natural”, em 1913. Osório teve três filhos do seu casamento com Ilidia Aguiar Duque-Estrada: Saulo, Cyro e Magnus⁷⁶.

A carreira profissional de Osório Duque-Estrada atravessou diversas habilidades, a maioria delas ligada às letras, exceto quando foi nomeado Secretário de Legação e encarregado de negócios do Brasil no Paraguai, assim que completou 18 anos. Permaneceu nesse cargo por um ano e meio. Ao voltar para o Brasil, fixou residência em Minas Gerais, entre os anos de 1890 a 1893, quando redigiu o jornal “Eco de Cataguases”. A carreira no magistério iniciou-se no Ginásio de Petrópolis onde ficou até o ano de 1902⁷⁷. No Rio de Janeiro, atuou primeiramente no Internato do Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, em 1903, quando foi nomeado regente interino da cadeira de História do Brasil. Em 1904, foi nomeado, também de forma interina, para a cadeira de História Universal, dessa vez para o

⁷⁵ A causa da morte segundo o atestado de óbito foi febre tifóide, miocardite. Foi sepultado no São João Batista, Rio de Janeiro. Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

⁷⁶ Grande parte dessas informações foi retirada das notas biográficas do livro *Hino Nacional Brasileiro*, escrito por Fernando Campos Duque-Estrada, neto de Osório Duque-Estrada. Esse livro foi publicado em 2002 e segundo o autor é para suprir uma lacuna sobre o autor da letra do Hino Nacional Brasileiro. pg. 50-51

⁷⁷ *ibidem*

Externato do Ginásio Nacional. Em 1906, Duque-Estrada foi substituído por Luiz Gastão de Escragnolle Dória. Em 1907, seu nome aparece nos relatórios do Externato como regente da cadeira de geografia das turmas suplementares daquele ano, mas não aparecendo no ano seguinte⁷⁸. Duque-Estrada também atuou na Escola Normal, por volta do ano de 1924⁷⁹.

A diversidade nas atividades profissionais de Duque-Estrada, como educador, crítico literário nos jornais, e diplomacia, no curto período no Paraguai, é típica entre os homens letrados da Primeira República⁸⁰. Nesse momento, o jornalismo aparece como mais um trabalho e Duque-Estrada não ficaria de fora dessa regra⁸¹.

Além disso, a atividade na imprensa periódica está diretamente ligada à consolidação da profissão de escritor. Esse veículo vinha desde a campanha abolicionista sendo o celeiro de jovens intelectuais que freqüentavam as redações dos jornais e que futuramente encontraram nelas a fonte de um trabalho periódico e remunerado⁸². O jornalismo era a alternativa daqueles que não conseguiriam viver somente da publicação de livros ou das atividades no magistério. No entanto, conforme lembra Eliana Dutra ao citar Sérgio Miceli, o jornalismo, além de fonte de renda, também servia de campo de atuação política e canal de divulgação de idéias e textos⁸³. Esse canal substituíra, de certa forma, a distância desses intelectuais do campo político, propriamente dito, nas primeiras décadas da Primeira República⁸⁴, mesmo os do Rio de Janeiro, onde a cidade combinava a vida política e intelectual do período⁸⁵.

Essa questão sobre o possível afastamento da geração do final da década de 80 do século XIX da política foi um dos motivos que a deixou conhecida como “geração boêmia”, e

⁷⁸ Nesse período a educação era assunto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No site da Universidade de Chicago os relatórios desse ministério encontram-se disponíveis, da mesma forma que outros Ministérios do período. <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>

Os documentos acerca do Ginásio Nacional também foram consultados nos arquivos do fundo de Educação do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Demais documentos sobre esse Ministério e outros da História do Brasil também podem ser encontrados nesse site.

⁷⁹ Essa informação consta numa carta de Duque-Estrada enviada a Paulo de Azevedo, responsável pela Editor Francisco Alves, em que reclama do prefeito do Rio de Janeiro que adiou o pagamento aos docentes da escola normal. *Carta de Osório Duque-Estrada a Paulo Azevedo*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1924, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

⁸⁰ DUTRA, op. Cit. pg. 25

⁸¹ SKIDOMORE, Thomas. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, Pg. 243

⁸² BRAGANÇA, 1997, op. Cit, pg. 170

⁸³ DUTRA, op. Cit. Pg. 22

⁸⁴ *Ibidem*, Pg. 25. O afastamento dos intelectuais é justificado na maioria das vezes devido a possível decepção sofrida com os rumos que tomara a República. João do Rio fez uma enquête literária com 74 escritores entre os anos de 1904 e 1905 com perguntas que variavam sobre a influência literária, as principais obras e o futuro da literatura. A República e os seus rumos apareceram na maioria das respostas desses escritores. Essas entrevistas foram reunidas no livro *Momento Literário*, com a primeira edição em 1907 pela Livraria Garnier. A edição que destacamos é a de 1994 publicada pela Fundação Biblioteca Nacional.

⁸⁵ DUTRA, op. Cit. Pg. 23

as explicações para tal definição são variadas⁸⁶. No entanto, Brito Broca ao teorizar sobre os intelectuais no advento da República, vai definir como boêmios aqueles que, no fundo, pretendiam viver somente das letras, se libertando das outras profissões. Os que tentaram viver assim escreviam para inúmeras publicações, e essa era a forma encontrada para essa sobrevivência, dita boêmia⁸⁷. A falta de incentivos para esses literatos viria desde a época do Império, e segundo Brito Broca, justificou certa adesão republicana desses homens das letras. Segundo o autor, “o que a geração de 89 reclamava do trono, era, precisamente, a melhoria das condições de vida para a atividade, a profissão literária, essa atividade que os ‘novos’ de então exerciam sob o aspecto rebelde de ‘boemia’”⁸⁸. Essa mesma geração que se dedicava às letras chegou a viver um conflito entre a missão da literatura e a sobrevivência através dela⁸⁹, e teve sua produção chamada de “sorriso da sociedade”⁹⁰. As chamadas obras de diversão, que alguns autores consideravam sem grandes relevâncias sociais, era o reflexo da instabilidade profissional vivida por esses literatos que não viam alternativas a não ser produzirem variadas e numerosas obras como forma de garantir prestígio e fonte de renda. O nome dado a esse tipo de literatura, “descomprometida”, não refletiu a mudança na postura do escritor diante da sociedade e da sua função para com ela⁹¹, e refletiu apenas os anos difíceis da época de “paz” da “belle epoque”. Nesse caso, de boêmia essa geração não tinha nada.

⁸⁶ Mônica Veloso usará a categoria “intelectuais humoristas boêmios” para classificar uma geração de homens letrados frequentadores dos cafés no início da República no Rio de Janeiro. Esses lugares seriam um espaço de uma prática organizadora da cidade e também local de conflito entre os “intelectuais boêmios” e os “intelectuais acadêmicos”, sendo esses últimos aqueles que tinham conseguido frequentar um outro espaço de sociabilidade intelectual “oficial”, no caso, uma academia que estaria um pouco distanciada do burburinho social, como por exemplo os cafés. VELOSO, Monica Pimentel. “Os cafés como espaço da moderna sociabilidade”, in: LOPES, Antonio Herculano (org) *Entre Europa e África: a invasão carioca*. Rio de Janeiro, Fund. Casa de Rui Barbosa, Topbooks 2000, pg.231-244. Uma outra explicação para essa “categoria” de intelectuais foi dada por João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, onde para ele essa definição de Boêmios é datado mais do período modernista onde houve uma total condenação do período anterior, principalmente o conhecido como Belle Epoque. Os memorialista e biógrafos dos “antigos Boêmios” são levados a reinventar uma tradição dando aos parnasianos um momento digno para a história literária brasileira. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. “A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias” in: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. M. (org.) *História Contada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp. 233-263

⁸⁷ BROCA, op. Cit. pg. 119-121

⁸⁸ Ibidem, pg. 121. No entanto, não seria apenas o Império a oferecer dificuldades para os homens das letras. Brito Broca destacou as dificuldades sofridas por alguns intelectuais na época de Floriano Peixoto.

⁸⁹ PEREIRA, op. Cit. O exemplo de coelho Neto

⁹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão Nacional na Primeira República, Ed. Brasiliense, 1989, pg. 113

⁹¹ PEREIRA, op. Cit.

O profissional das letras

Duque-Estrada seguiu o perfil da sua geração⁹². Inicialmente, aproximou-se do grupo abolicionista ao lado de Patrocínio no *Gazeta da Tarde*⁹³. Apesar de ainda jovem em 1888, Duque-Estrada encontrou na imprensa abolicionista homens influentes no seu tempo, tais como Rui Barbosa e Coelho Neto. Com Coelho Neto, Duque-Estrada cultivou uma grande amizade, como é possível perceber nas inúmeras cartas que escreveu para o “amigo Neto”⁹⁴.

A atuação de Duque-Estrada nos jornais data desde 1893 quando publicava esporadicamente crônica e poesias. No entanto, somente com a crítica literária da coluna “Registro Literário” ganhou espaço definitivo nos jornais da cidade do Rio de Janeiro⁹⁵. Essa coluna foi criada por ele na ocasião da sua entrada para a redação do jornal *Correio da Manhã* e passou a ser publicada semanalmente às segundas-feiras desde 1908 até 1914. Ainda em outros dois jornais, essa coluna teria vez, no Jornal *O Imparcial*, entre os anos de 1915 a 1917, e no *Jornal do Brasil* entre os anos de 1921 a 1924⁹⁶. Essa coluna, que variava de tamanho, mas que na maioria das vezes não ultrapassava a crítica de 4 livros, serviu de espaço para a divulgação de lançamentos de livros e de crítica literária. Nessa época, Duque-Estrada era bastante temido devido às duras críticas que fazia em sua coluna, tendo sido apelidado por um crítico seu de “guarda noturno da literatura brasileira”. Para ele, esse título foi o único dado com razão e justiça e isso o fez tomá-lo com orgulho e não renegar sua posição de vigia da língua⁹⁷. Nesse caso, segundo ele, converteu a pena de escritor em apito de vigia, e comparou-se à polícia, sendo tão temido quanto⁹⁸.

Nos jornais, em plena efervescência da disputa presidencial de 1913, Duque-Estrada, escrevia no *Correio da Manhã* às segundas-feiras e ocupava-se na sua coluna de textos variados, indo de literatura médica, livros de culinária, economia e de poesias, esses últimos

⁹² Lucia Lippi ressalta que na primeira década do século XX o mundo intelectual perdeu figuras importantes, tais como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Nabuco e Romero. No entanto, a partir disso, outros passaram a ocupar o primeiro plano, tais como Coelho Neto e Olavo Bilac. A autora cita Duque-Estrada como uma das figuras desse mundo cosmopolita do Rio de Janeiro desse período, com a função de vigia da língua e de intérprete da idéia de nação do seu tempo, através da sua letra para o Hino nacional. OLIVEIRA, op. Cit. pg. 116

⁹³ SILVA, op. Cit. Eduardo. *As camélias do Leblon e a Abolição da escravatura*. São Paulo, Cia das Letras, 2003, pg. 17

⁹⁴ Essas cartas estão disponíveis no Arquivo Coelho Netto na Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

⁹⁵ No jornal *O País* no ano de 1893 encontramos diversas poesias e crônicas de Duque-Estrada. Muitas dessas crônicas estão disponíveis também no Arquivo Duque-Estrada da Academia Brasileira de Letras, além de outros materiais do autor e referentes a ele.

⁹⁶ Essas datas foram fornecidas pelo próprio autor no seu livro *Crítica e Polêmica*, de 1924. Esse livro reuniu as principais críticas feitas por Duque-Estrada em sua coluna semanal nos jornais.

⁹⁷ “Discurso de Osório Duque-Estrada na ABL”, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, n° 13, pg. 173 – O autor não indicou quem deu-lhe o título, apenas que foi “um dos mais afiados escritores da nova geração”

⁹⁸ *ibidem*

chamados por ele de “praga que atulham a mesa de trabalho”⁹⁹. Exemplos de comentários severos não faltam nessas críticas. Em 13 de janeiro desse ano, Duque-Estrada criticou um livro de poesias, com versos alexandrinos, em que, para ele, o autor usara termos antigos para a época. Na semana seguinte, em 20 de janeiro, fez um comentário sobre o livro *Versos*, de Nut Sant’Ana¹⁰⁰, que, segundo ele, mostrava certa facilidade dos moços do Brasil, quase todos poetas. As mulheres também não eram poupadas pelo crítico. Ao fazer o comentário de *Rosas e perpetuas*, Duque-Estrada não informou o nome completo da autora porque não queria ser mal com ela, segundo ele mesmo disse na crítica. Ainda sobre isso disse, “senhora que publica ou escreve livros, vira homem...”¹⁰¹

No entanto, não só de críticas duras vivia a coluna semanal “Registro Literário”. Na última semana de janeiro, Duque-Estrada dedicou toda a sua coluna a análise de apenas um livro, *Petrópolis*, de Adrien Delpech. Através dos comentários entusiasmados de Duque-Estrada é possível perceber o conteúdo do livro, que tratou dos momentos finais do Império e a evolução social e econômica no período posterior à proclamação. Esse autor já era conhecido, segundo Duque-Estrada, por seus outros romances, como por exemplo, *Roman Brésilien*, romance sobre o Brasil na época da escravidão. As ações desse autor no magistério também eram conhecidas, mas que, ainda assim, segundo Duque-Estrada nessa crítica, havia sido preterido de dois concursos no Ginásio e no Instituto Benjamin Constant, devido, segundo ele, a “chatíssimas e protegidas mediocridades”¹⁰². Outro comentário favorável foi feito na coluna seguinte ao livro de Umbelino José da Silva, *Pedro II*, em que narra os momentos finais do último Imperador do Brasil. Além de fazer bons comentários à obra, Duque-Estrada ainda ressaltou a necessidade de uma vaga para esse escritor na Academia de Letras¹⁰³.

No primeiro dia do ano de 1914, o jornal *Correio da Manhã* fez uma espécie de retrospectiva do ano anterior, com a reprodução de inúmeros textos analíticos em diversas áreas. A Duque-Estrada coube a parte de literatura, onde deu o título de “O Ano Literário” ao seu texto sobre a literatura em 1913. Para o autor, mesmo não tendo todas as obras desse ano

⁹⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31/03/1913. Nesse dia, Duque-Estrada diz que suas virtudes, comparadas a resignação de Tiradentes, com a paciência de Santo Estevão, o faria folhear esses livros e “insípidas e torturantes brochuras”

¹⁰⁰ Benevenuto Silvério de Arruda Sant’ana, o Nut Sant’ana, publicou em 1913 seu primeiro livro de poesias, *Versos*. A atuação desse literato abrangeu o jornalismo da cidade de São Paulo, além também da produção de obras literárias e de História, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Paulista de Letras. MELO, Luís Correia. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo, Ed. Gráfica Irmão Andrioli, 1954, pg. 553

¹⁰¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19/07/1913

¹⁰² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27/01/1913

¹⁰³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10/02/1913. Na semana do carnaval não houve coluna.

passado por suas mãos, quem lesse a coluna durante aquele ano encontraria “*uma espécie de termômetro, que, sem ser de precisão, lhe ministrará, contudo, a média da nossa cultura e do movimento intelectual do Brasil no ano que ontem findou*”¹⁰⁴”.

Muitas de suas críticas publicadas nos jornais foram reunidas por ele no livro *Crítica e polêmica*, de 1924, como o primeiro de uma série de livros, três ou quatro, como citado pelo autor no preâmbulo da obra¹⁰⁵. No entanto, não chegou a reuni-las em outras edições.

No entanto, conforme já foi ressaltado em outro momento nesse texto, o possível sucesso editorial, ou de reconhecimento moral, como dizia Euclides da Cunha, não era suficiente para um reconhecimento monetário. A situação de Duque-Estrada não era muito diferente de muitos intelectuais do seu período. O revezamento de atividades não foi suficiente para lhe garantir uma situação financeira confortável. A mostra das suas dificuldades estão nas cartas que enviou aos editores dos seus livros e pela reivindicação que fez ao Ginásio Nacional pela extensão da sua permanência na regência da cadeira de História.

O cargo de professor no Ginásio Nacional, tanto no internato quanto no externato sempre foi ocupada por Duque-Estrada de forma interina, e nunca efetiva. No ano de 1906, um concurso para o externato veio encurtar a sua permanência. A sua reivindicação nesse momento se fez por não concordar com a ordem do concurso, que para ele não deveria ser primeiramente para a cadeira de História, e sim, ser a terceira na ordem dos concursos do colégio. O ofício que Duque-Estrada remeteu ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores deixou clara a sua preocupação diante da sua saída mais cedo que esperava do colégio¹⁰⁶. No entanto, as reivindicações não foram atendidas.

A sua instabilidade profissional foi motivo de algumas cartas enviadas a Coelho Neto, profundo conhecedor das dificuldades que essa instabilidade trazia¹⁰⁷. Em 1909, a carta de Duque-Estrada citou a “injustiça” de que foi vítima há três anos, sua agonia diante de uma colocação definitiva e também a dificuldade que tinha em realizar o seu casamento¹⁰⁸. Nessa carta pediu a interferência de Coelho Neto para a nomeação em um colégio, sem informar

¹⁰⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01/01/1914

¹⁰⁵ DUQUE-ESTRADA, Osório. *Crítica e polemica*, 1924, pg. I. Esse plano de Duque-Estrada não se concretizou. Mas segundo Roquete Pinto, as críticas literárias publicadas nos jornais da cidade durante dez anos se reunidas em alguns volumes formariam um guia para o movimento literário desse período. “Discurso de posse de Roquete Pinto”, *Revista da ABL*, n° 76, 1928, pg. 76

¹⁰⁶ Arquivo Nacional, Série Educação – Ensino Secundário. Processos, Relatórios e Ofícios do Diretor, 1906-1907

¹⁰⁷ PEREIRA, op. Cit. Nesse texto Leonardo Pereira citou as dificuldades de Coelho Neto no sustento da casa e nas instabilidades profissionais por que passou o literato. Em 1904, volta para o Rio de Janeiro após uma temporada em Campinas, mas sua situação profissional somente melhora em 1907 quando foi nomeado como lente de literatura do Colégio Pedro II (Ginásio Nacional)

¹⁰⁸ *Carta de Osório Duque-Estrada a Coelho Neto*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1909, Biblioteca Nacional. I – 1, 02, 048

qual. Em outra, sem citar a data, Duque-Estrada comemora o cargo de fiscal de dois colégios ao invés de fiscal da Academia, sem informar quais colégios, apenas que eles eram equiparados ao Ginásio. A diferença entre os dois cargos pretendidos seria a remuneração, onde no primeiro ganharia 7:200//000, e na Academia renderia apenas 6:00//000¹⁰⁹. As cartas de 1915 a Coelho Neto deixaram mais claras a posição profissional de Duque-Estrada nesse ano. Em maio, informou que o Conselho de Ensino do Ginásio, também sem dizer qual, iria resolver seu caso¹¹⁰. Em junho, comunicou que havia sido nomeado fiscal do Ginásio do Espírito Santo, e agradeceu a interferência de Coelho Neto¹¹¹.

No entanto, nesse período não só de carreira de magistério poderia um homem de letras viver. A escrita será um outro caminho de obtenção de rendimentos, principalmente a produção de livros didáticos¹¹². Porém, o mercado editorial não era um mar de rosas, conforme já foi ressaltado pelo editor Leite Ribeiro. Em cartas enviadas a outros editores por Duque-Estrada temos o exemplo das dificuldades citada por Leite Ribeiro em editar livros didáticos, que não recebiam apoio do governo, e dependiam de uma influência do professor. O preço dos livros também aparece sendo negociado, do que dependeria tanto o ganho do autor quanto a publicação ser um bom negócio para o editor.

As edições dos seus livros de *História do Brasil* e de *Corografia* foram negociados com o responsável pela Editora Francisco Alves, a principal no ramo de livros didáticos daquele período. Em 1919, escreveu no mínimo duas vezes a Paulo Azevedo, responsável pela editora. Na carta de outubro, Duque-Estrada fez apenas comentários a seu respeito e sobre as edições dos seus livros. Nessa carta também comunicou que não haveria mais tempo de a Assembléia do Rio de Janeiro autorizar a compra dos exemplares dos seus livros de História do Brasil, por não estarem ainda adaptados para as escolas da cidade¹¹³. Nela também citou uma certa concorrência entre os livros didáticos nos colégios. Na especialidade de História do Brasil, seu concorrente era Othelo Reis que havia publicado livros de igual título pela Casa Alves, mas que para Duque-Estrada esse autor era “fabricante de babozeiras didáticas” e pouco tinha de influência na diretoria de Instrução, o que mostra o quanto era importante para a adesão de certos livros uma influência entre os diretores. Ainda na correspondência de outubro, Duque-

¹⁰⁹ Carta de Osório Duque-Estrada a Coelho Neto, s/l, s/d, Biblioteca Nacional, I – 01, 2, 57

¹¹⁰ Carta de Osório Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1915, Biblioteca Nacional, I – 01, 2, 49

¹¹¹ Carta de Osório Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1915, Biblioteca Nacional, I – 1, 2, 50

¹¹² Era comum a seguinte combinação de atividades nesse período: emprego público, magistério e jornalismo, principalmente. OLIVEIRA, op. cit. pg. 115

¹¹³ Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1919, Arquivo Duque-Estrada / ABL/ RJ. Duque-Estrada não informa que adaptação seria essa.

Estrada lembrou o adiamento da edição de seu livro de Corografia por essa editora e citou também que não havia dado as edições de seus livros a Leite Ribeiro, o que acabou por contrariar esse editor. Duque-Estrada lembra no final da carta que não havia ressentimentos e sim era apenas um desabafo.

Em dezembro do mesmo ano, em outra carta a Paulo Azevedo, Duque-Estrada negociou a segunda edição do seu livro *História do Brasil* e também a publicação do seu livro de Corografia. Sobre esse último, cederia a propriedade definitiva pelo valor de 1:000\$000, o que seria, segundo ele, o valor de uma simples edição de 2000 exemplares. Essa quantia também poderia ser paga em livros que necessitava para sua biblioteca, sem informar quais. Essa negociação se daria somente após a publicação da segunda edição do seu livro *História do Brasil*. A busca desse tipo de negociação, segundo o próprio Duque-Estrada na carta, era também por saber os pesados encargos que respondia o editor¹¹⁴. As dificuldades por que passava não foram privilégio de um único período. Até o ano de 1924, encontramos correspondências de Duque-Estrada com tema principal sendo a negociação da edição dos seus livros para resolver problemas financeiros. Nesse ano, pediu um adiantamento a Paulo Azevedo de 500\$000 de futuras reedições de seus livros (*História do Brasil*, *História Universal*, *Leituras Militares* e *Arte de fazer versos*). Tal necessidade se dava ao adiamento do pagamento na Escola Normal, mas ressaltou que a quantia não seria destinada a nenhum dos cordões carnavalescos de que fazia parte¹¹⁵. Essa tendência carnavalesca de Duque-Estrada apareceu apenas nessa ocasião. Ao contrário disso, em 1914, reclamou do carnaval em sua coluna semanal. O motivo seria por tudo ficar suspenso no período do carnaval, e segundo ele, a própria Nação seria suspensa caso fosse preciso, e isso se faria da mesma força do estado de sítio. Mas a causa de tamanha discórdia diante do carnaval era por acumular livros e folhetos sobre a sua mesa de trabalho¹¹⁶.

O ramo de livros didáticos era um valioso mercado para os homens de letras da Primeira República, principalmente se estivessem ligados a alguma instituição de ensino, como, por exemplo, o Colégio Pedro II¹¹⁷. A lista de professores, dessa instituição, que mais

¹¹⁴ Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1919, Arquivo Duque-Estrada / ABL/ RJ

¹¹⁵ Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1924. Arquivo Duque-Estrada / ABL/ RJ. Não encontramos nenhuma referência de participação de Duque-Estrada em cordões carnavalescos, pelo contrário, em 1914 reclamou do carnaval por tudo parar e atrasar os trabalhos que teria na crítica do jornal.

¹¹⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02/03/1914.

¹¹⁷ A produção de livros didáticos era mais uma atividades dos homens das letras que acumulavam atividades profissionais para conseguir maiores rendimentos. Tal é o caso de João Ribeiro como cita a tese de Arlete Gasparrelo sobre os compêndios escolares do Colégio Pedro II. GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: os Compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1898-1920)*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2002

tarde vão lançar livros didáticos é extensa, e muitos deles também utilizaram dessas obras e da ligação no magistério para conseguir inserção em outras instituições de renome intelectual¹¹⁸. Apesar das dificuldades na venda de livros, os didáticos ainda se constituíam no ramo mais seguro do “arriscado” mercado editorial brasileiro, com as tiragens desses livros podendo chegar a 50 mil exemplares¹¹⁹.

Por fim, não somente de livros didáticos era a negociação de Duque-Estrada com a livraria Francisco Alves. Outros livros de poesias também eram cuidadosamente oferecidos, até mesmo a propriedade definitiva, que dependia apenas da rapidez com que se daria a transação. A possibilidade do preço do livro e comprometimento do autor na revisão e no anúncio nos jornais também fazia parte dessa negociação¹²⁰.

Para a Academia Brasileira de Letras Duque-Estrada entrou em 1915, na sua segunda candidatura, na cadeira 17 que pertencera a Silvio Romero. Ao pedir votos nessa segunda eleição, reconheceu que essa nova oportunidade o encontrara mais maduro, com mais oito volumes publicados e com um grande trabalho na imprensa dedicado às letras¹²¹.

As obras literárias

Se em 1915 na candidatura à ABL Duque-Estrada pôde apresentar mais obras que em 1905, tal produção não havia começado tão recentemente. Sua primeira publicação data de 1886, com o livro de poesias *Alvéolos*. Em 1902, Duque-Estrada lançou a coletânea de versos, *Flora de Maio* e dez anos depois, em 1912 lançou uma nova coletânea, *A Arte de fazer versos*, com o prefácio de Alberto de Oliveira em ambos¹²². Em 1913, reuniu o que ele dizia ser as

¹¹⁸ Alguns membros do IHGB tiveram como indicação para a entrada como sócio do Instituto as obras didáticas, exemplo é o próprio João Ribeiro que entra para o com o livro *História do Brasil*, de 1900. CALLARI, Claudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n°40,p59-83

¹¹⁹ HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomia. A História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Acess, 2000, pg. 7

¹²⁰ Em 1921 Duque-Estrada ofereceu a essa editora a propriedade definitiva de “histórias maravilhosas” num preço de 2:400\$000, o que equivalia segundo ele, o valor de uma edição de 2000 exemplares, que poderia ser vendida a 6\$000 o exemplar. Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1921. Arquivo Duque-Estrada /ABL/ RJ; *Thesouro poético Brasileiro* e a *Arte de fazer versos* também serão negociados com essa mesma editora. Carta de Duque-Estrada a Francisco Alves, Rio de Janeiro, 02 de março de 1912, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ; Carta de Duque-Estrada a Francisco Alves, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1913, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ, respectivamente

¹²¹ Duque-Estrada havia se candidatado em 1905. Em carta a Afonso Celso pediu votos para a segunda eleição e afirmou que preferiu esperar dez anos para uma nova candidatura e assim apresentar uma grande bagagem de produção intelectual. Carta de Duque-Estrada a Afonso Celso, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1915, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

¹²² Alberto de Oliveira foi um dos principais poetas do parnasianismo brasileiro, além de poeta foi também professor da Escola Normal e da Escola dramática, dando aulas de Português, História e literatura. CARPEAUX, Otto Maria.

melhores poesias nacionais, entre os anos de 1750-1900, no livro *Tesouro Poético Brasileiro*. E em 1918 viriam os livros sobre a História do Brasil. De forma quase simultânea, lançou nesse ano o livro *Abolição, um esboço histórico*, e os didáticos *História do Brasil* e *Noções de História do Brasil*. Publicou também adaptações de peças de teatro, e conferências literárias, em que o tema principal versava a respeito da “cultura popular”¹²³, dentre outras.

Uma das características das obras literárias e históricas de Duque-Estrada são os prefácios. No seu livro de estréia, *Alvéolos*, de 1886, o prefaciador era seu professor do Colégio Pedro II¹²⁴, Silvio Romero. Esse prefácio é significativo para o conjunto da obra de Duque-Estrada por ser um livro de estréia e também por ter recebido um texto de abertura de Romero, intelectual de renome naquele momento¹²⁵. A estrutura do texto de Romero em *Alvéolos* foi baseada em forma de conselhos, não apenas ao jovem Duque-Estrada, mas para toda uma geração¹²⁶.

As obras de Romero e Duque-Estrada se encontrariam novamente quando esse último ocupasse a cadeira que havia pertencido a Romero na ABL. Se no texto para *Alvéolos*, Silvio Romero economizou palavras acerca do autor e da obra, como citam alguns críticos¹²⁷, o mesmo não fez Duque-Estrada ao falar sobre o prefaciador do seu primeiro livro no momento da sua posse na ABL¹²⁸, em 25 de outubro de 1916¹²⁹. De início, a responsabilidade diante da

Pequena Bibliografia crítica da literatura brasileira, 2ª edição, pg. 186; VELHO SOBRINO, J. F. *Dicionário Bibliográfico brasileiro*, vol. I, Rio de Janeiro, Irmão Pongetti, 1937, pg. 134

¹²³ O *Almanaque Garnier* de 1912 publicou uma dessas conferências. “Contribuição ao estudo folclórico no Brasil”, feita pelo nordeste sobre o folclore de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de outros locais. DUQUE-ESTRADA, Osório. “Trovas. Contribuição ao estudo do Folclore do Brasil”. In: *Almanaque Garnier*, Rio de Janeiro, 1912. Um outro exemplo de suas conferências está no livretinho *Trovas populares*, reprodução de sua conferência realizada em Petrópolis em 1907. Nas poucas páginas desse livretinho, defendeu o autor a cultura popular e suas contribuições para a cultura nacional. DUQUE-ESTRADA, Osório. *Trovas Populares: conferência literária*. Petrópolis, RJ. Tipografia Moderna, 1907

¹²⁴ Osório Duque-Estrada entrou para o colégio em 1882 e em 1888 recebeu o grau de Bacharel em letras. DUQUE-ESTRADA, Fernando Campos, op. cit. Pg. 51.

¹²⁵ Silvio Romero fez parte da chamada “Geração de 1870” sendo companheiro em Recife de Tobias Barreto, Araripe Jr. Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu. Nesse período Silvio Romero já publicara na Revista Brasileira os estudos “A poesia popular no Brasil” que em 1888 foram reunidas em um livro publicado pela tipografia Laemmert. (1852-1914). ABREU, Martha. “Silvio Romero”. In: VAINFAS, op. Cit. pg. 675

¹²⁶ DUQUE-ESTRADA, Osório. *Alvéolos*, Rio de Janeiro, Tipografia da Escola de Serafim José Alves, 1887. O “inteligente discípulo” de Romero recebeu no prefácio alguns conselhos: O primeiro era o de evitar se submeter a qualquer influência portuguesa nas letras; o segundo conselho é a respeito da vida de escritor, ou melhor, de suas dificuldades. Algo bem parecido fez Romero ao comentar o livro de Miguel Mello sobre mo escritor português Eça de Queiroz, para o *Almanaque Garnier* em 1914. Nele, Romero continuou com suas críticas a respeito da literatura portuguesa e a atuação da brasileira frente a ela, e a falta de amor pelas letras dos escritores brasileiros. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1914, p.257-266 Apud DUTRA, op. Cit. Pg. 100

¹²⁷ “Perfil Bibliográfico – Osório Duque-Estrada” in: *Revista da ABL*, Vol. 31, nº 95, pp. 288-300. Segundo os críticos de Duque-Estrada o autor em seu livro de estréia seria fraco e no Prefácio, Silvio Romero se limitaria apenas a censurar portugueses e de forma inédita elogiar escritores portugueses, pg. 291

¹²⁸ “Discurso de posse de Osório Duque-Estrada”. *Revista da ABL*, 1916, Vol. 7, nº13, pp.169-94. O patrono da cadeira era Hipólito da Costa. Pg. 193

¹²⁹ A criação da ABL foi feita a partir do estabelecimento de alguns rituais. Entre eles o de conferir a cada cadeira um patrono, onde isso acabaria por institucionalizar um passado glorioso da literatura brasileira. A cada posse, o novo

sucessão foi percebida por Duque-Estrada que acabou por considerar um encargo a análise que teria que fazer a respeito da obra e dos significados da produção literária de Silvio Romero¹³⁰. A princípio, reconheceu que eram *profundas e substanciais* as divergências entre eles, e a primeira seria a respeito do desamor à boa linguagem e o desmanchado no estilo de Romero¹³¹. Um outro ponto, citado por Duque-Estrada, correspondia ao “*exagerado de suas generalizações no que concerne à integração dos 3 fatores étnicos que concorreram para a formação da nossa nacionalidade*”¹³². No entanto, essas divergências não eram suficientes para a redução do respeito do novo acadêmico, que citou a importância de Romero para o início da sua carreira ao fazer o prefácio do “*primeiro livrinho de pecados poéticos*” de Duque-Estrada, publicado há 30 anos, feitos na ocasião do discurso¹³³.

O ponto de encontro entre esses dois intelectuais, que acabaram de certo modo por ocupar o mesmo lugar na Academia, é a dupla feição de Historiador literário e folclorista que ambos possuíram, e que em Romero, e principalmente na sua tendência nacionalista, ou o *brasileirismo*, apareceriam em quase toda a sua obra¹³⁴. Em Duque-Estrada a questão mais forte é a língua, e em Romero o encaminhamento da conquista dos ideais do povo brasileiro, que consumiu nisso mais de quarenta anos nesse clamor patriótico¹³⁵.

“Silvio é um escritor que se pode combater e criticar; mas é um lutador que se respeita, uma inteligência que se admira, uma memória que se venera, um exemplo que deve ser imitado, um esforço e uma atividade que merecem glificados (sic), porque promanam das mais altas virtudes que inspiram a conducta dos sábios e pensadores; o desinteresse, a renúncia, o patriotismo e o amor dos grandes ideais.”¹³⁶

A respeito da função que exercia de crítico, Duque-Estrada ainda nesse discurso admitiu que nunca pretendeu tal posto, e limitava-se a aceitar apenas o de vigia na “repressão do contrabando literário”, que ocorria no Brasil. No entanto, ressaltou as dificuldades de ser

acadêmico faria um discurso de homenagem ao patrono e aos antecessores da cadeira para a qual fora eleito. EL FAR, Alessandra. *A encenação da Imortalidade*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, pg. 63

¹³⁰ “Discurso de Osório Duque-Estrada”. Revista da ABL, 1916, op. cit. pg. 169

¹³¹ *ibidem*, pg. 171

¹³² *ibidem*

¹³³ *ibidem*, pg. 171 O autor informa que seu livro de estréia, *Alvéolos*, foi publicado em outubro de 1886, no entanto a edição que consultamos anteriormente consta como sendo de 1887.

¹³⁴ *Ibidem*, pg. 191. Em Duque-Estrada podemos notar essa tendência na sua defesa pela cultura popular, e até mesmo na sua letra para o Hino Nacional.

¹³⁵ *Ibidem*. Essas são as falas de Duque-Estrada sobre Romero e seu comportamento patriótico.

¹³⁶ *Ibidem*, pg. 193

crítico no Brasil, país que a cada passo e hora brotava “poetas e mais poetas, bananas e mais bananas”¹³⁷.

Um outro discurso nessa mesma ocasião foi feito por Coelho Neto na recepção a Duque-Estrada na ABL. A amizade entre os dois não ficava restrita somente àquele momento. Uma vasta correspondência de Duque-Estrada a Coelho Neto, conforme já foi ressaltada, demonstra o quanto o primeiro tinha o segundo como amigo, conselheiro e protetor. Por coincidência ou não, a proposta de concurso para a letra o Hino Nacional foi feita por Coelho Neto assim que assumiu seu mandato parlamentar pelo Maranhão na Câmara dos Deputados. O vencedor do concurso foi Duque-Estrada que precisou esperar durante muito tempo até ter sua letra oficializada. Um outro momento de comunicação entre os dois foi na ocasião, já descrita aqui, a respeito das dificuldades na obtenção de um trabalho remunerado nos colégios da cidade.

A candidatura à ABL também foi motivo de correspondência entre os dois em que Duque-Estrada pediu o voto de Coelho Neto após fazer umas contas e notar que dependia dele para sair vencedor. O candidato não queria correr o risco de perder novamente, como ocorrera em 1905¹³⁸. Pouco antes da eleição informou a Coelho Neto do boato que ouviu na porta do Garnier de que o seu concorrente pretendia impedir os seus eleitores de comparecer ao pleito da Academia¹³⁹. Ainda nessas cartas, sem citar o motivo, Duque-Estrada pediu ajuda de Coelho Neto caso tivesse que *fugir à sanha dos seus perseguidores*¹⁴⁰. Em outra carta, quando já estava eleito, comentou sobre os discursos que fariam na ABL na ocasião da posse. Duque-Estrada pediu para ser lembrado, no discurso de Coelho Neto de que não era um “vadio”, e nem um desconhecido do movimento intelectual, e que já havia publicado 13 volumes, tendo mais 3 em preparo, além do período de crítica no jornalismo que já daria para encher mais alguns volumes¹⁴¹.

No discurso de recepção, além de fazer também uma homenagem a Silvio Romero, Coelho Neto discursou sobre o novo acadêmico e sua trajetória no mundo das letras, iniciadas pelo próprio homenageado. O livro *Abolição*, que Duque-Estrada preparava, foi tema desse discurso onde Coelho Neto lembrou que o livro narraria o Brasil no momento que Duque-

¹³⁷ Ibidem, pg. 173

¹³⁸ Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, s/l, s/d. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 58. Duque-Estrada também escrevera a Afonso Celso pedindo seu voto no pleito da Academia. Carta de Duque-Estrada a Afonso Celso, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1915, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

¹³⁹ Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1915, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 51, 13/11/1915

¹⁴⁰ Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, s/l, s/d. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 56

¹⁴¹ Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1916, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 52

Estrada estreara nas letras, com agitações em todo país, de norte a sul, jornais reproduzindo essas manifestações e o forte convívio do *povo* com as *forças do tempo*, representadas por Nabuco, Patrocínio e Rui Barbosa, dentre outros¹⁴². A vitória do movimento e o fim da escravidão foram presenciados por ele da mesma forma que a queda do Trono e o início da República, em 1889¹⁴³. Sobre isso, vale destacar as próprias palavras de Coelho Neto:

“Na investida em que se arrojaram as forças não só derrubaram as muralhas ferrenhas do imenso valongo, como, passando impetuosamente sobre os escombros, chegaram aos passos da dinastia e, um ano depois da libertação dos escravos, com o mesmo canto heróico com que haviam as hostes arrasado as senzalas, fizeram cair o trono e, sobre as ruínas dessas moles, levantaram a República. Assim, entrastes na Pátria com os triunfadores”¹⁴⁴

Após esses acontecimentos, Duque-Estrada *serviu à pátria* como um trabalhador com estudos, artigos e livros, de poesias e didáticos¹⁴⁵. O culto à boa forma lingüística também foi lembrado por Coelho Neto que destacou os escritos em jornais marcados pela crítica literária, e o seu posto de vigia da língua¹⁴⁶.

Essa forma de servir à pátria mencionada por Coelho Neto sobre Duque-Estrada foi referente às obras desse último. Além de Literatura e História, Duque-Estrada também produziu textos com uma temática patriótica. Na revista *Mundo Literário* de 1923 há um trecho de um livro seu no prelo chamado *O livro do Soldado*. Esse livro foi feito de acordo com o “regulamento para instrução e serviços gerais nos corpos de tropa do exército”¹⁴⁷. O Livro do Soldado se dedicava à História da Pátria destinada aos militares com tema sobre a geografia, a História Militar e os símbolos da Pátria¹⁴⁸. Uma outra obra significativa foi a letra

¹⁴² Em 1886, Duque-Estrada estreou na literatura com o livro *Alvéolos em* plena agitação abolicionista. Mesmo ainda jovem, o escritor teve uma atuação ao lado de Patrocínio e outros líderes abolicionistas. NETO, Coelho. “Discurso de recepção a Osório”, Revista da ABL, 1916, op. Cit, pg. 205-6.

¹⁴³ NETO, Coelho, op. cit. pg. 206. Segundo Roquete Pinto, a Abolição e a República eram as grandes paixões de Duque-Estrada, PINTO, Roquete. “Discurso de posse de Roquete Pinto”, Revista da ABL, 1928, op. cit. pg. 66

¹⁴⁴ NETO, op. Cit. pg. 206

¹⁴⁵ Ibidem, op. cit. pg. 207

¹⁴⁶ ibidem

¹⁴⁷ O anúncio que esse livro estava no prelo pela Editora Leite Ribeiro foi encontrado entre os anos de 1922 e 1923 na Revista *Mundo Literário*. No entanto, Duque-Estrada produziu um outro didático destinado a escola militar chamado de *Leituras Militares* que foi lançada pela Francisco Alves e em 1922 já estava na sua terceira edição. Nele, há a história de batalhas e heróis militares, guerras e conquista. Esse livro é motivo de uma carta de Rui Barbosa a Duque-Estrada agradecendo o volume oferecido a ele e felicitando pela qualidade da obra na educação do soldado. Somente esse último livro encontra-se disponível na ABL, o Livro do soldado não foi encontrado nem mesmo na Biblioteca do Exército.

¹⁴⁸ Revista *Mundo Literário*, Rio de Janeiro, 05/01/1923, N° 9, vol. 3

do Hino Nacional feita por ele para o concurso de 1909¹⁴⁹. O “*Ouviram do Ipiranga*” foi a letra vencedora, apesar da polêmica existente desde a época da realização do concurso até a oficialização da letra, em 1922. Nessa letra, o autor fez referências ao momento de independência do Brasil, à geografia do país, ao seu passado e futuro¹⁵⁰.

Uma outra atividade comum entre os homens das letras eram as conferências literárias, que era uma das formas de o público ver, ouvir e aplaudir seus ídolos¹⁵¹. Duque-Estrada também se utilizou desse caminho para a divulgação de sua obra, e para dissertar sobre o folclore e a cultura popular. Em 1907 fez uma conferência em Petrópolis, mais tarde publicada em um livreto chamado *Trovas populares*, sendo esse pequeno texto, a defesa de Duque-Estrada da poesia popular. O folclore, segundo ele, servia como matéria de investigação a respeito das *raças históricas* que compunham o Brasil, e a produção de cada uma delas era fruto da saudade. Ainda segundo Duque-Estrada, o Brasil teve o predomínio do branco e da língua do português, mas recebeu a influência de outros elementos. O folclore era único e símbolo do país. Nas suas palavras, ao fazer a defesa da poesia popular como obra literária, disse:

“A poesia popular, qualquer que ela seja é sempre um monumento literário do mais alto valor, que pode refletir diretamente a alma de um povo, como espelho fiel denunciador do seu espírito, da sua imaginação, da sua maneira de pensar e de sentir, das suas crenças e de seus costumes (...) pelo estudo dos monumentos literários pode-se até descobrir a maneira pela qual sentiram e pensaram as gerações dos séculos anteriores ao nosso, e saber como os homens sentem e como eles pensam equivale a ter todos os dados para escrever a sua história.”¹⁵²

Ainda a respeito da mestiçagem, o autor citou a fusão dos elementos que compunham a atual população brasileira que deu predominância ao branco e a língua do português. Porém, os outros elementos não deixaram de existir. Essa mistura, para ele, tornava o folclore único e inconfundível e refletia o caráter de um povo, principalmente porque nas poesias estariam

¹⁴⁹ DUQUE-ESTRADA, Fernando Campos. Op. cit. O concurso foi promovido por Coelho Neto em 1909 e a letra de Duque-Estrada saiu vencedora. Esse assunto será tratado mais adiante. Cf. MORAES, 2006, op. Cit; PEREIRA, Leonardo, op. Cit; MAGALHÃES JR. Raimundo. “A campanha do Hino Nacional”. In: *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1974, pp 300-309

¹⁵⁰ Os Hinos Nacionais, em sua maioria, seguem um “modelo”, com exaltação à natureza, ao passado e uma previsão de futuro. Sobre os hinos nacionais dos países da América Latina no Século XIX POCH, Susana. “Himnos Nacionales de América: Poesia, Estado y poder en el siglo XIX”. In: ACHUGAR, Hugo. *La Fundación por la palabra*. Letra y Nación en América Latina en el Siglo XIX. Uruguay, 1998

¹⁵¹ OLIVEIRA, op. Cit. Pg. 113

¹⁵² DUQUE-ESTRADA, Osório. *Trovas populares. Conferência Literária*. Petrópolis, 1907, pg. 8

embutidas algumas idéias, tais como conceitos morais, filosóficos, crenças e sentimentos¹⁵³. Essas produções envolviam o samba, chibas, cateretês, superstições populares, quadras acompanhadas de viola e pandeiro e em todas elas a evidência maior era para a mulher mestiça, genuíno produto da indústria nacional, segundo o próprio autor. Os conceitos morais e as crenças estariam presentes na comparação da branca com a mulata.

A mulata, para esse autor, sempre estaria na frente da negra na preferência nacional. Para isso, citou os exemplos das trovas muito populares que comparavam a negra, à mulata e à branca:

“a branquinha é prata fina
mulata – cordão de ouro
cabocla – cesto de flores
a negra – surrão de ouro”

Havia outra poesia que mostrava mais essa preferência:

“a branca come galinha
mulata come peru,
cabocla come perdiz,
a negra come urubu”

A mulata era cultuada por toda a parte e na música não era diferente, principalmente com o “Vem cá mulata”, que Duque-Estrada considerava insuportável, apesar, segundo ele, de ser cantada em toda a parte. Essa expressão, para o autor, era utilizada pela “*cafajestada carioca como motivo da sua capadoçagem*”. Alguns autores são citados pelo conferencista por também prestarem culto à mulata em suas obras, como por exemplo Gonçalves Dias, Luís Gama, Fagundes Varela, Crespo e Mello Morais¹⁵⁴. Por fim, ainda nessa conferência, Duque-Estrada encerrou com uma quadra que para ele sintetizava o “*o antagonismo histórico das três raças formadoras da população Brasileira*”, que “*encerra uma sentença e um julgamento, cheios de independência e de imparcialidade, porque, como eles, o seu autor, quem quer que tenha sido, a si mesmo se julgou e condenou*”:

“todo branco quer ser rico,
todo mulato é pimpão,
todo negro é feiticeiro,
todo cigano é ladrão”¹⁵⁵

¹⁵³ DUQUE-ESTRADA, 1907, op. Cit. pg. 33

¹⁵⁴ DUQUE-ESTRADA, 1907, op. Cit. pg. 38

¹⁵⁵ idem

O tema dessa sua conferência mostrou o quanto Duque-Estrada transitava entre os variados assuntos em voga naquele momento. Apesar de fazer parte do grupo de homens letrados que viviam no cosmopolitismo do Rio de Janeiro, conforme ressaltado anteriormente, Duque-Estrada não perdeu o foco do folclore como meio de retomar o passado, os sentimentos e impressões populares sobre a sociedade dos primeiros anos republicanos no Brasil¹⁵⁶. E assim, durante toda a sua trajetória literária, tanto na escrita da sua coluna de crítica, quanto nas conferências literárias que fez sobre esse assunto, o autor vai sempre preservar aquilo que ele considerava o símbolo da nação: a língua e as letras, refletidas nesse caso, para a cultura popular.

“*Trovas. Contribuição ao estudo folclore do Brasil*” foi uma outra conferência feita por Duque-Estrada em 1908, sem informar onde, e publicada no Almanaque Garnier, em 1912. O folclore era um dos temas a ter um espaço privilegiado no Almanaque a partir desse ano. O conhecimento do povo e as tradições nacionais faziam parte de um mesmo esforço e estavam marcados pelo desejo de identificar a cultura nacional, através de vocabulário, expressões populares, costumes e folclore¹⁵⁷. A palavra folclore no Almanaque abrigaria trabalhos sobre poesia popular, contos, cancioneros, trovas, provérbios, lendas, costumes e mitos. Os estudiosos que publicassem no Almanaque seguiriam a linha de continuidade iniciada por Silvio Romero e seus estudos sobre poesia popular.

Em *Trovas*, Duque-Estrada ressaltou a excursão que fez pelos Estados do Norte e depois à cidade de Campos, quando teve oportunidade de ouvir, por muitas vezes, da boca dos próprios autores as trovas características de cada região. Para ele, a poesia popular era de interesse patriótico e digna de atenção e pesquisa¹⁵⁸. Nesse texto citou as trovas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, e de outros Estados, como Minas Gerais e São Paulo.

Esse interesse patriótico que Duque-Estrada ressaltou para as poesias populares foi uma das causas para os editores do Almanaque valorizarem tais produções. Para eles, o conhecimento do nacional, com a literatura sendo o caminho mais fértil, era uma das formas de integração cultural e social do espaço da nacionalidade¹⁵⁹. E assim, Duque-Estrada ao preservar a língua nacional a utilizava como instrumento no trabalho da idéia de Pátria e nacionalidade. Uma outra ocasião que a Pátria apareceu como tema central de seu trabalho foi

¹⁵⁶ ABREU, Martha. “Cultura Popular. Um conceito e várias histórias.” in: ABREU, M.; SOIHET, R. (org.) *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, pg. 86

¹⁵⁷ A defesa de exploração desse tema vem por parte do editor do próprio almanaque e os textos privilegiados serão os dedicados ao folclore e as tradições populares. DUTRA, op. Cit., pg. 121

¹⁵⁸ DUQUE-ESTRADA, 1912, op. Cit. pg. 402. Outros nomes também ocuparão essa parte do Garnier: Silvio Romero Catulo Cearense, Melo Moraes, Macedo Soares, José Veríssimo, dentre outros. DUTRA, op. Cit. Pg. 123-4

¹⁵⁹ DUTRA, op. Cit, pg. 121

na letra do Hino Nacional. Nela, Duque-Estrada buscou sintetizar a História do país, suas tradições, seu povo, e outros elementos. Segundo esse autor, o Hino Nacional era um dos símbolos da Pátria e em sua letra deveria haver a evocação e a grandeza, no mesmo nível de uma prece¹⁶⁰. Nessa letra também aparece o sentimento nostálgico que, segundo o autor, era um dos sinais de amor à Pátria, sendo o exílio um dos maiores castigos para alguns. No “Ouviram do Ipiranga”, Duque-Estrada reproduziu um dos trechos da literatura brasileira que traduziu exatamente o sentimento de distância da Pátria. A “Canção do exílio” de Gonçalves Dias e a saudade do poeta formam um dos versos mais nostálgicos do Hino Brasileiro¹⁶¹.

Em 1928, Roquete Pinto, ao tomar posse da cadeira que pertencera a Duque-Estrada na ABL lembrou a paixão de seu antecessor pela Abolição e pela República. O primeiro contato entre eles, segundo Roquete Pinto, ocorreu quando Duque-Estrada era diretor do Teatro lírico Brasileiro, sem citar data, na ocasião do preparo de uma ópera de Araújo Vianna¹⁶². Além das peças de teatro adaptadas por Duque-Estrada, Roquete Pinto também se lembrou dos livros desse autor dedicados à reunião de estrofes “criadas pelo povo”¹⁶³. Na obra didática de *História do Brasil* de Duque-Estrada¹⁶⁴, Roquete Pinto destacou, na parte sobre a Abolição, os nomes citados por Duque-Estrada nesse livro. Os abolicionistas José do Patrocínio, Nabuco, Rui Barbosa, dentre outros, eram, até então, esquecidos nos compêndios que destacavam prioritariamente Princesa Isabel e João Alfredo¹⁶⁵. Nesse discurso, a visão de Duque-Estrada a respeito da República foi citada por Roquete Pinto como um desfecho de um longo processo e não fruto de meia dúzia de militares. Essa conclusão foi feita a partir da leitura de um soneto de Duque-Estrada publicado em *Alvéolos*, em 1886, sobre a Monarquia, em que num dos versos há a citação: “*tombe o cetro do rei como grilhão pesado!*”¹⁶⁶. Essa seria a mostra dada por Duque-Estrada de que os acontecimentos que deram fim ao Império fizeram parte de processo já percebido pelo povo muito antes do 15 de novembro de 1889.¹⁶⁷

¹⁶⁰ Revista *Mundo Literário*, Rio de Janeiro, 05/01/1923, pg. 278-281

¹⁶¹ Nessa letra é possível desconfiar que Duque-Estrada tenha utilizado outras referências de Gonçalves Dias, além da “Canção do exílio”. Um exemplo é a classificação de “Gigante” que Duque-Estrada deu ao Brasil e que Gonçalves Dias já tinha recitado versos que se aproximavam da idéia do autor do Hino Nacional, em “Gigante de pedra”. Nessa poesia, o poeta maranhense utiliza elementos como “raio”, “dormir”, “luz”, “cruzeiro”, dentre outros. Jornal *Guanabara*, 1850, pg. 52-57

¹⁶² PINTO, Roquete, op. Cit. pg. 63. O autor não citou data

¹⁶³ Ibidem, pg. 65. DUQUE-ESTRADA, Osório. 1907, op. cit., pg. 8

¹⁶⁴ Os dois livros de Duque-Estrada, *Noções de História do Brasil*, quanto *História do Brasil* de 1918 seguem essa perspectiva apontada por Roquete Pinto.

¹⁶⁵ PINTO, op. Cit. pg. 67.

¹⁶⁶ Ibidem

¹⁶⁷ ibidem, pg. 68.

Na ocasião da sua morte, no discurso feito por Rodrigo Otávio em fevereiro de 1927¹⁶⁸, presidente da Academia nesse ano, momentos antes da saída do féretro de Duque-Estrada para o cemitério, rendeu a ele qualidades referentes à sua atuação na ABL. Assiduidade, coerência, sinceridade e o título de “Batalhador incansável” foram um dos adjetivos dados por Otávio a Duque-Estrada¹⁶⁹.

A admiração à performance de Osório Duque-Estrada se reflete no ato de Edvard Carmillo, jovem escritor que, em novembro de 1927, ganhou um prêmio da Academia Brasileira de Letras pelo livro *Fim de Primavera*. O jovem escritor escreveu ao presidente da Academia, ainda Rodrigo Otávio, em 21 de novembro de 1927 e relatou sua intenção de homenagear Duque-Estrada com o dinheiro do prêmio ganho, pois para Carmillo a severa crítica recebida desse autor serviu de animação e estímulo. A situação precária do túmulo foi reconhecida por Carmillo, e por saber que o escritor não havia deixado fortuna, propôs que ao invés de receber o prêmio, fosse colocada uma lápide sobre a campa de Duque-Estrada a fim de que o túmulo tivesse a primeira glória de um jovem escritor¹⁷⁰. O mausoléu foi inaugurado em 6 de fevereiro de 1929 no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro. No discurso de inauguração, Gustavo Barroso lembrou que apenas nos últimos anos de vida de Duque-Estrada ocorreu uma aproximação entre eles devido ao convívio na Academia, mas desde antes disso havia uma relação de simpatia entre ambos, muito devido às referências que Duque-Estrada fazia às obras de Barroso na sua coluna “Registro Literário” do *Correio da Manhã*¹⁷¹.

Nesse discurso, Barroso demonstrou a surpresa pela morte do amigo e admitiu que

“durante meses, não pude passar pelo ponto da Avenida que freqüentava e onde conversávamos horas seguidas. Parecia-me ouvir a sua voz, chamando-me; parecia-me ouvir a sua risada sonora; parecia-me vê-lo diante de mim.”¹⁷²

No entanto, apesar das delicadezas de Barroso nas suas palavras em relação a Duque-Estrada, também não poupou palavras ao descrever a posição do amigo em relação ao trabalho com as letras:

¹⁶⁸ OTÁVIO, Rodrigo. “Adeus a Osório” Revista da ABL, vl. 23, n 63, pg. 342-3

¹⁶⁹ Duque-Estrada morreu em 5 de fevereiro de 1927, no seu domicílio na Rua Paissandu, no Rio de Janeiro de Febre Tifóide, Miocardite, segundo consta no atestado de óbito. Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ.; OTÁVIO, Rodrigo. op. cit., pg. 342-3

¹⁷⁰ BARROSO, Gustavo. Op. cit. A carta de Edvard ao Presidente da ABL, na época Rodrigo Otávio também está disponível na ABL. Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ.

¹⁷¹ BARROSO, Op. cit. pg. 299. O mausoléu de Duque-Estrada foi inaugurado em 6 de fevereiro de 1929

¹⁷² idem, 298

“Áspero, talvez grosseiro mesmo no trato, ao discutir e ao pregar idéias, ao criticar livros, ao zurzir toleirões, tinha entretanto altas virtudes compensadoras dos seus defeitos. Escravo da palavra dada, companheiro fiel, amigo indefectível, de uma honestidade intratável, apesar da sua pobreza, era de um caráter sobranceiro e uma alma nobre.”¹⁷³

O Historiador

No entanto, as contribuições de Duque-Estrada não ficaram restritas à crítica literária e à literatura popular. A principal contribuição que nesse momento pretendemos ressaltar é a respeito do seu trabalho no campo da História, mais precisamente a de escritor da História do Brasil em uma das suas fases, o período abolicionista. Além do livro *Abolição*, Duque-Estrada ainda escreveu os seguintes livros didáticos: *Noções de História do Brasil* e *História do Brasil*. Antes de passarmos para o livro *Abolição*, obra destinada ao leitor comum, não sendo didática, veremos as suas demais obras históricas e sua visão de História, presente nas introduções e na forma como estruturou seus livros.

No livro *Noções de História do Brasil*, a sexta edição do livro, lançado pela Livraria Francisco Alves em 1927, possui no seu Intróito, escrito pelo próprio autor algumas desavenças em relação aos livros e ao ensino de História de então. A idéia de memorização e repetição dos fatos é condenada pelo autor que, sem citar nomes, dá um exemplo dos equívocos ocorridos nos compêndios escolares, segundo ele

“Começar, como fazem os autores de tais compêndios, ensinando a criança que o continente americano foi descoberto por Colombo, e o Brasil por Cabral, sem nenhuma referência aos descobrimentos marítimos e às causas que os determinaram, é semear palavras ao vento e sobrecarregar inutilmente a inteligência dos alunos, patenteando ao mesmo tempo a própria incapacidade para a explicação dos fatos históricos”¹⁷⁴

Ainda nessa parte do intróito o autor indicou como deveria ser estudada a História do Brasil. Inicialmente os acontecimentos de 1500 a 1822 deveriam ser vistos como um capítulo da História de Portugal e tanto o Brasil quanto a América vistos como resultado do

¹⁷³ ibidem, pg. 300

¹⁷⁴ DUQUE-ESTRADA, Osório. *Noções de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 6^o edição, 1927, pg. 6

Renascimento e do “estado social da Europa no século XV”¹⁷⁵. No final dessa parte o autor afirmou que além dessas noções, no final do livro, em formato de apêndice, o autor incluiria algumas considerações a respeito das datas nacionais, dando à História um caráter de educação moral e cívica¹⁷⁶.

No livro *História do Brasil*, de 1918, esse mesmo autor na primeira lição do livro citou os primeiros momentos do Brasil, a ligação com Portugal e as primeiras expedições ao país. Ainda na parte chamada “A História do Brasil; noções preliminares; metodologia e sínteses” o autor indicou que o estudante brasileiro precisava saber que o território por si só não representava a Pátria, mas fazia parte dela por ser o campo de luta e de trabalho do homem. E assim, ainda nas palavras de Duque-Estrada, *ao amor da terra casa-se o amor da História*. Deste modo, o autor repetiu a idéia exposta no *Noções* acerca do ensino de História do Brasil ser de Educação Moral e Cívica, e estar ligado à compreensão de uma História baseada em atos heróicos, fundamentais para o surgimento da nação¹⁷⁷.

Nos dois livros o autor reservou a parte final para a reprodução da letra do Hino Nacional, que em 1918 aparece grafado como versão definitiva. No livro *Noções*, o autor, além do Hino Nacional, colocou o Hino da Bandeira e uma lista das datas nacionais. Dentre elas a de 13 de maio, que nas suas palavras:

“É consagrada à comemoração da *fraternidade dos brasileiros*. Quer dizer: foi a treze de maio de 1888 que *ficamos sendo irmãos*, com os mesmos direitos, os mesmos deveres e as mesmas liberdades (grifos do autor)”

A respeito do 15 de novembro, diz o autor:

“Lembra a realização dos nossos ideais democráticos, alcançada em 1889 com a proclamação da República. Nesse dia foram abolidos os privilégios da realeza, a nação entrou na posse de governo de si mesma, e todos os brasileiros ficaram iguais perante a lei. A vitória republicana é a consagração de um velho ideal brasileiro e americano, realizado a custa de ingentes sacrifícios”

¹⁷⁵ Ibidem

¹⁷⁶ Ibidem

¹⁷⁷ DUQUE-ESTRADA, Osório. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918, pg. 7-6

Nas outras partes dedicadas ao 15 de novembro, Duque-Estrada não fugirá muito dessa noção da Proclamação, ou seja, era um sentimento que vinha desde a época da independência que se agravou com os últimos acontecimentos que envolveram a própria Abolição e o Exército¹⁷⁸. No entanto, o autor não propõe a Abolição como causa direta, pois, ela apenas havia precipitado a marcha dos acontecimentos¹⁷⁹. A República era uma aspiração antiga, com o partido republicano criado desde 1870. Com a intensificação da campanha republicana feita pelo Club Tiradentes e pelo Centro Lopes Trovão, exemplos citados pelo autor, a monarquia confiou ao gabinete reacionário de Visconde de Ouro Preto a direção do governo em junho de 1889. A grande pressão, principalmente da imprensa com os artigos que atacavam a monarquia e pregavam a República, somados à irritação militar, fizeram, segundo Duque-Estrada, que em 15 de novembro estivesse proclamada a República e organizado o Gabinete Provisório¹⁸⁰.

A respeito da obra didática *História do Brasil*, um dos principais críticos do autor, João Ribeiro, indicou que essa obra de Duque-Estrada abrangia as necessidades didáticas da História do Brasil até aquele momento. Apesar de discordar da parte que Duque-Estrada nesse livro chamou de “D. Pedro e o Patriarca”, onde o autor discutiu a independência e o exagerado papel dado a José Bonifácio e a Pedro I para o seu desenrolar da independência, João Ribeiro reconheceu o interesse que essa parte despertara¹⁸¹. E através dessa crítica, João Ribeiro mostrou, segundo seus próprios objetivos, o quanto era imparcial, já que após considerar *Abolição* um desastre, pôde reconhecer o êxito de *História do Brasil*.

João Ribeiro foi um dos críticos de Duque-Estrada que viu no prefácio do livro *Abolição*, escrito por Rui Barbosa, uma das únicas partes válidas do texto, além das inseridas de forma esparsa pelo autor¹⁸². Conforme ressaltado no início desse capítulo, os anúncios do lançamento do livro em 1918 destacavam duas características: a primeira, de o autor pertencer à Academia de Letras; a segunda, de o prefácio ser escrito pelo Conselheiro Rui Barbosa. No entanto, essa última característica destacada nos anúncios não deixava de ser uma faca de dois gumes, porque se, por um lado, o prefácio agregava valor à obra, por outro, seus críticos diziam ser essa a única parte válida do livro¹⁸³.

¹⁷⁸ Ibidem, pg. 215

¹⁷⁹ Idem, 1927, pg. 185

¹⁸⁰ Idem, 1918, pg. 212

¹⁸¹ Essa crítica de João Ribeiro foi publicada originalmente no jornal *O imparcial* de 08/04/1918.

¹⁸² RIBEIRO, João. “Acadêmicos e Anti-acadêmicos”. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 25/03/1918.

¹⁸³ Ibidem, Segundo João Ribeiro, não haveria no livro *Abolição* uma só referência de preço à História Geral, a narrativa seria desconexa, descontínua e cheia de pausas impróprias. Deste modo, o livro satisfazia a um público menos exigente, por exemplo, o público das escolas.

Rui Barbosa foi um dos nomes fortes do Abolicionismo e pioneiro nos argumentos a respeito da ilegalidade da escravidão a partir do não cumprimento da lei de 1831, que proibira a entrada de africanos para o Brasil. Os discursos abolicionistas de Rui Barbosa, ainda no Recife, na década de 60, foram baseados nessas idéias e também as ações dos advogados abolicionistas, da década de 70, que pediram a liberdade de escravos na justiça¹⁸⁴. A sua atuação como advogado lhe rendeu uma posição de prestígio, além de uma estabilidade financeira¹⁸⁵. Na República, seu nome continuou em voga, principalmente quando concorreu à Presidência da República duas vezes, em 1909 e 1919, perdendo para Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa, respectivamente¹⁸⁶. Em sua campanha, Rui Barbosa defendeu princípios democráticos, o voto secreto e tentou atrair a simpatia da classe média urbana com a defesa da cultura, das liberdades públicas e das tradições liberais. No entanto, apesar da acirrada disputa não conseguiu vencer a máquina eleitoral existente nos tempos da Primeira República¹⁸⁷. Na sua segunda candidatura recebeu um número significativo de votos mas não sendo suficiente para a vitória final¹⁸⁸.

Além das candidaturas à Presidência, Rui Barbosa participou da campanha civilista em 1909-10 e na Conferência de Haia, em 1907, como embaixador do Brasil. Em 1918, ano do lançamento do livro *Abolição*, o mês de agosto foi dedicado ao seu “jubileu literário”. A escolha dessa data é controversa e pode estar ligada aos 50 anos de discurso que fez em São Paulo, quando ainda era estudante de Direito, em favor de José Bonifácio, o moço¹⁸⁹. De qualquer forma, podemos encontrar no ano que antecedia a sua segunda candidatura uma verdadeira campanha antecipada, com comentários nos jornais da cidade que lhe rendiam inúmeras homenagens.

O prefácio de *Abolição* vai servir para o próprio Rui Barbosa teorizar sobre o momento em que viveu na defesa pelo fim da escravidão e também dissertar sobre a República e as interpretações existentes até aquele momento sobre a Abolição no Brasil. Esse

¹⁸⁴ BARBOSA, 1918, op. cit.

¹⁸⁵ VAINFAS, op. Cit. Pg. 662-3

¹⁸⁶ VAINFAS, op. Cit. pg.662-3

¹⁸⁷ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2002, pg.154

¹⁸⁸ idem, pg. 171

¹⁸⁹ João Felipe Gonçalves cita ainda outros dois motivos para a escolha da data. O segundo seria a proximidade da data do discurso (13/8) com a criação das faculdades de direito no Brasil (11/8). O terceiro motivo apontado por esse autor é a respeito da situação política da Bahia naquele ano, quando Rui Barbosa romperia com o governador do Estado. A idéia de festa, tida pelos seus amigos baianos seria uma forma de levantar o prestígio de Rui e apoiar o concorrente do governador nas próximas eleições. GONÇALVES, João Felipe. “ ‘As imponentes festas do Sol’ . O Jubileu Cívico-literário de Rui Barbosa”. In: LUSTOSA Isabel. *Estudos Históricos sobre Rui Barbosa*. Casa de Rui Barbosa, 2000, pg. 153-4

é o primeiro momento no livro em que as “batalhas”, conforme já citadas anteriormente, vão aparecer e indicar os diferentes sentidos que havia para a Abolição da escravidão até 1918.

No prefácio assinado em 27 de fevereiro de 1918, Rui Barbosa lembrou os anos em que lutara na campanha abolicionista desde 1869, ainda na época de estudante. No entanto, o próprio Rui admitiu, nesse texto, que a sua participação no processo abolicionista não serviu para que ele mesmo escrevesse essa História. Segundo ele, tal empreendimento demandava serenidade e imparcialidade no julgamento de homens, idéias e coisas, mas caso fizesse, grande parte seria dedicada a “cruzada redentora”¹⁹⁰.

A existência de uma disputa em torno da memória da Abolição e da escrita da História que se fazia até aquele momento apareceu de forma implícita no prefácio. Sem citar episódios ou nomes, o prefaciador indicou o nível dessa disputa, que a cada nova oportunidade se fortalecera, segundo o próprio Rui Barbosa,

“Cada facção, cada grupo, cada interesse, cada seita, cada fanatismo, cada ódio, cada vingança tem o seu ídolo, ou a sua vítima, a sua calúnia, ou a sua apologia, e, de cada oportunidade, em cada comemoração, a cada aniversário, os mesmos nomes e os mesmos estribilhos, os mesmos ataques e as mesmas loas, os mesmos entusiasmos e os mesmos esquecimentos, os mesmos silêncios e as mesmas ovações renovam periodicamente as injustiças consagradas.”¹⁹¹

Diante de tantas *versões*, segundo o prefaciador, os homens que participaram efetivamente dos últimos episódios no Brasil, Abolição e República, não reconheceriam seus papéis nas muitas noções que, naquele momento, circulavam sobre eles¹⁹².

A respeito de *Abolição*, disse o prefaciador “*era a primeira iniciativa resoluto e larga de preparação dos materiais para a história do abolicionismo no Brasil*”¹⁹³. Segundo Rui Barbosa, tendo partido de um trabalho de documentação e crítica imparcial, faria Duque-Estrada um balanço de uma época e abriria dessa forma o caminho para aqueles que quisessem se aprofundar na “*História das duas revoluções*” que originaram o Brasil atual: a Abolição e a República¹⁹⁴. Por fim, o prefaciador admitiu que, apesar do uso de documentos de diferentes origens, o livro de Duque-Estrada não era a História completa, nem muito

¹⁹⁰ BARBOSA, 1918, op. Cit. pg. 14

¹⁹¹ ibidem,

¹⁹² ibidem,

¹⁹³ ibidem, pg. 14

¹⁹⁴ ibidem, pg. 16

menos a liquidação metódica, sistemática e decisiva do tema, e sim um “*esboço histórico*” conforme definido pelo próprio autor¹⁹⁵.

No entanto, essas considerações a respeito de ver o livro *Abolição* como esboço, no sentido de rascunho, obra mal feita ou incompleta não estiveram presentes nem no sentido que o autor quis dar ao livro nem muito menos foi essa a interpretação do prefaciador. O significado de “esboço” parece estar mais voltado para a idéia de que a História da Abolição ainda renderia outras obras de outros autores que se completariam na busca de uma História completa para a Abolição da escravidão.

Contudo, um dos diferenciais dessa obra para outras mais contemporâneas é o caráter que tem de construção de uma memória da Abolição, a partir dos relatos dos episódios anteriores ao 13 de maio. O livro de Duque-Estrada terá uma preocupação por parte do autor de ser um momento de “arrumação” de uma memória, ou num conceito mais moderno, de trabalho de enquadramento da memória do processo abolicionista. Um dos indícios desse objetivo está nas fontes, porque além de documentos oficiais, utilizou também os arquivos de J. Ferreira Serpa Júnior, um dos diretores da Confederação Abolicionista, e também da reminiscência dos fatos por parte do próprio autor. Apesar de jovem nos anos que a campanha abolicionista se intensificou, o convívio de Duque-Estrada com os membros do movimento já seria suficiente para escrever uma História recheada de reminiscências.

O conceito de enquadramento de memória foi utilizado por Michael Pollack¹⁹⁶ quando discutiu os usos da memória na construção da História Nacional. A memória, vista como um fenômeno coletivo e social, submetida a flutuações e mudanças constantes, lembrado por Halbwachs, é também seletiva, sua flutuação corresponde ao momento do seu enquadramento e algumas vezes está imersa nas disputas políticas, onde a memória nacional é objeto importante nessa disputa¹⁹⁷.

Segundo Pollack um trabalho de História Social da História seria a análise desse enquadramento da memória, ou seja, esse investimento que é feito com e para a memória. Para o autor, cada vez que uma memória é constituída há um trabalho de manutenção, de coerência e de unidade. A cada mudança significativa referente a essa memória há um trabalho de arrumação e de reorientação. Nesse caso, a escrita da História da Abolição no período republicano, passados quase 25 anos não seria a mesma que se buscou constituir em 1888, nem logo após. O motivo dessa nova perspectiva da memória pode ser o investimento

¹⁹⁵ Os documentos são: atos públicos, debates parlamentares, textos legislativos, arquivos da imprensa, da tribuna, das relações internacionais BARBOSA, op. cit, pg. 17

¹⁹⁶ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992

¹⁹⁷ idem

de outros grupos, o resgate de novos heróis e as comemorações em torno do evento, que acabam levando a um questionamento maior a seu respeito. Pollack lembra também que a necessidade de arrumação da memória se dá em grupos cuja memória e identidade não se encontram suficientemente amarrados e constituídos. Essa necessidade de mudança é mais freqüente, segundo esse autor, em momentos de crise, que atingem a memória e o sentimento de identidade coletiva.

Uma outra questão que perpassa o enquadramento da memória é o tempo que separa o evento em si até a sua escrita. O que chamam, hoje, de História do tempo presente e a problemática que alguns historiadores têm de estudar a História contemporânea, fez parte de um dos argumentos de João Ribeiro em relação ao livro de Duque-Estrada. Segundo Ribeiro, mesmo em 1918, passados 30 anos da Abolição, ainda não seria possível escrever a História desse período. Nas suas palavras justificando as críticas que havia feito ao livro, considerado por ele um “perfeito desastre” disse,

“Não era e nem é possível escrever, rapidamente, uma história que não está inventariada, cujos documentos, avulsos ou inéditos, não foram sequer ordenados, e cuja extensão, quanto ao seu interesse geral, avulta além das nossas fronteiras.”

Ao contrário disso, quis Duque-Estrada escrever enquanto viviam os seus contemporâneos justamente para levantar um debate. No entanto, nada muito significativo foi encontrado, apenas críticas corriqueiras publicadas em jornais. Seu texto, no entanto, foi utilizado pela historiografia, anterior a 1988, como referência bibliográfica sobre o assunto¹⁹⁸.

Desta forma, podemos chegar a algumas conclusões nessa primeira parte. A História da Abolição escrita por Duque-Estrada após 25 anos da libertação dos escravos, ganhou uma nova versão que não deixou de reproduzir as disputas em torno da memória da Abolição, assunto presente tanto no prefácio quanto na introdução do livro. No entanto, um dos motivos que levam a essa escrita, por parte de Duque-Estrada, pode ser apontado como parte de uma necessidade pessoal e até mesmo coletiva nesse trabalho de arrumação e enquadramento da memória. Um outro motivo que pode levar a essa escrita não deixa de estar ligada à necessidade de produzir uma obra que de algum modo acharia alguma demanda, principalmente por envolver o passado recente do país.

¹⁹⁸ MORAES, Renata Figueiredo. *Abolição: um esboço para a História da Abolição no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em, História), UFF/ICFH, 2005. Um dos exemplos é o livro de Emília Viotti da Costa que utiliza em *Da Senzala à colônia* a obra de Duque-Estrada como referência bibliográfica, o mesmo ocorrendo com Robert Conrad em *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, tendo esse último muito mais semelhanças com o modelo de esqueamatização proposto por Duque-Estrada em Abolição.

Por fim, os momentos de comemoração vivenciados por Duque-Estrada em 13 de maio de 1888 não seriam mais repetidos com tanto entusiasmo, nem nos 25 anos nem muito menos nos 30 anos da Abolição. E assim o autor, que vivenciou esses três momentos, pôde dar a sua versão para o primeiro 13 de maio e apontar, principalmente, quem deveria, naquele momento, ter ocupado o Panteão Abolicionista.

Capítulo II

A “EPOPÉIA DA ABOLIÇÃO” E A ESCRITA DA HISTÓRIA

A História da Abolição, segundo Duque-Estrada, há muito esperava *o seu historiador*, o seu *Homero*. Contudo, ele próprio em 1913 iniciou essa escrita e ofereceu para a historiografia uma nova leitura da Abolição, 25 anos depois. Desta forma, nesse capítulo, privilegiaremos a abordagem do autor para o processo que desembocou no fim da escravidão em maio de 1888. O contexto da escrita de *Abolição* será tocado no primeiro momento desse capítulo para em seguida discutirmos a estrutura proposta por Duque-Estrada para a História da Abolição.

A produção literária da Primeira República esteve há muito tempo associada à possível boemia dos seus escritores. A História também não escapou de uma classificação que privilegiou mais a produção dos anos 30 em oposição à feita nos primeiros anos do século XX. Nesse período, a literatura histórica foi vista mais com os métodos positivistas, disposta apenas no fornecimento de fatos, nomes e datas, com privilégio de eventos políticos e administrativos da História do Brasil¹⁹⁹.

Os anos 30 também aparecem na historiografia como marco de um novo pensamento histórico-sociológico, principalmente após a publicação de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, de Gilberto Freire²⁰⁰. No entanto, nas primeiras décadas republicanas o esforço de se pensar o Brasil ou formar uma “tradição política republicana” não deveria deixar de associar o passado colonial, o imperial, sem que se corresse grandes riscos numa comparação com os primeiros anos republicanos conturbados²⁰¹. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, ambiente de produção de uma escrita histórica no Império, percebeu através dos seus presidentes a necessidade de adaptação aos novos tempos, através da produção de uma História que contemplasse os novos contornos da sociedade pós-abolição e República²⁰². Os próprios objetivos para um texto histórico foram alvo de debates em que a posição do historiador, ou seja, o profissional da História passou a se distinguir do literato, principalmente pela

¹⁹⁹ GOMES, Ângela de Castro. “Gilberto Freire: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de *Casa Grande e Senzala*”. In: *Revista Remate de Males*. IEL/UNICAMP, n° 20, 2000 pp 47- 56

²⁰⁰ Ibidem. Além de Gilberto Freire, fazem parte também nesse momento os seguintes livros: *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr, do mesmo ano, e *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, de 1936.

²⁰¹ Ibidem, pg. 50

²⁰² Ibidem, pg. 50

necessidade que tinha em localizar, selecionar e classificar os “fatos”, que deveriam ser interpretados a partir de documentos cuja análise seguiria uma metodologia em busca da “verdade”²⁰³.

A classificação das fontes e as escolhas do historiador marcariam o próprio sentido que se queria dar à História. Além dos documentos oficiais, a utilização de novas fontes que fornecessem elementos sobre a vida no Brasil era um dos caminhos para que os historiadores dissertassem sobre a formação da sociedade brasileira e dos aspectos da cultura nacional. Um caso interessante é o uso de fontes orais, principalmente por parte de folcloristas que no contato com o interior do país passam a conhecer outra realidade, outra língua portuguesa e outros costumes. Tais mudanças são descritas por esses folcloristas e utilizadas em argumentos sobre a cultura popular e a cultura nacional, principalmente na busca de uma Identidade Nacional Republicana. Duque-Estrada é um dos exemplos desse tipo de intelectual que nas conferências que fez pelo Brasil soube aproveitar esse contato para a descrição das características do país e, assim, promover um debate sobre os elementos da cultura nacional²⁰⁴.

No entanto, não só folcloristas utilizaram das fontes orais. Os historiadores da História recente, como o próprio Duque-Estrada ao tratar da Abolição, também fizeram uso desse tipo de fonte para a descrição de momentos da História do país que não foram escritos oficialmente. Duque-Estrada ao escrever *Abolição* utilizou suas memórias, a de outros em 1913²⁰⁵, ou daqueles que conviveram com o autor desde 1888, para o preenchimento de algumas lacunas existentes sobre a movimentação abolicionista que não estariam em documentos oficiais.

Apesar de muito jovem, Duque-Estrada presenciou os momentos finais do movimento, tendo contribuído para a própria literatura acerca do 13 de maio de 1888 ao escrever os versos “Depois da Noite”. Diversas poesias, além dessa, foram distribuídas nas comemorações da Abolição em 1888, juntamente com a de outros literatos da época²⁰⁶. Os versos dessas poesias cantam a liberdade dos que possuíam *dor e sofrimento*.

²⁰³ Ibidem, pg. 51

²⁰⁴ Esse assunto já foi tocado no primeiro capítulo quando tratamos das obras do autor que nas conferências literárias que fez ressaltou a cultura popular e as contribuições dos diferentes elementos para a composição da cultura nacional.

²⁰⁵ Em 1913, Tobias Monteiro publicava o seu livro “Pesquisas e depoimentos para a História” e que seria bastante utilizado por Duque-Estrada como referência bibliográfica e fonte a respeito dos momentos descritos pelo autor para o processo abolicionista.

²⁰⁶ O 13 de maio será mais bem trabalhado no terceiro capítulo desse texto, onde essas poesias e as comemorações de 1888 serão destacadas.

Há pouco, os ferros, o azorrague imundo,
As algemas cruéis, a gargalheira,
Que gaguejando andavam pelo mundo:
- É de sangue e de lama essa bandeira!
Prantos, soluços, ais, gritos, gemidos,
Ecoavam no ar sinistramente...
Em toda a parte os corações partidos,
O coração partido a toda a gente!
Salve ao herói que luta e que trabalha!
Cinjam-lhe a frente novos esplendores;
Já que foi bela e grande essa batalha
Uma batalha olímpica, de flores...
A liberdade já criou raízes
Onde reinavam dor e sofrimento:
O amor dos pobres e dos infelizes
Já pode ser nobre sentimento²⁰⁷.

Deste modo, o uso da memória pelo Historiador, não somente a sua, mas também a dos outros, não escapa do que Pollack considerou ser o trabalho de História social da História, ou seja, a análise do enquadramento da memória²⁰⁸. Sendo assim, a História se utiliza da memória que por sua vez é reconstruída a cada uso.

O livro de Duque-Estrada, além de conter esses elementos memorialísticos, possui também o caráter da produção dos novos tempos republicanos. Ou seja, é o momento de produção de uma “história moderna” que possui princípios que singularizam o trabalho do historiador. Ele é o responsável pela interpretação daquilo que ao mesmo tempo em que narra, faz a crítica aos documentos que, por sua vez, são agora utilizados como fontes nesse trabalho de pesquisa histórica²⁰⁹.

Deste modo, o livro de Duque-Estrada faz parte de um momento da historiografia brasileira no qual os historiadores das primeiras décadas republicanas, adaptados aos novos tempos escrevem, ou reescrevem a História do país, sem descartar por inteiro o passado colonial ou imperial, mas lançam um olhar crítico sobre ele, não só com uso de documentos oficiais, mas também com outros tipos de fontes, principalmente da memória e dos discursos orais, dependendo do momento estudado.

²⁰⁷ DUQUE-ESTRADA, “Depois da Noite”, in: MIRANDA, José Américo (org.). Maio de 1888 – Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro, Coleção Afrânio Peixoto, p. 143. Cf. MORAES, Renata Figueiredo. *Abolição: um esboço para a História da Abolição no Brasil*, Niterói, Monografia, ICHF/UFF, 2005

²⁰⁸ POLLACK, Michel. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p.200-212

²⁰⁹ GOMES, op. Cit.

Esses novos tempos corresponderam ao período republicano marcado pelo esforço de consolidação de um novo imaginário. A própria adaptação imediata da História Imperial para a Republicana passou por momentos de discussão e de negociação²¹⁰. A disputa pela Bandeira e pelo Hino Nacional são exemplos clássicos da necessidade de legitimação republicana, mesmo que cedendo em algum momento aos símbolos imperiais. No entanto, os historiadores tiveram um papel chave na criação desse imaginário por legitimarem através da sua escrita essa “nova tradição republicana”, e também por participarem ativamente dessa construção e dos dilemas enfrentados no contato com o novo. Desde o Império, a História possuiria um caráter de pensar a Nação, conforme o exemplo da criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e seu primeiro concurso sobre a temática da escrita da História do Brasil²¹¹. Na República, os valores da nacionalidade também seriam temas de uma produção historiográfica nas três primeiras décadas²¹².

A produção histórica da Primeira República nos revelaria esses conflitos e esses esforços de tradução de uma História do Brasil Império para um Brasil República. Um dos exemplos é o próprio caso da Abolição da escravidão no Brasil. Duas versões de imediato existiram: imperial e republicana. Porém, essas versões foram construídas ao longo dos anos e, conforme disse Rui Barbosa, a cada evento e a cada comemoração temas e personagens se adaptavam²¹³.

A escrita da História da Abolição, agora com caráter republicano, tem em Duque-Estrada seu exemplo. Os marcos apontados pelo autor para a campanha em prol da Abolição, da mesma forma que a valorização da participação de outros agentes, no movimento abolicionista e no Parlamento, são os destaques que queremos fazer para esse trabalho. O caráter republicano se faz presente na valorização do autor dos agentes abolicionistas em detrimento das ações do governo, principalmente da Família Imperial. Nesse seu livro quis o autor apontar “os verdadeiros heróis” da causa abolicionista e para isso não poupou seus argumentos no processo de “heroificação” dos mesmos que se concretiza com o panteão. No

²¹⁰ Um dos exemplos é a polêmica em torno do Hino Nacional. Cf. CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil, São Paulo, Companhia das letras, 1990; MORAES, Renata. “O brado retumbante”, *Nossa História*, Ano 3, n° 36, pp. 55-59

²¹¹ Em 1845 o IHGB publicou em sua revista o texto vencedor do concurso lançado em 1842 sobre o plano de escrita da História do Brasil. O vencedor foi o alemão Karl Von Martius com o texto “Como se deve escrever a História do Brasil”. RIHGB, vol. 6, jan. 1845, pg. 50. Cf. GUIMARAES, M. S. L. “História e Natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação.”. In: *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, Vol. VII (2), 389-410, jul – out.2000

²¹² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A construção da História da Nação”. In: _____ *A questão Nacional na Primeira República*. Brasiliense, 1989, pp. 127-143. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “De volta ao passado com as lentes focadas no presente.” In: SIMAN, Lana M. C; FONSECA, Thais N. L. (orgs.) *Inaugurando a História e construindo a Nação*. Discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte, MG, Autentica, 2001, pp. 7-16

²¹³ BARBOSA, Rui. “Prefácio”. In: DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição*. Brasília, Senado Federal, 2005

entanto, nesse processo de “arrumação” da História da Abolição, além de apontar os heróis, o autor também enfatizou os que seriam os “anti-heróis” abolicionistas.

Na História da Abolição percebemos também uma batalha, agora no nível da escrita e principalmente no apontamento dos seus heróis. Segundo José Murilo de Carvalho, “o Herói nos diz menos sobre si mesmo do que a sociedade que o produz”²¹⁴, e completa esse autor, “não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico”²¹⁵. Desse modo, a República não deixaria de ter o seu próprio Panteão, os novos tempos republicanos precisariam de novos atores abolicionistas.

No livro *Abolição* nós temos dois momentos do apontamento do autor para esses novos agentes. O primeiro se dá ao longo de todo o livro. Em todas as partes, o autor ofereceu uma série de nomes, “heróis” e “anti-heróis” da causa abolicionista. Todos esses nomes serão reunidos nesse trabalho na parte final onde apontaremos as páginas correspondentes e um pouco da atuação deles no processo abolicionista²¹⁶.

O segundo momento está no apêndice do livro, na parte chamada “Panteão Abolicionista”. Os “heróis” não podem ser criados no vazio, precisam ter alguma “cara”, representar uma aspiração coletiva, refletir alguma personalidade ou comportamento que corresponda a um modelo comum no Panteão. Nesse caso, a fim de criar “elementos humanos” e reproduzir características que são compartilhadas por outros, nosso autor, na formação do “Panteão” em 1913, indicou os seus membros através de um texto biográfico escrito por outros tão semelhantes, ilustres e “heróicos” quanto os biografados. Desta forma, os homens que compuseram essa “galeria resumidíssima”, conforme classificou o próprio autor, representaram um modelo e uma personalidade que não era sobre-humana, pelo contrário, era tão real que foi descrita pelos seus semelhantes.

Nesse segundo capítulo, iremos discutir as principais características de *Abolição*, como o autor estruturou seu texto e com quem dialogou no livro. Nesse momento, privilegiaremos a posição de Duque-Estrada a respeito da Abolição e dos momentos que a antecederam. Essa separação é necessária para que no próximo capítulo possamos discutir os 13 de maio de 1888, ou seja, o vivido e escrito pelo autor, o da historiografia e seus efeitos, e

²¹⁴ CARVALHO, op. Cit. pg. 14

²¹⁵ Ibidem, pg. 55

²¹⁶ Chamaremos de processo abolicionista todo o período apontado por Duque-Estrada quando a Abolição começou a ser discutida, ou seja, desde 1831, quando se aprovou a primeira lei do fim do tráfico. Desde então, a escravidão passou a ser contestada mas com diferentes possibilidades de término. Uma dessas possibilidades foram as inúmeras leis emancipadoras. Todos esses assuntos serão tratados mais especificamente ao longo desse capítulo.

os outros 13 de maio. Além disso, o Panteão feito pelo autor será valorizado, da mesma forma que os textos biográficos escritos para ele.

O LIVRO ABOLIÇÃO

Na análise do livro *Abolição*, privilegiaremos duas perspectivas que acabam por corresponder aos nossos objetivos: a primeira é a respeito de como o autor escreveu a História da Abolição, ou seja, os fatos marcantes priorizados por ele e que foram responsáveis, ou influenciaram, a assinatura da lei que libertou os escravos em 1888. A segunda perspectiva, também muito próxima da primeira, é a respeito dos “novos” agentes do processo abolicionista. Ou seja, dentre os acontecimentos desse processo perceber quem está inserido nele, tanto de forma favorável ou não. Esses dois pontos correspondem aos nossos objetivos de perceber no período que Duque-Estrada escreveu e publicou o livro, 1913-1918, os debates acerca da memória da Abolição e também a apropriação dessa memória pela República, através da escrita de seus historiadores, principalmente dos marcos colocados por eles para a História da Abolição.

Nesse momento não estamos vendo esse livro de Duque-Estrada como um investimento de política pública especificamente²¹⁷. No entanto, tal perspectiva não é totalmente descartada se considerarmos que as interpretações de História do Brasil, nesse período, corresponderam a um esforço de pensar a Nação, na República, e seus historiadores como agentes desse processo, principalmente se além de escrever livros de História atuassem também no magistério. A História da Abolição de Duque-Estrada é mais uma contribuição na República para o aprofundamento dos debates acerca da cidadania no pós-abolição republicano. Deste modo, passemos para a leitura do livro enfatizando os principais pontos levantados pelo autor que serviram de instrumento para os debates da época.

Dentre a forma como o texto foi estruturado e as fontes utilizadas pelo autor, podemos indicar dois pontos-chave sobre o livro. O primeiro é a respeito da forma como cita as suas fontes e bibliografia. Apesar de no intróito informar quais fontes iria utilizar, Anais parlamentares e documentos de 1830 a 1871, o autor também fez uso de demais bibliografias, algumas indicadas por ele logo no intróito como, por exemplo, o livro de Tobias Monteiro, as

²¹⁷ A volta ao passado e a reconstrução de um “lugar na história” é típico de dirigentes nos processos de formação de Estados Nacionais. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. A Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996, pg. 22.

“notas fornecidas por Joaquim Nabuco” e o elementos do arquivo de J. Ferreira Serpa Júnior, além das suas memórias dos fatos. No entanto, ao longo do texto, dificilmente o autor precisou de onde exatamente vinha cada informação. Até mesmo sobre as “notas” de Nabuco, sabemos que o autor utilizou no mínimo três livros desse autor, *Um Estadista do Império*, *O Abolicionismo* e *Minha Formação*, mas ao longo da narrativa dificilmente indicou qual dos três utilizava naquele momento. É possível saber apenas a partir dos temas tratados ou então quando raramente citou a obra. Em outras ocasiões disse apenas o nome de Nabuco, podendo ter usado até mesmo outros escritos desse autor. Da mesma forma fez com as informações do arquivo de Serpa Júnior. No entanto, é possível perceber que na parte final do livro, quando tratou dos momentos finais da campanha abolicionista, a escrita de Duque-Estrada parece estar mais livre do uso de fontes oficiais, o que nos leva a crer que muitos episódios narrados nesse momento venham desse arquivo, ou das suas próprias memórias²¹⁸.

Uma segunda característica é sobre a forma como construiu a narrativa. Ao longo de todo o livro, Duque-Estrada fez uso de inúmeros discursos a fim de embasar suas idéias e opiniões. No capítulo que tratou do ministério Cotegipe, o autor se remeteu a dois longos discursos, um de José Bonifácio, e outro de Rui Barbosa, ambos chamados pelo autor de “*águias da eloquência brasileira*”. Nesse momento os dois discursos feitos no Senado e nos comícios, respectivamente, são reproduzidos pelo autor a fim de embasar uma idéia sobre o Ministério que se formava em 1885²¹⁹. Desta forma, teremos em todo o livro longos textos desse tipo, muitos sem data e local especificados de forma clara e direta.

Esses dois pontos, tanto a forma de citar as fontes quanto os discursos, nos ligam ao texto do intróito à obra feito pelo próprio Duque-Estrada. Esse texto é o primeiro contato do autor com o leitor, e logo de início o autor revelou “dois patrióticos e desinteressados escopos” ao realizar essa obra:

“concorrer com alguns subsídios históricos pacientemente restolhados, para facilitar a iniciativa de quem porventura se julgue com forças para a realização da tarefa, e prestar um depoimento sincero e estreme de qualquer eiva de suspeição e parcialidade, acerca dos principais acontecimentos que se passaram diante dos nosso olhos.”

²¹⁸ DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição*. pg. 29 A edição utilizada nesse trabalho será a publicada pela editora do Senado Federal em 2005. No entanto, a primeira edição é de 1918, publicada pela editora Leite Ribeiro & Maurillo e quando necessário iremos utiliza-la, informando na ocasião.

²¹⁹ Ibidem, pg. 144

Essa idéia de dar depoimento sincero é possível notar ao longo do texto, sendo uma característica marcante o uso que faz do “nós”, ou seja, seus depoimentos são compartilhados por outros. Ainda nesse intróito o autor lembrou a admiração do Ministro Americano que, em 1871, presenciou as flores jogadas a Rio Branco na ocasião da aprovação da Lei que levou seu nome. Ao apanhá-las do tapete, diz o ministro: “*Vou mandar estas flores para o meu país, para mostrar como aqui se fez uma lei que lá custou tanto sangue*”²²⁰. Essa frase mostrou, segundo Duque-Estrada, o quanto a *escravidão* no Brasil se diferenciou da ocorrida nos Estados Unidos, marcada por uma “*guerra de raças*”. No Brasil, segundo o autor, a escravidão “*deu ensejo à sua fusão e à sua solidariedade, pela expansão de sentimentos nobres e altruísticos de confraternização, de piedade e de filantropia*.”²²¹. Esse é o único momento em que cita os EUA, no restante do livro não haverá outras comparações. Além disso, essa idéia de fusão das raças e a ausência de uma guerra, ou qualquer outro assunto que remetesse a um conflito maior, não serviram de argumento para o autor no livro para a luta abolicionista.

O problema da escrita recente dos acontecimentos históricos, já anteriormente discutido, como por exemplo, a “*revolução de 15 de novembro, a revolta da Armada, ao papel de Floriano*”, foi percebida por Duque-Estrada e, segundo ele, se deviam à necessidade de ser escrita com imparcialidade por um contemporâneo, “*sem deixar entrar paixão política, preconceito sectário e a predileção pessoal*”. De acordo com o autor, teria ocorrido com o próprio Nabuco, que havia atentado para as dificuldades de se escrever a História da Abolição. Outros historiadores também sofreriam desse problema, segundo o autor,

“ao invés de deixar que só os fatos, fielmente reproduzidos, deponham em favor dos seus heróis, procura o historiador, desprezando os materiais históricos, perder-se em considerações abstratas, ou desacompanhadas de provas, e colocar as figuras no plano privilegiado que a simpatia ou a predileção lhes assinala.”²²²

No entanto, Duque-Estrada reconheceu que o próprio Nabuco em sua obra ao citar e “*classificar meia dúzia de companheiros*” percebeu que não poderia, nesse caso, ter a missão de juiz. Nesse ponto, Nabuco, ainda segundo Duque-Estrada, em virtude da sua *dedicação pelo trono*, mas também por ser parte da causa, não poderia seguir à risca a imparcialidade na escrita dessa História. Deste modo, Duque-Estrada indicou a preferência que tinha em

²²⁰ Ibidem, pg. 20

²²¹ Ibidem

²²² ibidem

escrever a História de um acontecimento recente justamente para que houvesse uma contestação ou retificação. Segundo ele,

“muito melhor será que sejam desde logo expostos e discutidos os fatos, enquanto vivem os contemporâneos, que os poderão contestar ou retificar, do que relegados para um futuro remoto em que venham a ser deturpados, ou invertidos, ao sabor das conveniências e do interesse de cada um”²²³

Uma outra questão apontada por Duque-Estrada nesse texto é a respeito dos participantes do movimento. Segundo o autor, “*A legião dos falsos triunfadores tende a aumentar, dia a dia*” e por isso não se quisesse que a “*crônica da Abolição*” fosse escrita pelos contemporâneos, e sim pelos “*falsificadores da história*”. Nesse caso, o autor, usando o verbo na primeira pessoa do plural, diz:

“preferimos, por nossa parte, levantar a máscara à hipocrisia e denunciar francamente o embuste de tal comédia, arrancando desde logo à cabeça de certos heróis de fancaria a aureola de apoteose teatral com que se enfeitam, e as falsas insígnias com que a si mesmos se condecoram.”²²⁴

O uso do verbo no plural corresponde à idéia de que não falava por si só. Os “falsos triunfadores” já haviam sido tocados por Rui Barbosa no prefácio desse livro. O prefaciador já havia ressaltado a constante mudança na História da Abolição. As comemorações, segundo Rui Barbosa, eram as ocasiões de aparecimento de novos nomes ou então de permanência dos esquecimentos e das injustiças. Os trechos tanto do prefácio quanto do Intróito nos mostram o quanto desde 1888 a memória da Abolição servia de palco de disputa. Tal combate pela memória aparece tanto no âmbito político quanto no cultural. Afinal de contas quem fez a Abolição? O Império ou a República? Quem eram os abolicionistas, o Imperador e a Princesa, os republicanos ou os monarquistas?

Tais questões são capazes de promover ainda calorosos debates e não estão longe de outras discussões próprias do seu tempo, como por exemplo o movimento republicano, os efeitos da Abolição para o Império e a inserção dos libertos na sociedade republicana do XIX. No entanto, dissertaremos sobre elas no terceiro capítulo quando tratarmos dos símbolos e dos marcos para a Abolição, que não se restringem apenas à Princesa e ao Gabinete que propôs a

²²³ ibidem, pg. 21

²²⁴ ibidem, pg.21

lei, mas também àqueles que participaram da vitória do movimento abolicionista, de acordo com o texto de Duque-Estrada, e que foram organizados por ele no *Panteão Abolicionista*.

Ao formar essa galeria a grande quantidade de *obreiros*, que iam desde os *apóstolos* e *evangelizadores* da idéia, até “*os intrépidos guerreiros arregimentados em torno da Confederação Abolicionista*” trouxe a dúvida para o autor a quem destacar inicialmente. No entanto, tinha claro aqueles que abriram, através de suas ações, brechas no reduto da escravidão e que poderiam ser simbolizados pelo que ele chamou de “*triângulo refulgente*” e que eram compostos por José do Patrocínio, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Ao mesmo tempo, havia o “*triângulo negro*” que criou resistência escravocrata e simbolizada por Andrade Figueira, Paulino de Sousa e Cotegipe. Deste modo, criara o autor uma *galeria resumidíssima* para os maiores apóstolos da *memorável cruzada abolicionista*.

O livro *Abolição* foi organizado pelo autor a partir de 7 grandes capítulos. E cada um foi dividido de acordo com o seu tema. Além desses capítulos há o Prefácio e o Intróito. O primeiro capítulo recebeu o seguinte título: “A escravidão africana; Antecedentes Históricos. O período de 1830 a 1850; A Abolição do tráfico e o contrabando”. Esse capítulo englobou as seguintes partes: “A colonização”; “A lei de 1831” e “O Contrabando”, com 23 páginas no total²²⁵.

No segundo capítulo, o tema abordado corresponde ao seu título, “A evolução emancipadora. Rio Branco e o Ventre Livre (1853-1871)²²⁶”. Os dois temas tratados pelo autor nesse segundo capítulo são representados pelas partes intituladas “Os precursores”, sobre aqueles que antecederam Rio Branco na proposta de uma solução para os nascituros; “Rio Branco e o Ventre Livre”, quando o autor tratou da aprovação dessa lei e seus efeitos para a o fim da escravidão.

Os capítulos três e quatro receberam o mesmo nome. No entanto, com idéias diferentes. No terceiro, o autor chamou de “A fase da Luta (1880-1888) – a) A Confederação Abolicionista. A Libertação do Ceará²²⁷”. O longo título do capítulo não sintetizou todos os seus temas, tendo ainda o capítulo as seguintes divisões: “Os Ministérios”; “Emancipadores e Abolicionistas”; “A confederação Abolicionista”; “A libertação do Ceará”; “O Município Neutro” e “A libertação do Amazonas”.

²²⁵ O número de páginas será informado a partir da primeira edição, 1918, cujo tamanho de suas páginas não ultrapassavam 10 x 15 cm.

²²⁶ O segundo capítulo conta com 35 páginas.

²²⁷ O terceiro capítulo possui 48 páginas.

No quarto colocou: “A fase da Luta (1884-1885) – b) O ministério Dantas²²⁸”, onde abordou os temas: “Ministério Dantas (1884)”; “Um punhado de fatos”, sobre os acontecimentos entre agosto de 1884 e 8 de março de 1885; o “Ministério Dantas (1885)”, que encerrou essa fase da luta.

O quinto capítulo “Saraiva-Cotegipe (1885-1887)²²⁹” foi dividido nas seguintes fases: “Ministério Saraiva”; “Ministério Cotegipe”; “A marcha da Abolição”; a última parte chamada de “Cotegipe (1887)”, que na primeira versão parece constituir um novo capítulo, na edição de 2005 essa parte aparece dentro do quinto capítulo. Essa confusão se dá porque as indicações de numeração dos capítulos desaparecem a partir do quarto capítulo nas duas edições. No entanto, é possível identificar na primeira edição através da disposição dos títulos. Nesse caso, esse pequeno capítulo sobre Cotegipe contou com 15 páginas.

O último grande capítulo, antes do apêndice, não poderia ter outro nome: “O 13 de Maio”,²³⁰ sendo também esse o nome da única parte do capítulo.

Após esse capítulo temos o Apêndice²³¹ com os seguintes textos: “Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888”; “Estatística sobre a População Escrava do Brasil”; “Hino da Redenção” - uma poesia de Luiz Murat - “Panteão Abolicionista”²³²; “Obituário Abolicionista”; “A escravidão e o trono”; “História triste” - um texto de Lúcio de Mendonça sobre Luiz Gama - “O último libertador” - sobre as comemorações, em Niterói, do perdão a todos os escravos, em 1901, que haviam sido sentenciados por lei especial - “Fiat Libertas” - a poesia de Luiz Delfino de mesmo nome sobre a libertação dos escravos - “Nota do Autor” - sobre o Coronel Carlos Leite Ribeiro.

Após essa organização dos capítulos vale conhecer como o autor viu a estruturação de sua obra. Ainda no intróito, Duque-Estrada informou os privilégios que daria na sua escrita. O autor se ocuparia a partir da “meia conquista de 1871”. O motivo desse privilégio foi o despertar do sentimento nacional a partir desse momento, ao mesmo tempo que desvendou ao país a “fortaleza negra do escravagismo impenitente”. Além dessa fase, o autor se dedicará aos momentos posteriores da seguinte forma,

²²⁸ O quarto capítulo possui 30 páginas

²²⁹ O quinto capítulo possui 39 páginas

²³⁰ O capítulo sobre o treze de maio possui 34 páginas, sem nenhuma divisão entre elas.

²³¹ Cada uma dessas partes possuem no máximo 3 páginas cada uma.

²³² Nessa parte temos textos biográficos sobre os seguintes abolicionistas: Luís Gama, André Rebouças, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio, Sizenando Nabuco, José Bonifácio (o Patriarca), José Bonifácio (O moço), Joaquim Nabuco, Ferreira de Araújo, Joaquim Serra, João Clapp e Antônio Bento.

“com mais amor e cuidado, da fase militante e revolucionária do verdadeiro abolicionismo, que começa em 1879, como o movimento emancipador de Joaquim Nabuco, sobre de intensidade, em 1883, com a ação demolidora de José do Patrocínio e da *Confederação Abolicionista* (grifo do autor), empolga a nação inteira em 1885 com o ministério Dantas e a efervescência dos comícios em que tropeja constantemente a palavra fulminadora de Rui Barbosa, conquista ao mesmo tempo a Escola Militar e o Exército, provocando o êxodo dos escravos, e tem, por fim, o seu epílogo fatal na alvorada luminosa de 13 de maio de 1888”²³³

No entanto, ao se ocupar mais a partir da meia conquista de 1871, o autor informou que a História do tráfico africano não ganharia espaço merecido. O motivo disso foi a atenção que quis dar a Abolição e a sua fase revolucionária, além disso não quis tocar no que ele chamou de *chaga* que “enxovalhou a civilização americana durante toda a primeira metade do século XIX”, fazendo referências ao tráfico negreiro²³⁴.

A partir desse momento analisaremos o livro, vendo como o autor utilizou suas fontes, o diálogo que fez com outros livros e a interpretação que deu às leis anteriores a 1888. Nessa análise iremos dar atenção especial somente a alguns pontos, sem fazer uma explicação exaustiva do livro. O apêndice também será motivo de análise, principalmente no terceiro capítulo, onde iremos tratar do 13 de maio escrito por Duque-Estrada, os marcos apontados pelo autor e os “heróis” desse processo, indicados por ele no seu Panteão.

AS PRIMEIRAS LEIS

Ao iniciar sua epopéia, Duque-Estrada parte do princípio de tudo, ou seja, das primeiras expedições para o Brasil ainda no século XVI, que trouxeram os primeiros escravos importados da África para a Bahia em 1551, de acordo com Visconde de Porto Seguro²³⁵, referência utilizada por Duque-Estrada nessa parte.

Após um traçado dos primeiros tempos coloniais, do trabalho forçado dos indígenas e dos habitantes da costa d’África, o autor passou a tratar do aprofundamento do tráfico africano nos primeiros anos do século XIX. Ainda nessa parte chamada por ele de “Colonização”, o autor informou as negociações do Brasil com Inglaterra para o reconhecimento da Independência, tendo como necessário o fim do tráfico africano. A partir

²³³ DUQUE-ESTRADA, 2005, pg. 22

²³⁴ Ibidem

²³⁵ Título recebido por Francisco Adolph Varnhagem, autor de *História Geral do Brasil*.

daí, surgiu a Lei de 1831, assinada em 7 de novembro entre Brasil e Inglaterra, que confirmou os acordos de 1826, que abolira o tráfico negroiro²³⁶.

A parte seguinte desse capítulo será dedicada à Lei de 1831 e sua principal questão: o fim do tráfico africano para o Brasil. Nela, o autor vai introduzir os argumentos abolicionistas a respeito da ilegalidade da escravidão para os africanos contrabandeados entre os anos de 1831 e 1850²³⁷. A fim de mostrar que grande parte dos africanos no Brasil, em 1880, era ilegal, o autor forneceu números sobre a entrada de africanos desde 1842 até 1852, totalizando mais de 300 mil introduzidos por meio de contrabando. Ao fornecer essas informações o autor não indicou claramente suas fontes, disse apenas que as estatísticas sobre o contrabando vinham de Pereira Pinto, baseado nos documentos da Foreign-Office²³⁸. Além dessas informações, as notas de rodapé também são utilizadas pelo autor para fornecimento de mais dados acerca do tráfico. Numa dessas notas, citou André Rebouças - sem citar em qual livro ou texto - sobre as mulheres africanas que não eram importadas antes de 1830. Baseado nisso, Rebouças reforçou o argumento da ilegalidade ao propor que as mulheres que entraram depois dessa data eram contrabandeadas, logo, de ventre livre²³⁹.

Apesar de não dedicar muito tempo à lei de 1831 em comparação ao restante do livro, Duque-Estrada terá nessa questão um dos seus principais argumentos sobre o abolicionismo e a ilegalidade da escravidão. Os números que forneceu a respeito do tráfico entre os anos das duas leis são valiosos para mostrar a continuidade do tráfico após a primeira lei que o aboliu, e assim reforçar seu argumento.

Ambas as leis que trataram do fim do tráfico, tanto a de 1831 quanto a de 1850, já foram bastante debatidas pela historiografia e são parte das discussões que antecederam os debates sobre o fim da mão-de-obra escrava no Brasil. A idéia de ilegalidade dos africanos aqui introduzidos após 1831, conforme já dito, foi a base do argumento de Rui Barbosa. No entanto, ele não foi o único a perceber o quanto era problemática a situação dos “africanos livres” no Brasil²⁴⁰. Desde os anos 30, durante a Regência, após a sua aprovação, a lei foi alvo

²³⁶ DUQUE-ESTRADA, 2005, op. Cit. pg. 29

²³⁷ Ibidem, pg. 32. São esses os números citados por Duque-Estrada no livro: de 1830 a 1852 cerca de 646.315, no mínimo. Esses números vêm de dados fornecidos por Eusébio de Queiroz, Pereira Pinto, além de números de Lorde Palmerston (ministro britânico de assuntos estrangeiros que enviou seu representante Hudson para resolver o problema dos africanos que entraram no Brasil após 1831), Ferdinand Denis e Visconde De Mauá. Em nenhum caso o autor citou a fonte propriamente dita.

²³⁸ Ministério dos Negócios Estrangeiros britânicos. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “O direito de ser africano livre” in: LARA, Silvia H; MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs.) *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas, ED. Unicamp, 2003.

²³⁹ DUQUE-ESTRADA, 2005, Op. Cit. Pg. 32

²⁴⁰ MAMIGONIAN, op. Cit. Pg. 131 Essa expressão foi criada na época dos acordos bilaterais assinados entre Portugal e Inglaterra a respeito da repressão ao tráfico. Os Africanos livres teriam status jurídico semelhante ao

de inúmeros debates no Senado justamente com o objetivo de conciliar o seu cumprimento e o direito de liberdade dos africanos com a situação dos senhores que haviam comprado escravos após esse período²⁴¹. Esse direito à liberdade que os africanos possuíam passou a ser visto como um fator perigoso para a manutenção da ordem social, devido à reivindicação que poderiam fazer de sua liberdade. Inúmeras ações na justiça apareciam como canais legais na luta pela liberdade. Essas ações apareceram com maior força na década de 60 e baseadas na lei de 1831 pretendiam ampliar a condição de “africano livre” para todos aqueles que foram trazidos para o Brasil após a decretação de ilegalidade do tráfico²⁴².

A lei aprovada em 4 de setembro de 1850 veio encerrar de forma definitiva o chamado “comércio infame”. Apesar da lei de 1831 e dos debates que se seguiram a respeito das condições dos africanos “contrabandeados”, a possível repressão não foi suficiente para inibir o contínuo fluxo que se seguiu até 1850, quando finalmente foi abolido o tráfico²⁴³. A pressão sobre o Brasil se dará mais fortemente em 1845 quando o Parlamento Inglês aprovou o *Bill Aberdeen*, ou seja, o apressamento de qualquer navio brasileiro destinado ao tráfico negreiro²⁴⁴. A intromissão da Inglaterra nos assuntos brasileiros gerou um sentimento antibritânico, o que acabou por formar uma atitude mais severa do novo gabinete que se formara, liderado por Eusébio de Queiroz, e que conseguiu aprovar a lei em 1850²⁴⁵. A nova lei também não previu nenhum tipo de punição para aqueles que compraram escravos antes desse período. Entre as justificativas para a sua aprovação está a ação incisiva da Inglaterra sobre o tráfico, mas também a nova posição das elites imperiais diante das pressões inglesas, além da campanha dos liberais. Essas duas situações singularizam o momento da aprovação da lei de 1850²⁴⁶. No entanto, a de 1831, considerada para “inglês ver”, possui um valor significativo para as ações que buscaram a liberdade de forma legal na justiça. E são nelas e no seu não cumprimento que os abolicionistas encontraram fortes argumentos para as suas ações.

de pessoas livres sob tutela. No entanto, essa designação sofreu variações na sua definição de acordo as interpretações dadas por diferentes grupos à lei de 7 de novembro de 1831, e esses africanos acabaram sendo tratados pelo governo imperial como categoria especial, ou seja, nem escravos nem libertos.

²⁴¹ Ibidem, pg. 133

²⁴² Ibidem, pg. 145. Uma das formas de restringir a condição de africanos livres foi a idéia que seriam assim considerados aqueles que tivessem sido apreendidos e mantidos sob a tutela do governo imperial.

²⁴³ DUQUE-ESTRADA, 2005, op. Cit. Pg. 32. O autor informa que entre 1830 e 1852 cerca de 646 mil africanos entraram no Brasil. Pg. 32

²⁴⁴ MATTOS, Hebe. “Lei Eusébio de Queiroz”. VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, pg. 474

²⁴⁵ Ibidem, pg. 475

²⁴⁶ Ibidem, pg. 475. Uma outra questão que forçou de certa forma a aprovação da lei foi o crescente número de africanos no Brasil, o que levava um temor diante de uma possível insurreição de escravos.

A lei de 1850 não recebeu nesse livro, uma parte especial, conforme recebera a primeira, talvez por ambas tratarem do mesmo tema. As características da escrita do autor em indicar todos os sujeitos envolvidos na questão tratada também foram aqui percebidas, principalmente ao destacar os membros da Regência em 1831. Ao tratar da Lei Eusébio de Queiroz, o autor somente destacou dois dos seus artigos: o primeiro e o quarto, onde ambos citavam a lei de 1831. O primeiro artigo reafirmava a proibição do tráfico desde 1831, e o quarto informava as punições de acordo com os artigos da primeira lei. No entanto, após citar mais uma proibição definitiva, o autor continuou a insistir em relatar o descumprimento da Lei, tendo mesmo depois de 1850 uma nova leva de entrada de africanos²⁴⁷. Nesse caso, reforçou ainda mais a ilegalidade da escravidão, baseado nesses africanos que entraram após a proibição de 1831 e 1850. E assim, temos o privilégio do autor para a primeira lei por ser nela a base dos argumentos abolicionistas de ilegalidade da escravidão²⁴⁸.

A respeito dessa idéia de ilegalidade, o autor vai destacar as palavras de Rui Barbosa, principalmente no seu discurso em 1885, quando lembrou que desde 1869 pregava em seus discursos a ilegalidade da escravidão no Brasil. De acordo com Duque-Estrada, esse foi o principal argumento utilizado pelos abolicionistas radicais da década de 80 e que, segundo o autor, “*terminou com a conquista do 13 de maio de 1888*”²⁴⁹. A fim de justificar tais argumentos, o autor transcreveu partes dos discursos que Rui Barbosa fez, em 1885, no Teatro Politeama, onde o orador mostrou o compromisso do governo brasileiro nesse mesmo ano, com a escravidão e com a pirataria que se seguiu de 1831 a 1850²⁵⁰. Nesse discurso, o autor lembrou os seus protestos desde 1869 e ressaltou a década de 80 para o movimento:

“do alto dela, hoje dezesseis anos depois, desiludido pelas decepções públicas que nos envergonham penitente da nossa credulidade na transigência dos interesses negreiros, ensinado por uma experiência de fel a conhecer as oligarquias corrilheiras que nos governam, venho anunciar-vos que cessou a quadra da esperança, mentirosa ludibriadora da vossa honra, e que só nos resta o combate”²⁵¹.

²⁴⁷ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 34. Segundo o autor, em 1851 foram introduzidos 3.000 africanos e 700, em 1852.

²⁴⁸ Ibidem, Pg. 36

²⁴⁹ Ibidem, pg. 35

²⁵⁰ Ibidem. O acordo com a Inglaterra de 1826 foi violado pelo Brasil ao não considerar em 1885 a naturalidade dos escravos na nova matrícula. Desse modo, segundo Rui Barbosa, a pirataria ocorrida entre 1831 e 1850 foi sancionada pela monarquia.

²⁵¹ Ibidem, pg. 35-36. Esse discurso foi feito em 7 de novembro de 1885 no Teatro Lucinda numa festa de comemoração à lei de 1831.

Esse primeiro capítulo do livro será a base de todo o texto de Duque-Estrada. O abolicionismo é justificado, a todo momento, a partir da idéia da ilegalidade da escravidão, baseado na lei de 1831, e seus argumentos são construídos a partir dos discursos daqueles que defenderam essa ilegalidade, sendo o grande exemplo Rui Barbosa. Segundo Duque-Estrada, Rui Barbosa teria sido o primeiro a levantar a questão da ilegalidade da escravidão, e assim fornecer elementos para o abolicionismo da década de 80, prioridades do autor na segunda parte do livro.

E assim, em sua narrativa, o autor destacou sempre duas situações: o debate no Parlamento e a adesão à causa abolicionista fora do Parlamento, principalmente daqueles que não tinham a princípio nenhum compromisso com alguma das partes envolvidas nesse debate. A fim de mostrar essa “simpatia” à causa o autor, mais uma vez, utilizou um discurso de Rui Barbosa para mostrar como o cumprimento da lei interferia na própria manutenção da escravidão.

“Cerca de dois meses há, se me não engano, que me aconteceu a fortuna de receber a visita de um co-provinciano meu, que chegava de uma das províncias do sul, onde exercera a judicatura de Direito, e seguia para uma província do norte, cuja presidência lhe confiara o gabinete de 20 de agosto. Bem que conservador, esse moço ilustre honra-me com a sua amizade. Praticando nós, pois, cordialmente, sobre as coisas do dia, ofereceu-se-me ocasião de dar justos louvores a esse magistrado exemplar pela inteireza das suas sentenças, nas questões de liberdade que envolvem a lei de 7 de novembro, e congratulei-me com ele como confrade em abolicionismo. Sabeis o que me disse?

‘nada pratiquei ainda que autorize a qualificação de abolicionista a meu respeito. Não aplicar a lei de 1831 seria pura e simplesmente prevaricar. Quaisquer que sejam as opiniões políticas do magistrado sobre o problema servil, não há fugir entre a prevaricação ou a execução da lei de 7 de novembro. Ora, não é virtude, nem profissão de fé, evitar a pecha de prevaricador.’”²⁵²

Na parte final do capítulo chamada de “Contrabando”, Duque-Estrada citou mais dois textos favoráveis à causa abolicionista, que da mesma forma que o magistrado, seus autores não eram classificados como abolicionistas, propriamente ditos, apesar de seus textos comentarem sobre o tráfico e a escravidão. Os textos utilizados são de Brougham²⁵³, que

²⁵² Ibidem, pg. 38. Rui Barbosa não cita o nome desse magistrado.

²⁵³ Ibidem, pg. 43. Duque-Estrada não dá maiores informações sobre ele, apenas o citou novamente quando no momento da discussão da lei de 1885 apenas que tanta impedimento é resultado de deixar responsável pelas leis contra a escravidão, os proprietários de escravos. Pg. 122. Duque-Estrada ao citar o texto de Brougham indicou que ele foi traduzido pelo “maior dos oradores brasileiros”, sem citar o nome

narrou os “horrores” da travessia do traficante e sua “mercadoria”, e um trecho do clássico poema de Castro Alves, “Navio Negreiro”²⁵⁴ onde descreveu o tráfico africano.

“Os precursores” abriram o segundo capítulo que tratou de mais uma lei, a de 1871. Nela, o autor começou a citar os nomes daqueles que trabalharam pela causa abolicionista desde a aprovação da abolição do tráfico.

Nesse momento, começa o autor um diálogo com a obra de Tobias Monteiro (1866-1952), *Pesquisas e depoimentos para a História*, de 1913. Esse livro foi a reunião de artigos publicados por esse autor no *Jornal do Commercio*. Os sete textos chamados de “Reminiscências” se dedicavam aos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 e antecedentes. A esses se somaram outros sobre os antecedentes da Abolição, e iniciou o autor o livro com o capítulo que tratou da “Lei de 28 de setembro”.

A parte que Duque-Estrada destacou desse livro são as considerações que Tobias Monteiro fez acerca dos momentos posteriores à lei de 1850 e à questão da escravidão. Segundo Monteiro, no campo da política “*entre os homens de responsabilidade na vida pública, não havia sinal de preocupação acerca desse assunto*”²⁵⁵. Esse destaque se dá justamente para fazer o contraponto com *Abolição* na parte dos precursores. Nesse capítulo, quis Duque-Estrada mostrar que ao contrário do que Tobias Monteiro considerou, a questão das reformas no elemento servil não permaneceu adormecida após 1850. Ao contrário disso, Duque-Estrada destacou as ações de Nabuco de Araújo para a Abolição definitiva do tráfico em 1853, e também trechos do Manifesto Abolicionista, escrito por Rebouças e Patrocínio em 1883 que mostram o quanto a questão da “emancipação gradual” foi objeto de discussão.

Antes de discutir nesse segundo capítulo a Lei do Ventre Livre, Duque-Estrada cuidou de deixar muito claro os “verdadeiros precursores da reforma de 1871”. Segundo ele, esse assunto vinha desde 1851 com Silva Guimarães e Silveira da Mota. Ao citá-los, Duque-Estrada, de certa forma, iniciou o seu Panteão, ou seja, a partir desse momento passou a inserir na História do abolicionismo outros nomes que contribuíram para o debate acerca da questão, e até mesmo na proposta de leis e de ações abolicionistas. Nem todos foram citados na parte destinada à galeria dos abolicionistas em seu livro, no entanto, forneceram elementos para a formação de um outro Panteão, presente ao longo do livro.

²⁵⁴ O trecho destacado do poema de Castro Alves é o seguinte: “Auriverde pendão da minha terra,/ que a brisa do Brasil beija e balança!/ Estandarte, que à luz do sol encerra/as promessas divinas da esperança;/tu, que da liberdade após a guerra/ foste hasteada dos heróis na lança,/antes te houvessem roto na batalha/ que servires a um povo de mortalha!”. DUQUE-ESTRADA, pg. 45

²⁵⁵ MONTEIRO, Tobias. *Pesquisa e Depoimentos para a História*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913, pg. 11. DUQUE-ESTRADA, PG. 49

Na verdade, essa parte introdutória do capítulo dedicada à Lei de 1871 foi uma forma de crítica à própria lei, principalmente ao mostrar alternativas para o fim da escravidão. Um exemplo é o caso de Montezuma (Jequitinhonha) citado por Nabuco que propunha a Abolição sem indenização e a curto prazo²⁵⁶. Os outros exemplos citados pelo autor são as ações de Tavares Bastos nas *Cartas do Solitário* e na carta à *Anti-Slavery societ* de 1863 e 1865; em 1866 os cinco projetos redigidos por Pimenta Bueno; e, em 1869, ano em que o movimento se acentuava na imprensa, a publicação, no jornal *O Radical Paulista*, do programa do *Clube Radical* que propôs a emancipação dos escravos, dentre outras propostas²⁵⁷. Além disso, o autor citou os nomes de alguns juristas e os primeiros presidentes do Instituto dos Advogados que foram inspirados pela conduta de Teixeira de Freitas que, em 1959, na *Consolidação das Leis Civis*, reclamou da inexistência de referências nas leis à escravidão. Duque-Estrada nessa parte deu destaque aos seguintes nomes: Nabuco, Saldanha Marinho, Montezuma (Jequitinhonha), Caetano Soares, Urbano, Perdigão Malheiros²⁵⁸, Carvalho Moreira (B. de Penedo) e outros. Antes desses, Silva Guimarães e Silveira da Mota já haviam reclamado, respectivamente, a liberdade dos nascituros e a proibição do Estado e dos conventos de possuírem escravos²⁵⁹.

Outro marco colocado pelo autor é o do ano de 1869, período ocupado no parlamento pelo Gabinete Itaboraí, escravocrata, e, por isso ele chamou de “período das trevas” os anos entre julho de 1868 e setembro de 1870. Devido a isso, o movimento abolicionista nesse ano se acentua e outros nomes, além de Rui Barbosa e Luís Gama, são citados pelo autor como participantes do movimento²⁶⁰.

Por fim, ainda antes de 1871, couberam as intervenções de Rui Barbosa na 5ª *Conferência do Club Radical Paulistano*, de Luís Gama, que já se dedicava à defesa da sua “raça”, os protestos do abolicionismo radical, além dos discursos de José Bonifácio. Todos

²⁵⁶ *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, bibliografia citada no texto por Duque-Estrada sobre os artigos do projeto de lei. O quarto artigo indica o prazo de dez anos para a libertação de todos os escravos maiores de 25 anos; o quinto é a respeito do prazo de quinze anos dado para a abolição da escravidão civil no Brasil. Duque-Estrada não cita nem a página nem a edição do livro de Nabuco que está utilizando, fazendo apenas referência ao livro no corpo do texto. DUQUE-ESTRADA, pg. 51

²⁵⁷ *Ibidem*, pg. 53 As propostas seriam as reformas eleitoral, policial e judiciária, fim do recrutamento, abolição da guarda nacional e emancipação dos escravos. A proposta da reforma foi publicada nesse jornal em 17 de maio de 1869, segundo informações do próprio autor.

²⁵⁸ Perdigão Malheiros será mais conhecido através da sua obra *A escravidão no Brasil, ensaio jurídico-social*. Sua leitura a respeito da escravidão no IHGB em 1867 com a presença do Imperador fez com que em 1888 esse jurista ganhasse homenagem do Instituto pela relevância da sua obra. IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, pg. 105

²⁵⁹ DUQUE-ESTRADA, 2005, op. Cit. pg. 50

²⁶⁰ *Ibidem*, pg. 53. Nesse momento o autor cita Bernardino Pamplona, Américo de Campos, Freitas Coutinho e Vicente Mamede. Esses nomes, assim como os demais estarão reunidos no apêndice dessa dissertação.

esses momentos, anteriores à própria discussão da lei aprovada, em 1871, foram amplamente citados por Duque-Estrada a fim de retirar o pioneirismo do gabinete que a aprovava.

Após essa explanação dos protestos e batalhas dos abolicionistas antes de 1871, Duque-Estrada expôs mais sua tese de que a campanha abolicionista vem das ruas, da imprensa para o parlamento, e não ao contrário. Esse argumento de Duque-Estrada é fundamental nessa batalha pela memória da Abolição. Principalmente, porque retira a total responsabilidade do trono pela libertação dos escravos e interfere, de certa maneira, na criação dos mitos e heróis do 13 de maio. A respeito da lei de 1871 e seus predecessores,

“A reforma de 1871 não procedeu da tentativa de Zacarias, nem a de 1888 do aviso de Joaquim Nabuco dado à Câmara, como pretende o Sr. Tobias; o que caracteriza a campanha abolicionista no Brasil é exatamente o fato de ter sido ela transportada vitoriosamente das ruas para o parlamento, como uma imposição e uma conquista da imprensa e da tribuna popular”²⁶¹

Ou seja, a Abolição é uma reivindicação que vem de fora do parlamento e do governo imperial. Esses dois setores estão debatendo a forma como conciliar os interesses, sem promover o radicalismo do movimento, mas, ao mesmo tempo, sem deixar de atender, mesmo que superficialmente, essas reivindicações.

O texto de Tobias Monteiro, referência usada por Duque-Estrada, mas também criticada por ele, pouco ofereceu de novidade aos seus argumentos acerca da participação popular ou de outros que não estivessem atuando exclusivamente no Parlamento. Tobias Monteiro em seu livro explorou muito mais as ações e os debates parlamentares do que qualquer outra movimentação. Nesse caso, acreditamos que as variadas referências que Duque-Estrada fez a essas ações foram retiradas do livro de Monteiro, que só teve o seu nome citado pelo autor nos momentos de crítica.

Uma das contribuições dessa primeira parte do capítulo é a forma como o autor narrou as negociações na formação dos dois gabinetes que antecederam o de Rio Branco. Nessa organização, o autor privilegiou a posição que cada um tinha a respeito da emancipação dos escravos²⁶². A escolha de Rio Branco para presidir o terceiro gabinete em menos de 3 anos foi devido à indicação feita pelo seu antecessor, Marquês de São Vicente, que o considerava o

²⁶¹ Ibidem, pg. 54

²⁶² Ibidem, pg. 57. O gabinete seguinte ao de Itaboraí foi o de São Vicente, que também não permaneceu formado por muito tempo devido a heterogeneidade dos seus membros e também a forte oposição sofrida.

único capaz de fazer a reforma²⁶³. Antes mesmo de discutir o gabinete Rio Branco, Duque-Estrada antecipava sua idéia sobre ele, e ao mesmo tempo dava indicações sobre o que esperava da História:

“Seria verdadeiro esse conceito? O futuro e a realidade dos fatos incumbiram-se de responder pela afirmativa; mas o passado, incoerente com estes, depunha positivamente em sentido contrário.”²⁶⁴

Ao fazer referência, no intróito, aonde começaria a abordagem da Abolição, o autor mencionou a “meia-conquista de 1871” ou a Lei do Ventre-Livre²⁶⁵. Portanto, passemos a olhar o período abolicionista, ou seja, os momentos que antecederam a reforma final. Nessa sua abordagem o autor se ocupou mais efetivamente dos momentos e das discussões que antecederam a aprovação da lei em 28 de setembro de 1871. A formação do gabinete, em 7 de março desse mesmo ano, que teve como ministro da fazenda Rio Branco com os demais discípulos e parlamentares, e as reformas propostas foram os destaques dados pelo autor²⁶⁶. Além disso, Duque-Estrada destacou ainda os membros da chamada “resistência escravocrata”, e os formuladores da proposta governamental que se ocuparam da liberdade dos nascituros²⁶⁷.

No entanto, sua contribuição à História do movimento abolicionista nessa parte do livro foi a reprodução de inúmeros debates que antecederam a aprovação da lei. Além disso, sua opinião não foi omitida em relação aos seus efeitos reais para o fim da escravidão. Inicialmente reproduziu a idéia de Victor Schoelcher, senador francês, sobre o projeto que se transformara em lei, em 1871

“Se fosse possível conceber uma instituição mais vil e mais infame que a escravidão, essa lei odiosa a retrataria fielmente.”²⁶⁸

²⁶³ Ibidem

²⁶⁴ Ibidem

²⁶⁵ Ibidem, pg. 22. Segundo Duque-Estrada no intróito os detalhes no seu livro seriam a partir de 1871.

²⁶⁶ Ibidem, pg. 59-60. Os demais membros desse gabinete são João Alfredo, Saião Lobato, M. F. Correia, Teodoro Machado, Jaguaribe e Duarte de Azevedo. As reformas seriam no judiciário, da guarda nacional e da instrução pública, além da reorganização do exército, da marinha, aquisição de material bélico e de novos monitores e couraçados, segundo Duque-Estrada.

²⁶⁷ Essa proposta era composta por dois artigos e dez parágrafos, entre os membros da resistência escravocrata, Duque-Estrada citou Paulino de Souza, Andrade Figueira e Ferreira Viana. DUQUE-ESTRADA, pg. 60-62

²⁶⁸ Victor Shoelcher era senador francês e Duque-Estrada não citou em que ocasião e quando esse senador disse essa frase. DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 58

Outra forma que encontrou foi através do uso de algumas expressões e o destaque dado a elas, como por exemplo “*ridícula mistificação*”, a respeito da situação criada para os nascituros semelhante a do cativo, “*o povo deixou-se iludir*”, sobre a impressão dada pelo falso título de Ventre livre e pela tempestade gerada pelos escravocratas, além de classificar a lei de “*Vergonhosa e imoral*”²⁶⁹.

A prioridade de Duque-Estrada em abordar as leis que anteciparam a de 1888, principalmente no que tange aos argumentos sobre seus efeitos para a sociedade, corresponde a uma historiografia que privilegiou a ação do parlamento ou dos “homens de casaca” para o fim da escravidão no Brasil. Joseli Mendonça ao estudar as ações no Parlamento destacou essa característica em seu livro sobre a ação dos escravos e senhores na justiça. Apesar de alguns estudos resistirem aos efeitos reais da lei para o fim da escravidão, querendo ou não, foi através do Parlamento que ela se deu²⁷⁰. A partir disso, essa autora justificou o estudo sobre a legislação emancipacionista, que além de desvendar um pouco dessas leis, é também uma maneira de enfatizar os seus impactos nas vidas dos homens e mulheres que delas dependiam²⁷¹. Na apresentação do seu livro, Mendonça destacou a própria Lei de 1871 como um caso curioso para a História da Legislação no Brasil. Primeiro devido ao próprio nome como ficou conhecida, Ventre Livre, segundo a autora, esse nome não apareceu em nenhuma referência pesquisada por ela até 1888²⁷². Segundo, porque dentre os 10 artigos e mais de 30 parágrafos, apenas a parte que tratou do ventre da mulher escrava foi destacado por grande parte da historiografia²⁷³.

Os críticos à lei também atentaram para esse artigo que decidiu sobre o ventre da mulher escrava, da mesma forma que Duque-Estrada, que viu na Lei a expansão dos sentimentos humanitários de alguns estadistas, e que, logo depois, não satisfez aos adversários da escravidão. Segundo esse autor, o prestígio conseguido foi mais devido à forte reação dentro do parlamento do que um resultado mais efetivo²⁷⁴. Mais uma vez, ainda segundo ele, coube aos liberais o agito da reforma que foi realizada pelo partido contrário. A falta de atenção que dá aos outros artigos da lei, comum na historiografia²⁷⁵, também foi seguida por Duque-Estrada que destacou apenas os dois primeiros artigos, justamente os que trataram da libertação do ventre.

²⁶⁹ Ibidem, pg. 62

²⁷⁰ MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição. Escravos e senhores no parlamento da Justiça*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2001, Pg. 11-12

²⁷¹ Ibidem, pg. 12

²⁷² Porém, Duque-Estrada destacou que uma das ilusões do povo em torno da lei foi o nome dado à ela.

²⁷³ MENDONÇA, 2001, op. Cit. pg. 12

²⁷⁴ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. pg. 72.

²⁷⁵ MENDONÇA, 2001, op. Cit. pg. 12

No entanto, de outras situações tratava a lei em seus artigos. Além do ventre livre há também a questão do pecúlio e da alforria forçada. Os dois primeiros artigos foram dedicados ao ventre da mulher escrava, o terceiro sobre o fundo de emancipação, depois a formação de um pecúlio, no quarto artigo, e nos seguintes regulamentou a ação dos juízes de órfãos sobre as sociedades de emancipação e também declarou liberto os escravos em ocasiões especiais, como, por exemplo, os pertencentes à Nação, os das heranças vagas, os abandonados pelos senhores, ficando esses escravos sob inspeção do governo durante cinco anos²⁷⁶.

Apesar dos protestos em torno da lei, seus efeitos em 1871 seriam imprevisíveis. Os seus artigos regularam as variadas intervenções do Estado nas relações entre senhores e escravos. No entanto, apesar disso, os protestos dos senhores no parlamento demonstravam que fazia diferença a garantia em forma da lei para o pecúlio dos escravos. A crítica maior desses senhores seria o centro do projeto: o ventre livre, e que acabava por ameaçar uma autoridade pessoal do senhor sobre o escravo²⁷⁷.

No entanto, para Duque-Estrada essa lei possuiu um efeito mais para o campo do simbólico do que do real. Segundo ele,

“o povo deixou-se iludir, e os próprios abolicionistas celebraram como uma vitória a passagem dessa lei vergonhosa e imoral, concorrendo para isso dois motivos: a engodo contido no falso título de *Lei do Ventre Livre* e, ainda mais, a tempestade e a reação que esse mero impulso humanitário levanto no grêmio dos fazendeiros e senhores de escravos com assento na Câmara e no Senado.”²⁷⁸

No entanto, reconheceu alguma vitória, pelo menos a partir do aprofundamento da discussão, porque

“a própria lei de 28 de setembro, que não passou de uma simples expansão dos sentimentos humanitários de alguns estadistas, e que poucos anos depois, já não satisfazia aos adversários da escravidão, só conseguiu conquistar algum prestígio na opinião por causa da formidável reação que despertara dentro do parlamento, provocando a dissidência dos conservadores, o ódio dos escravocratas e a resistência violenta e apaixonada de algumas das principais figuras de ambos os partidos em luta”²⁷⁹

²⁷⁶ BONAVIDES, Paulo. VIEIRA, R. A. A. *Textos políticos da História do Brasil (Independência – Império – I)*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFCE, s/d, pp. 556-562

²⁷⁷ ABREU, Martha. “Lei do Ventre Livre”. In: VAINFAS, op. Cit. Pg. 468-471

²⁷⁸ DUQUE-ESTRADA, op.cit. pg. 62

²⁷⁹ ibidem, pg. 72

Apesar dos remotos avanços que essas leis anteriores a 1888 deram à questão do escravo, não devemos perder de vista a discussão da própria escravidão que elas suscitaram. A ação no parlamento não poderia ser espontânea. Outros motivos envolviam esses “homens de casaca” a defender ou não a escravidão. No entanto, a agitação, no parlamento e no próprio governo, encontrava reflexo nas ruas, ou ao contrário, como preferiu Duque-Estrada. Por conta disso, esse autor viu outros motivos para o empenho no Parlamento, principalmente em 1888. Para ele, *“a Abolição imediata não foi senão o mero reconhecimento do fato consumado, traduzido numa capitulação, que teve por principal escopo impedir a ascensão dos liberais ao poder”*.²⁸⁰

Contudo, baseado nessa idéia de avanço e discussão no parlamento através das leis, Duque-Estrada estruturou seu livro sobre duas situações: as ações no parlamento, com os debates em torno das leis e seus efeitos; e as dos abolicionistas nas ruas que se antecipavam, na maioria das vezes, e assim libertavam os escravos da cidade ou do campo. No entanto, um dos meios para a reivindicação da liberdade estava no âmbito jurídico, através do questionamento de algumas leis, principalmente a de 1831. A partir disso, o autor associou as “fases da luta”. Para ele, essas fases ocorreram tanto no Parlamento quando nas ruas e em outros Estados, como foi o caso da Libertação do Ceará e do Amazonas²⁸¹.

Nesse caso, o autor dedicou um tempo às ações no Parlamento justamente por acreditar que elas eram um reflexo das ações nas ruas. De acordo com Joseli Mendonça, as leis, de certa forma, representavam a intervenção do poder público sobre a relação entre senhor e escravo. E assim, ocorria a associação entre advogados abolicionistas, que tinham vastos motivos para algumas ações, com juízes dispostos a cumprir a lei²⁸². Além disso, essa autora ressaltou a incorporação que a historiografia fez da idéia de que as ações do parlamento eram apenas jogo político, deslocada das relações sociais da escravidão²⁸³. Ao contrário disso, as leis eram dispositivos que ao garantirem alguns direitos ao escravo seriam usados como forma legal de reivindicação da liberdade. No entanto, a forte associação que a historiografia fez somente de alguns aspectos dessas leis, que ora libertava o ventre, ora libertava os escravos sexagenários, impediu que outros dispositivos dessas mesmas leis fossem percebidos e vistos também como forma de luta pela liberdade²⁸⁴. Nessa armadilha também caiu Duque-Estrada sobre a lei de 1871 que só viu o seu aspecto principal. No entanto, apesar disso, o

²⁸⁰ Ibidem, Pg. 72

²⁸¹ Capítulo 3 e 4 do livro

²⁸² MENDONÇA, 2001, pg. 12. Um exemplo disso é o já citado aqui por Rui Barbosa de um juiz conservador, e que, apesar de não ser abolicionista fez cumprir a lei de 1831. DUQUE-ESTRADA, op. Cit.

²⁸³ MUNDONÇA, 2001, pg. 13

²⁸⁴ Ibidem, pg. 13

autor não descartou os efeitos que essas leis e suas discussões tiveram para a causa abolicionista.

Após essas considerações a respeito das Leis anteriores a 1888, voltemos à forma como Duque-Estrada estruturou seus argumentos sobre a aprovação da lei de 1871. Da mesma forma anterior, o autor não poupará seus leitores de discursos longos e que opinavam sobre a situação da reforma naquele ano. O autor fez um verdadeiro passo a passo a respeito dos projetos que antecederam a lei até a sua aprovação final em 28 de setembro de 1871. Essa parte, assim como a que tratava das outras medidas do parlamento, é rica em informações de nomes favoráveis ou não às reformas, e também aqueles que mudaram de opinião rapidamente. Um dos exemplos é Rio Branco, que segundo o autor, possuiu duas posições antagônicas a respeito das reformas, uma em 1867 e outra em 1871. Um dos grandes motivos para o adiamento da discussão em 1867 segundo Rio Branco foi a Guerra do Paraguai, que ainda ocorria nesse ano²⁸⁵. A respeito dessa sua mudança, Duque-Estrada reproduziu um discurso do próprio Rio Branco na Câmara dos Deputados em 1871, na explicação das suas duas posições a respeito da reforma.

“A opinião que manifestei em 1867, quando tinha a honra de assistir às conferências do Conselho de Estado, quanto tinha a honra de assistir às conferências do Conselho de Estado, foi trazida por alguns nobres deputados como acusação de incoerência. Felizmente, senhores, os meus pareceres estão impressos.

Nós estávamos então em princípios de 1867, e pela primeira vez nos conselhos da Coroa se agitava esta grave questão. Conheci que já havia opiniões muito adiantadas; fui, portanto, muito cauteloso, pelo que respeito à questão de oportunidade; mas reconheci que não era possível adiar por muito tempo a reforma, e adotei desde então todos os meios que se acham consagrados no projeto que ora discutimos. (...)

Estamos em 1871, e não em 1867. as circunstâncias do país são diversas, os tempos são outros.

Já então eu adaptava todos os princípios contidos na proposta, e por que sustentei que a reforma não era naquele tempo oportuna, hei de ser forçado a sustentar eternamente a sua inoportunidade? Singular maneira de entender a coerência, Sr. Presidente.”²⁸⁶

Segundo Duque-Estrada, a resistência a aprovação da lei deu a glória a Rio Branco²⁸⁷

Outro caso semelhante é apontado por Duque-Estrada nesse momento. Trata-se de Perdígão Malheiros, que fez parte do grupo apontado pelo autor no primeiro capítulo, e que

²⁸⁵ O período dessa guerra foi entre 1867-70. Cf. VAINFAS, op. Cit. Pg. 322

²⁸⁶ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. pg. 64

²⁸⁷ Ibidem, pg. 63

apoiou a atitude de Teixeira de Freitas ao reclamar da inexistência de leis sobre a questão do escravo, em 1859²⁸⁸. No entanto, em 1871, Perdigão Malheiros preferiu a cautela diante da nova lei. Segundo Malheiros, essa lei estremecia a propriedade agrícola nos seus bens e segurança e por isso pedia mais estudos, documentos e pareceres sobre o elemento servil. Segundo Nabuco, citado por Duque-Estrada, tal atitude demonstrava sentimentos abolicionistas e por isso se opunha ao projeto em 1871²⁸⁹.

Em 1871, o nome de Perdigão Malheiros já era conhecido no meio intelectual e jurídico devido à obra que lançara em 1867 intitulada *Escravidão no Brasil, Ensaio Jurídico-Social*. Nela o autor fez um ensaio jurídico a respeito da escravidão, lido no Instituto Histórico nesse mesmo período. Devido a isso, em 1888, ganhou inúmeras homenagens do Instituto por ter analisado os efeitos da escravidão numa sessão presidida pelo Imperador²⁹⁰. Na introdução da edição de 1976, Edson Carneiro o chamou de “o historiador da escravidão no Brasil”. Essa obra de Malheiros foi dividida em 3 volumes, sendo que no primeiro, o autor tratou da escravidão como fenômeno social desde a antiguidade até os tempos modernos; no segundo o tema foi a escravidão dos índios até o seu fim no século XVIII; e o terceiro foi mais específico a respeito da escravidão dos negros, desde a chegada dos primeiros africanos até o ano de 1867. Nessa parte, encontramos a proposta de Malheiros, favorável à transformação gradual do trabalhador escravo em trabalhador livre²⁹¹. Malheiros admitiu que suas idéias abolicionistas eram moderadas e defendeu o ataque à escravidão no seu nascimento. A partir disso, foi considerado por Carneiro como inspiração para Rio Branco na lei de 1871²⁹². A Abolição imediata, defendida em 1871, era por Malheiros considerada “uma solução absolutamente inadmissível na atualidade, e mesmo em futuro próximo”²⁹³.

Ainda assim, em 1888, Perdigão Malheiros, já morto desde 1881, foi aclamado pelo IHGB por ter lido sua obra 1867 com a presença da Majestade Imperial, e, assim, lançado as bases para a Abolição da Escravidão²⁹⁴. Malheiros estava entre os “heróis da causa abolicionista” apontados pelo IHGB, em 1888²⁹⁵.

²⁸⁸ Ibidem, pg. 51

²⁸⁹ Ibidem, pg. 63

²⁹⁰ IGLESIAS, op. Cit.

²⁹¹ CARNEIRO, Edison. “Introdução”. In: MALHEIROS, Perdigão. *Escravidão no Brasil. Ensaio Jurídico-Social*. 1976, pg. 20

²⁹² CARNEIRO, op. Cit. pg. 19

²⁹³ Malheiros, apud. CARNEIRO, op. Cit. pg. 21

²⁹⁴ RIHGB, suplemento 1888, tomo 51, A proposta do Instituto era erguer um busto em homenagem a Perdigão Malheiros.

²⁹⁵ Além de Malheiros, o IHGB considerou também a Princesa Regente, o Imperador, e os membros do Gabinete aboliu a escravidão. RIHGB, 1888.

Nessa parte do livro de Duque-Estrada outras posições diante da lei são exploradas. A todo momento o autor citou nomes, ações e controvérsias dos que “mudaram” de opinião. E assim, continuou a apontar os membros de uma possível galeria, tanto escravista quanto abolicionista. Um objetivo que fica claro nessa sua atitude, é o de “desmascarar” aqueles que receberam alguma projeção abolicionista, mas que na verdade, se mantinham ainda muito conservadores à reforma. Ou seja, quis tirar o lugar dos “falsos triunfadores” da História da Abolição, denunciados por ele no intróito e também pelo prefaciador da obra. Um exemplo é o do senador Nabuco de Araújo que teve sua biografia escrita por seu filho, Joaquim Nabuco, e que segundo Duque-Estrada não deveria ter recebido o título de Abolicionista. A respeito disso, citou as suas opiniões a respeito das ações de Nabuco de Araújo,

“a facilidade com que cedeu, nas discussões do Conselho de Estado, à intransigência das teorias de Bom Retiro e Rio Branco, no repúdio àquela idéia humanitária, bem como a cautela e a moderação com que concorreu depois para a ilusória conquista de 1871, não lhe dão de nenhum modo direito àquele título, senão ao de simples emancipador cauteloso e tímido, que mais denuncia um espírito ainda imbuído dos preconceitos conservadores, que um chefe prestigioso e aclamado da verdadeira escola liberal.”²⁹⁶

O restante do texto será todo dedicado ao relato das discussões na Câmara, com citação de discursos e dos nomes de todos aqueles que votaram a favor e contra o primeiro artigo de 1871, que libertava o ventre da mulher escrava²⁹⁷. Essas informações privilegiadas pelo autor em seu texto são preciosas à medida que demonstram um debate mais acalorado à trajetória das aprovações das leis, principalmente a que levou à Abolição da escravidão no Brasil. As discussões a respeito dos efeitos dessas leis geraram polêmicas e podemos perceber a intenção de Duque-Estrada em reproduzi-las.

AS FASES DA LUTA ABOLICIONISTA

Após o capítulo que tratou da lei de 1871, o autor dividirá os acontecimentos da década de 80 em dois capítulos chamados de “Fases da Luta”. A divisão dessa década não é cronológica e sim temática. A primeira correspondeu ao período entre 1880-1888, com a

²⁹⁶ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 71

²⁹⁷ O autor citou o discurso de Rio Branco, pg. 64, Sales Torres Homem, pg. 67-69 e Teixeira Júnior, pg. 71. Os que votaram sim, pg. 65 e os que votaram não, pg. 66. Em nota de pé de página o autor informou que durante cinco meses Rio Branco pronunciou no Senado e na Câmara 21 discursos sobre reforma do elemento servil. DUQUE-ESTRADA, pg. 66

atenção maior sobre o próprio movimento abolicionista, nas ruas e na ocasião da libertação do Ceará e do Amazonas. A segunda foi entre os anos de 1884-1885, com a discussão sobre o projeto e sobre a lei aprovada em 1885. A estrutura que deu à segunda metade do seu livro mostrou o quanto a década de 80 foi complexa nas discussões sobre a Abolição, tendo fases de movimentação nas ruas e no parlamento.

Continuemos a discussão a respeito das leis para, na parte final desse capítulo, tratarmos somente das ações abolicionistas nas ruas.

Na primeira fase, Duque-Estrada fez uma relação de todos os gabinetes da década de 80, e na seguinte, iniciou com o Gabinete Dantas, de 1884, os debates em torno da lei de 1885. O que marcou esse gabinete foi a discussão a respeito do projeto de Lei que reformava nas relações escravistas, cujo ponto mais conhecido foi a emancipação dos sexagenários, apesar de haver outras situações previstas nessa lei²⁹⁸.

O principal motivo da discórdia foi a falta de indenização que o projeto previa para a libertação dos escravos em idade de 60 anos. Devido à falta de apoio, Conselheiro Dantas pediu ao Imperador a dissolução do gabinete. Até mesmo os debates sobre o que atingia o gabinete antes da dissolução foram ali descritos por Duque-Estrada que também citou duas opiniões contrárias a respeito das propostas de reforma. Uma de Rui Barbosa, que de forma coerente defendeu o fim da escravidão, fazendo uma comparação com a escravidão nos Estados Unidos, chamado por ele de América. O mesmo fez Sousa Carvalho, chamado por Duque-Estrada de representante do “escravagismo vermelho”, que considerava “*o número de escravos, que ainda existem no Brasil, não é nada em comparação dos muitos milhões que têm existido e ainda existem em várias partes do globo*”. Segundo ainda esse mesmo senhor, no Brasil o problema da escravidão se resolveria de forma natural, sem necessidade de extingui-la com “*roubo da propriedade*”²⁹⁹. Além disso, os poucos escravos que ainda restavam já estavam acostumados com a sua sorte e não lucrariam com a liberdade, além disso, o projeto Dantas representava o suicídio da Nação³⁰⁰.

Em 1884, o mesmo debate em torno da preservação da propriedade ocorreu, conforme em 1871, apesar, segundo Duque-Estrada, de as duas leis ainda serem *tímidas, contraditórias e incoerentes* a respeito da situação escravista³⁰¹. A respeito disso, Duque-Estrada indica a expressão *Junta do coice*, para designar o que ele diz ter “*empacado durante cerca de vinte*

²⁹⁸ A outra situação que previa a liberdade nesse projeto além da idade do escravo, de 60 anos, era por omissão de matrícula, pelo fundo de emancipação; por transgressão do domicílio legal do escravo, e por outras disposições que adiante se justifique. DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 114

²⁹⁹ Ibidem, pg. 121

³⁰⁰ Ibidem

³⁰¹ Ibidem

anos no caminho do nosso progresso, e em completo antagonismo com as mais legítimas aspirações do país.” Apesar disso, os membros dessa *junta* serão, em 1888, os responsáveis pela assinatura da lei que decreta o fim da escravidão, mas que, em 1885, fizeram as propostas que aumentavam o lucro dos donos de escravos. Em 1888, segundo o autor, esses mesmos membros serão considerados heróis do abolicionismo³⁰².

Os momentos que antecederam a aprovação da lei de 1885 foram explorados pelo autor através da reprodução de vários discursos e situações em torno dessa questão; em seguida se ocupou do novo gabinete, agora presidido por Saraiva. O novo projeto desse gabinete, que modificava em grande parte o de Dantas, foi também destacado e criticado pelo autor, da mesma forma que as propostas de adaptação do projeto.

A descrição do autor segue com a formação do Gabinete Cotegipe, que sucedeu ao de Saraiva em 1885 e ainda sobre as discussões sobre o projeto, que acabou chamado de Saraiva-Cotegipe. Como não podia deixar de ser, nessa parte, o autor explorou os discursos contrários a ele, com destaque para as falas de Rui Barbosa e José Bonifácio³⁰³. Duque-Estrada não se prendeu muito a essa parte, mas mesmo de forma sucinta conseguiu demonstrar as contradições existentes em torno da questão do elemento servil e da liberdade dos sexagenários, que, segundo ele, *mudavam de idéia de acordo com o amor ao poder*. Nos capítulos que tratou dos antecedentes das leis, o autor utilizou em abundância os anais da Câmara, e informou o uso dos seguintes jornais: *Diário Oficial* e o *Gazeta da Tarde*.

A respeito dessa última lei que antecedeu a áurea, Duque-Estrada ressaltou o problema da volta da permissão do comércio de escravos entre as províncias. Nesse caso, foram muitos os protestos em torno dessa questão, razão pela qual o autor destacou os *meeting*, que eram realizados pela cidade. Esse tipo de reunião somava mais de dois mil cidadãos para ouvir o discurso de algum abolicionista e, a todo momento, o autor vai lembrar esse tipo de reação popular como forma de legitimar as ações e os discursos abolicionistas³⁰⁴. Além disso, a simpatia dos militares pela causa abolicionista e os incidentes ocorridos com ele contribuíram para o abalo no Gabinete Cotegipe, em 1887.

³⁰² Ibidem

³⁰³ Ibidem, pg. 144-5

³⁰⁴ Ibidem, pg. 151. Um dos exemplos de comoção popular foi o realizado no Politeama, no Rio de Janeiro, no dia 29 de junho para a apresentação da candidatura de Patrocínio. Segundo Duque-Estrada, esse *meeting* contou com mais de duas mil pessoas.

“CONSPIRAÇÃO NAS CASAS, REVOLUÇÃO NAS RUAS”³⁰⁵

Após a fase de luta habitada exclusivamente no âmbito parlamentar, ficaremos restritos à outra fase, que dessa vez tinha como palco principal a arena pública. Nesse momento, o que mais afetava o escravismo eram as atuações individuais, ou seja, as feitas por grupos organizados em associações abolicionistas que fizeram um trabalho desligado das oficiais. Esse tipo de trabalho correspondia às ações na justiça e no acobertamento de fugas dos mesmos. Esses exemplos serão descritos por Duque-Estrada com maiores detalhes nessa parte do livro.

De início, antes de se aprofundar no abolicionismo das ruas, Duque-Estrada se dedicou à oposição entre *Emancipadores e Abolicionistas*. A diferença entre essas duas categorias ficava restrita à comparação entre Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. O primeiro condenou a escravidão de africanos em 1869, baseado na lei de 1831, e assim foi qualificado pelo autor de “abolicionista radical”³⁰⁶. O segundo não teria esse caráter, sendo classificado de simples *emancipador*, primeiro por ter fundado várias sociedades emancipadoras e, segundo, por ter sido autor de projetos que previam a extinção da escravidão a longo prazo³⁰⁷. Ou seja, o que distingue essas duas classificações, nesse texto de Duque-Estrada, é o tipo de ação que cada um teve para a causa abolicionista e segundo o autor, a ação de Nabuco foi mais moderada que a de outros como, por exemplo, Rui Barbosa que condenara muito antes a escravidão, da mesma forma que Patrocínio, abolicionista que não reconhecia *escravos* e sim *escravizados*.

Durante todo o livro Duque-Estrada dialogou com as obras de Nabuco, *O abolicionismo*, *Minha Formação* e *Estadista do Império*. No entanto, esse diálogo nem sempre foi amistoso e Duque-Estrada usou das próprias palavras de Nabuco para elogiá-lo ou até mesmo para apontar a sua qualidade de “simples emancipador”. É nesse momento que mais uma vez o autor cita a obra de Tobias Monteiro que privilegiou a ação de Nabuco no parlamento, dando-lhe o pioneirismo nesse ambiente. Ao contrário disso, Duque-Estrada citou

³⁰⁵ Essa frase é de Ciro Azevedo, citado por Duque-Estrada que dizia ser a fórmula proposta após a vitória de Patrocínio para a câmara. DUQUE-ESTRADA, op. Cit. pg. 153

³⁰⁶ O Discurso de Rui Barbosa citado por Duque-Estrada foi feito em 1874 na Bahia quando insistiu na idéia de que a reforma de 1871 foi um “melhoramento superficial”. A partir desse discurso, Duque-Estrada classificou Rui Barbosa como “abolicionista radical”, ao contrário de Nabuco que ainda não possuía tal qualidade em 1880 quando se alistou no grêmio dos “simples emancipadores”, DUQUE-ESTRADA, pg. 78

³⁰⁷ Idem, pg. 81

o próprio Nabuco que admitiu não ser o primeiro a tocar nessa questão na esfera parlamentar³⁰⁸.

Esses esclarecimentos fazem parte do objetivo de Duque-Estrada de apontar os “verdadeiros abolicionistas”. Mesmo que Nabuco tenha sua participação reconhecida pelo próprio autor, ainda assim, deveria ter esclarecido as diferentes fases por que passou tal participação.

Após isso, o autor se dedicará às ações individuais e em grupos através da organização de associações abolicionistas. No mesmo momento em julho de 1880 aparecia no Brasil a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, criada por Joaquim Nabuco, e o jornal *Gazeta da Tarde*, dirigida por Ferreira de Araújo. Nesse momento tornava-se comum, principalmente no Rio de Janeiro, mas também realizadas em outros Estados como São Paulo e na Bahia, as “festas da liberdade” que, dentre outras comemorações, aproveitavam para libertar escravos³⁰⁹. A percepção, que tinham esses movimentos, segundo o autor, era que

“essas festas deixavam sempre grande impressão no espírito do público, e secundavam de maneira admirável a campanha parlamentar de Nabuco, que, apesar de simples emancipador, era, no entanto, encarado pelos escravocratas como um agitador perigoso, contra o qual cerravam fileiras as hostes conservadoras e os próprios liberais da Câmara e do Senado.”³¹⁰

Esse comentário de Duque-Estrada nos mostra que havia uma disputa entre as duas “fases de luta”, ou seja, as ações no parlamento com as “individuais”, fora dele³¹¹.

No entanto, a resistência antiabolicionista também se fazia fora do parlamento através da associação de grupos favoráveis à continuidade da escravidão. O *Centro do Café* e o *Centro da Lavoura* foram exemplos de tais associações, mas no livro ganharam destaque apenas por ter forçado, indiretamente, o surgimento de outras associações abolicionistas³¹².

³⁰⁸ O livro de Nabuco consultado por Duque-Estrada nesse momento é *Minha Formação*. Nele, segundo Nabuco, Jerônimo Sodré vem antes a sua atitude na Câmara, seguido logo por ele, Rebouças, Patrocínio, Gusmão Lobo, Meneses e Joaquim Serra. DUQUE-ESTRADA, Pg.79

³⁰⁹ Duque-Estrada indicou dois momentos onde isso ocorreu. A primeira é em 27 de julho de 1880 numa homenagem a Carlos Gomes onde o escravo Julião foi libertado em cena aberta, sendo conduzido pela cantora Durand. Tal ação foi fortemente aplaudida pela platéia que freneticamente jogava flores e agitavam lenços, segundo Duque-Estrada. Dois meses depois desse episódio, uma outra libertação ocorreu num concerto realizado em Campinas em honra ao autor de *O Guarani*. Nele dois escravos foram libertados pelo industrial William Van Vleck Lidgerwood. DUQUE-ESTRADA, pg. 81

³¹⁰ Ibidem, pg. 81

³¹¹ Sobre ações individuais entendo por aquelas que não estavam ligadas a atuação de grupos políticos, e sim, eram realizadas no dia-a-dia. Nesse capítulo Duque-Estrada vai dar outros exemplos desse tipo de ação.

³¹² Esses dois centros mais tarde se uniram sendo presididos pelo negociante Ramalho Ortigão. Duque-Estrada no livro não cita as datas que tais organizações são fundadas, apenas que são resistências fora do parlamento com

As novas associações tinham como símbolo os estandartes, idéia de Serpa Júnior para a *Confederação Abolicionista*. A partir disso, eles se tornarão símbolos da luta abolicionista e que, segundo Patrocínio, em 13 de maio de 1888, *sob eles teriam sombra os homens livres*³¹³. Um verdadeiro cerimonial era preparado para a apresentação da sociedade abolicionista e do seu estandarte. Essas festas serviam também para a arrecadação de dinheiro e apresentação de artistas, tanto do Brasil quanto do exterior³¹⁴.

A conquista do 13 de maio não foi suficiente para o desaparecimento dessas sociedades e dos seus símbolos. Na ocasião da morte de Joaquim Nabuco, em 1910, no seu velório no Rio de Janeiro, compareceram representantes dessas sociedades com os seus estandartes, provavelmente retirados da gaveta para a nobre ocasião. Dessa vez, Nabuco não era visto como um simples emancipador, e sim o grande abolicionista e também republicano, quase nato³¹⁵.

No mesmo ano da criação da *Confederação Abolicionista*, em 1883, Nabuco escreveu em Londres seu livro sobre o assunto, *O Abolicionismo*. No seu capítulo inicial, Nabuco descreveu o que acreditava ser o abolicionismo e o Brasil nessa conjuntura de escravidão. Para ele, em 1883 o abolicionismo passara por três fases. A primeira foi a investida contra o tráfico, que para ele graças à ação enérgica de Eusébio de Queiroz e à vontade do Imperador permitiu que em 1850 acabasse o tráfico³¹⁶. Após essa conquista, Nabuco diz ter havido um momento de calma, que seria interrompida após o fim da Guerra do Paraguai, sendo esse o segundo momento do abolicionismo. A lei de 1871 serviu para acalmar os ânimos da crise que precedeu a aprovação da lei. Após isso, diz Nabuco,

“de novo, a esse esforço, de um organismo debilitado para minorar a medo as conseqüências da gangrena que o invadia, sucedeu outra calma da opinião, outra época de indiferença pela sorte do escravo, durante a qual o governo pôde mesmo esquecer-se de cumprir a lei que havia feito passar”³¹⁷

o princípio de defender a manutenção da escravidão, ou como fez Martinho Campos, professar a fé de “escravocrata da gema”. DUQUE-ESTRADA, Pg. 82

³¹³ Mensagem enviada a Serpa Jr por Patrocínio, felicitando-o pela vitória e pela idéia dos estandartes. DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 82

³¹⁴ Ibidem, pg. 83

³¹⁵ BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um Herói Republicano: os funerais cívicos de Joaquim Nabuco na capital da República*. Niterói, Copião Dissertação, 2005, Pg. 91. Segundo esse autor, nos três dias de velório de Nabuco no Rio de Janeiro, além da presença de autoridades das Forças Armadas e de homens das letras da ABL, houve também a presença dos membros da Junta Abolicionista durante o velório. Os estandartes da Confederação Abolicionista também tiveram um lugar reservado nesse ambiente.

³¹⁶ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília, Editora do Senado Federal, 2005, pg. 26

³¹⁷ Ibidem, pg. 25-6

O terceiro momento era aquele em que escrevia, em 1883, de oposição à escravidão e à sua legitimidade. E assim, Nabuco teorizava sobre o Abolicionismo e a escravidão naquele momento,

“Hoje se quer suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro. É este último movimento que se chama abolicionismo, e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade.”³¹⁸

O Abolicionismo, para ele não era apenas a libertação dos ingênuos, mas sim, o começo de uma ação futura para acabar com os efeitos do regime. Segundo Nabuco, todo um trabalho no pós-abolição deveria ser feito, e o movimento existiria até quando se anulassem as influências da escravidão³¹⁹. Por fim, o que para ele facilitou o surgimento do abolicionismo,

“O advento do abolicionismo coincidiu com a eleição direta, e sobretudo com a aparição de uma força, a qual se está solidificando em torno da imprensa – cuja barateza e distribuição por todas as classes é um fator importante na história da democratização do país –, força que é a opinião pública. Todos esses elementos devem ser tomados em consideração quando se quer saber como o abolicionismo há de, por fim, constituir-se.”³²⁰

O livro *Abolição* de Duque-Estrada sempre foi muito comparado, por aqueles que começavam a conhecer esse trabalho, com *O Abolicionismo* de Nabuco. Geralmente a questão era: a obra de Nabuco não é uma análise desse mesmo momento que Duque-Estrada está escrevendo? Não. As respostas eram simples. Primeiramente Nabuco escreve em 1883, em Londres, distanciado dos acontecimentos no e do Brasil, logo, não é a análise do momento de fato; segundo, Nabuco não quer escrever a História da Abolição, talvez quisesse apenas escrever a História do abolicionismo visto por ele até aquele momento, logo, esse trabalho de Nabuco, muito rico na visão sobre a Abolição antes de ela acontecer, está mais para um discurso autobiográfico do “seu abolicionismo”. Deste modo, colocamos o Abolicionismo como uma obra feita no Império, para o Império, mais doutrinária e conselheira do que descritiva sobre o abolicionismo. Joaquim Nabuco também possui outras obras clássicas desse período, *Minha formação* e o *Estadista do Império*, uma autobiografia e biografia do seu pai,

³¹⁸ Ibidem, pg. 27

³¹⁹ Ibidem

³²⁰ Ibidem, pg. 34

respectivamente, e que são valiosas fontes para o estudo do segundo Império e do próprio momento da inserção dos homens públicos nas decisões políticas do país³²¹.

No entanto, não podemos deixar de lembrar duas situações. A primeira é que Nabuco escreveu ainda no auge do movimento, na década de 80, quando as ações abolicionistas tornaram-se mais fortes e enquanto mais uma lei emancipadora era discutida. A segunda situação é o local de onde Nabuco escreveu. A Europa burguesa da segunda metade do século XIX oferecia toda uma bagagem do pensamento burguês, principalmente algumas noções de atraso, modernidade e progresso, enfim, idéias que chegavam até a “ilustração brasileira” e que contribuíam para os discursos abolicionistas³²². Deste modo, temos em Nabuco a influência das idéias ilustradas Européias que vão acabar influenciando o seu texto a respeito da Abolição e do movimento abolicionista.

No discurso de Nabuco inexistente qualquer menção negativa da escravidão na formação nacional. O mal da escravidão vinha da sua própria natureza, e não de um preconceito racial após seu fim³²³. A mesma indicação podemos ver no livro em que não mencionou nem a idéia de preconceito racial, muito menos sobre a situação dos ex-escravos após o 13 de maio. O livro de Duque-Estrada não propõe ser, como o de Nabuco, uma teoria sobre o movimento abolicionista. Pelo contrário, o autor em *Abolição* quis reunir os documentos e as ações que levaram o fim da escravidão no Brasil, em 1888. Portanto, a análise de Duque-Estrada irá contemplar de forma mais abrangente todo o período abolicionista e por escrever após o furor dos acontecimentos, conseguiu fazer classificações mais específicas dos seus simpatizantes, como fez com Nabuco.

O que aproxima esses dois autores é o uso da memória pessoal que ambos fazem. Nabuco, em Londres ao escrever *O Abolicionismo* não deixou de usar da sua memória dos momentos até então vistos para teorizar sobre o próprio futuro do movimento³²⁴. Duque-Estrada, apesar da pouca idade não permitir que acompanhasse as discussões que se seguiram até 1885, descreveu a agitação da fase da luta, nas ruas, no final da década de 80, e mesmo sem citar, a riqueza dos detalhes não permite dúvidas de que também utilizou as memórias desses acontecimentos. Apesar disso, não teorizou nada, nem muito menos citou a situação

³²¹ A atuação dos deputados e dos ministérios, e até mesmo dos advogados e juristas, como Rui Barbosa por exemplo, é um dos caminhos para estudar o Império diante do problema da mão-de-obra no Império cafeeicultor.

³²² SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. A formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, pg. 180

³²³ *Ibidem*, pg. 181

³²⁴ Duque-Estrada lembra que num congresso em Milão assim que se formou a Confederação Abolicionista, que tinha representante em outros países, Nabuco foi classificado como o “maior advogado dos direitos do homem escravizado” DUQUE-ESTRADA, op. Cit. pg. 92

dos libertos no pós-abolição. Sua preocupação é com a História do movimento e não com a sua possível continuidade.

A classificação de Nabuco entre abolicionista ou simples emancipador não importou muito depois do 13 de maio de 1888, e Nabuco teve espaço no Panteão Abolicionista, não o somente feito por Duque-Estrada, mas por todos aqueles que teorizaram sobre o movimento até então. A prova disso é a grande comoção que houve no seu funeral, não somente suscitada pela sua face abolicionista, mas que também não foi esquecida em 1910³²⁵.

Duque-Estrada nesse livro não associou as ações no Parlamento com a dos Abolicionistas. Essa estrutura é percebida através da divisão que fez entre os capítulos chamados de “Fases da luta”. Se por um lado deu grande atenção aos debates parlamentares em torno das leis, tanto de 1871 quanto a de 1885, por outro, as ações abolicionistas também ganharam espaço destacado nesse livro. As ações da Confederação foram as principais referências do autor nos relatos a respeito das medidas tomadas em favor da liberdade dos escravos. Nessa parte do livro apontou algumas delas, como, por exemplo, o roubo de escravos em São Paulo e a acolhida dos mesmos no Rio de Janeiro por membros da Confederação; as libertações por pecúlio; o incentivo às fugas de escravos nas fazendas, através de algum aliciador pago pela Confederação, e a partir disso esses escravos fugidos formavam os quilombos; além dessas ações contava ainda as confederação com os serviços dos oficiais de justiça, de secretas subordinados, e também de chefes da capoeiragem, como por exemplo *Cá te espero, Boca-queimada, Déguas, Joaquim da Ponte*, dentre outras³²⁶.

Através desses relatos quis o autor, de alguma forma, legitimar tanto as ações dos abolicionistas quanto também a legitimidade que esses homens tinham com os escravos, que confiavam nessas medidas como um mecanismo para conseguir a liberdade. Em nenhum momento do texto o autor fez alguma oposição entre as ações dos abolicionistas e dos escravos. Pelo contrário, quis deixar mais evidente as ações da Confederação em favor desses. Uma mostra disso é a orientação que um abolicionista de São Paulo deu a um escravo que iria para o Rio de Janeiro:

“um abolicionista em S. Paulo (como aconteceu com Raul Pompéia) roubava um escravo, calçava-o, vestia-o, deva-lhe passagem para o Rio e dizia-lhe: ‘ao chegar à Central, encontrarás à porta da saída dos passageiros um homem de pé em cima de um banco, tendo uma camélia

³²⁵ BONAFÉ. Op. Cit. Pg. 99. No funeral cívico, Nabuco foi consagrado como abolicionista e Republicano, em 1910.

³²⁶ DUQUE-ESTRADA, op. Cit., pg. 89. O autor não cita outras ações dos capoeiras, apenas que eles participaram numa ocasião de proteção a Serpa Jr.

no peito, do lado esquerdo. Chega-te a ele e pronuncia a palavra – *Raul* -. Se te responder com a palavra – *Serpa* -, entrega-te a ele de corpo e alma.”³²⁷

Esses relatos das ações da Confederação Abolicionista não aparecem com nenhuma nota referente à fonte. Ou seja, acreditamos que tais informações tenham um caráter mais memorialístico, ou de Duque-Estrada ou de outros, talvez sendo do arquivo de Serpa Júnior que ele citou no intróito, ou então das lembranças do autor no período que freqüentava a redação do jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, lugar de encontro de inúmeros abolicionistas no Rio de Janeiro³²⁸. Outra questão é o privilégio que o autor deu às ações ocorridas nessa cidade, ou seja, lugar em que vivia e que estabelecia contato com os abolicionistas da década de 80. Isso facilitaria o uso das lembranças do autor sobre o período³²⁹. A respeito das ações da Confederação ao longo da década de 80, cito o autor

“Prosseguindo na sua faina, redobrou esta benemérita associação, de atividade: destacou vários de seus membros para constantes visitas às prisões, organizou uma comissão permanente de socorro aos escravos, incumbida ao mesmo tempo de atender a todas as queixas e de promover o andamento rápido dos processos.”³³⁰

Além das atuações dos membros da Confederação e dos escravos, ou escravizados como preferia Patrocínio, ainda na “fase da luta” nas ruas, Duque-Estrada ainda descreveu as festas da liberdade realizadas especialmente na comemoração de alguma vitória para a causa. Um exemplo é a feita pela Libertação do Ceará. Além do Brasil, a França também comemorou essa libertação com realização de banquetes que contaram com a presença de Patrocínio que distribuiu um texto em francês para os presentes³³¹, além de outros escritos feitos por pessoas ilustres, como o caso de Victor Hugo e Victor Schoelcher³³².

As chamadas “Festas da liberdade” apareciam a cada evento abolicionista vitorioso. A ocasião no Ceará não deixaria de ter uma. A Quermesse foi também assunto do autor que ao se dedicar no relato da organização e da adesão a essas festas, quis mostrar de algum modo o

³²⁷ DUQUE-ESTRADA, PG. 87. Um trabalho mais recente sobre as camélias e as ações desse tipo da confederação pode ser conferido no livro de Eduardo Silva onde o autor trabalhou com as ações abolicionistas que formaram o quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro. Cf. SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon, e a Abolição da Escravatura*. Uma investigação de História cultural. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

³²⁸ SILVA, op. Cit. Pg. 67

³²⁹ Com exceção da parte que dedicou à Abolição no Ceará e no Amazonas, ainda assim, destacou as festas ocorridas também no Rio de Janeiro. .

³³⁰ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 95

³³¹ O texto é “L’affranchissement du Ceará” e foi reproduzido em francês por Duque-Estrada, pg. 105

³³² Ibidem, pg. 104

quanto a causa abolicionista era digna de comemoração e público. Até mesmo o Imperador se fazia presente nessas comemorações, não através da presença física, mas do apoio financeiro. Esse fato Duque-Estrada não deixou escapar, no entanto não rendeu maiores comentários³³³.

Os patrocinadores dessas quermesses eram o comércio e as famílias abolicionistas, na maioria das vezes. A grande adesão poderia ser conferida pelo jornal *Gazeta da tarde*, que durante duas semanas relatava os objetos doados e por quem. A libertação do Ceará é o grande motivo de dias de comemoração no Rio de Janeiro, com a presença das sociedades abolicionistas e seus estandartes, bandas de música, com desfiles pelas ruas do Centro, entrega de coroas, apoio da multidão que aplaudia e aumentava a adesão popular à medida que saía o percurso³³⁴. O autor ressaltou que a característica popular dessas festas como base do seu principal argumento sobre a pressão popular, seja através da organização de sociedades abolicionistas ou na presença nos eventos públicos promovidos por essas sociedades, foi um fator de pressão para a aprovação das leis no Parlamento. Isso é mostrado pelo autor através da própria organização do seu livro, com a fase da luta nas ruas antecedendo a parte da fase dedicada ao Parlamento. Após a exaltação pela Liberdade do Ceará e o Amazonas, assim o autor iniciou o capítulo da segunda fase:

“Foi num dos momentos mais acesos da propaganda abolicionista e em consequência da queda do gabinete Lafaiete, em 4 de junho de 1884, que o Conselheiro Dantas recebeu do Imperador a incumbência de organizar o novo ministério.”³³⁵

Nas comemorações e na atuação das sociedades abolicionistas, numerosos símbolos se faziam presentes. Um deles é a própria lei que regia a Confederação representada pelo manifesto que compunha as determinações das sociedades por ela representadas, o seu símbolo era uma camélia, natural ou artificial, que também servia como código em algumas situações³³⁶. O principal veículo de propaganda não podia deixar de ser os jornais, ambiente de encontro dos abolicionistas que atualizavam a população sobre as novas ações da Confederação. O exemplo maior desse tipo de veículo foi o *Gazeta da Tarde*, órgão oficial da Confederação. Em épocas de festas, além desses elementos, participavam também bandas de música, com a apresentação dos estandartes das sociedades e a execução do Hino Nacional ou de músicas especiais para a ocasião, conforme o exemplo apenas citado pelo próprio Duque-

³³³ Ibidem, pg. 100

³³⁴ Ibidem, pg. 101

³³⁵ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 114

³³⁶ SILVA, op. Cit.

Estrada da canção executada nas comemorações a Libertação do Ceará, a “Marselhesa dos escravos”, pela orquestra comandada pelo compositor Cardoso de Meneses³³⁷.

Todas essas comemorações seriam o prenúncio do que seria a maior de todas, a do 13 de maio. Tal assunto será abordado no capítulo seguinte onde além de 1888 veremos outros sentidos reservados a essa data.

O capítulo de *Abolição* acerca da fase da luta que envolveu tanto as ações abolicionistas feitas pela Confederação, da mesma forma que o relato da libertação do Ceará e o Amazonas, contribuíram para a História do abolicionismo à medida que ofereceu outras informações a respeito do período e também novos nomes que nele atuaram. Nesse último caso, somado ao *Panteão Abolicionista* formado no final do livro, o autor inseriu novos nomes, ou reforçou a atuação de alguns para o fim da escravidão.

As duas fases da luta, tanto no parlamento quanto nas ruas, através da Confederação, foram escritas em associação pelo autor, que apesar de criticar o formato das leis e seu real efeito para a Abolição em si, utilizou essas discussões para apontar os favoráveis, ou não, à causa abolicionista, e assim delinear mais essa História, principalmente seus agentes.

A MARCHA DA ABOLIÇÃO

Antes da festa do 13 de maio, continuemos a *marchar*, usando as palavras de Duque-Estrada até os momentos finais do escravismo no Brasil.

Uma parte do penúltimo capítulo chamada *A marcha da abolição* será todo escrito chamando a atenção sobre o aumento da adesão popular à causa abolicionista, e assim confirmando sua idéia principal da Abolição como um processo que teve como força propulsora a adesão dos populares, demonstrada por manifestações e comparecimento em eventos abolicionistas³³⁸.

Nesse momento, além dos populares, o autor valorizou também a adesão dos militares à causa e a tensão existente entre governo e exército, principalmente depois do pedido de Deodoro de não dar ao exército a obrigação de recuperar escravos fugidos³³⁹. Sem querer levantar bandeira do grande efeito dessa adesão, aos poucos, o autor demonstrou que apesar de não ser a única ação fundamental, foi uma das que concorreu para o fim dessa marcha.

³³⁷ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 102

³³⁸ Ibidem, pg. 160

³³⁹ Ibidem, pg. 172. Deodoro era representante do Club Militar e essa espécie de manifesto foi enviada por volta de outubro de 1887.

Segundo ele, quando Deodoro enviou esse manifesto à Princesa, a Abolição estava, de fato, feita. Para ele, “*todas as concessões, que daí por diante pretendesse o governo fazer, seriam recebidas como tentativas contemporâneas, ou meros expedientes protelatórios*”³⁴⁰.

Nesse penúltimo capítulo o autor fez uma espécie de “retrospectiva” desde 1886 até os momentos iniciais do ano de 1888. Nesse momento do livro, o relato fica mais uma vez ausente de informações a respeito de fonte que parece ser mais servido pela memória do autor. Um dos exemplos é o caso da invasão do Teatro Politeama, em 6 de agosto de 1887, por capoeiras num *meeting* durante o discurso de Quintino Bocaiúva. Nessa ocasião, uma verdadeira luta aconteceu, entrando em cena o jovem Coelho Neto, que segundo o autor, conseguiu desarmar o líder dos capoeiras. O *povo* reagiu a esse ataque atirando cadeiras e disparando tiros contra os *capangas*. Apesar desse evento, outros *meeting* foram realizados no mesmo mês, contando com os discursos de Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e José do Patrocínio³⁴¹. Mesmo com a riqueza nos detalhes, o autor não citou nenhuma informação que pudesse dar pistas do local em que consultou esse relato.

A característica que Duque-Estrada quis dar à Abolição ficou mais definida nessa parte final do texto. Ainda antes do 13 de maio, capítulo que encerrou o livro, já podemos perceber a Abolição. Ou seja, é um processo longo, iniciado desde a batalha pelo fim do tráfico onde a lei essencial para isso foi a de 1831, mas que em 1850 uma nova lei reafirmou o fim do comércio negreiro; as leis que se seguiram foram duramente debatidas no parlamento, e apesar de não terem efeitos muito diretos para o fim da escravidão, serviram para levantar uma reação nas ruas devido às ações abolicionistas.

Outro ponto que pode encerrar esse capítulo é o trabalho de “arrumação” da História que o autor propõe para esse livro. Ou seja, para ele os “heróis” da Abolição foram constantemente modificados ou substituídos por outros que ganharam esse título apenas devido a uma última ação em 1888, quando, segundo ele, a Abolição já estava feita. E assim, Duque-Estrada em seu livro não economizou nomes, discursos e opiniões acerca daqueles que em algum momento participaram dessa “epopéia” da abolição, segundo sua própria definição.

O capítulo seguinte dessa dissertação será dedicado aos vários 13 de maio e os símbolos que o cercaram. Desde o primeiro, em 1888, até o escrito por Duque-Estrada, por uma outra historiografia, e também os símbolos que cercam o pós-abolição. Além disso, a galeria formada por Duque-Estrada e indicada por ele na parte do apêndice, chamada de *Panteão Abolicionista*, vai ser pensada como um novo momento da escrita da História

³⁴⁰ Ibidem, pg. 173

³⁴¹ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. pg. 169

Republicana da Abolição, que, da mesma forma que a República, a História da Abolição também precisaria de um novo imaginário para os tempos republicanos.

Portanto, vimos nesse capítulo a estrutura proposta por Duque-Estrada para a História da Abolição, onde as discussões das leis emancipadoras foram combinadas com as ações abolicionistas nas ruas. Ao longo dessa sua escrita, o autor pouco tocou na questão do escravo da década de 80 e sua posição diante dessas duas situações. O autor apenas mencionou a combinação de fugas de escravos apoiadas pela Confederação. Nesse momento o autor não fez oposição entre ação escrava e abolicionista. Desta forma, acreditamos que o autor não via aspectos negativos nessa associação, pelo contrário, em seu discurso valorizou qualquer situação que contestasse a escravidão e sua permanência no Brasil.

O capítulo seguinte dessa dissertação será dedicado aos “maios” de 1888, ou seja, as inúmeras interpretações e significados atribuídos a essa data da História do Brasil, tanto por Duque-Estrada quanto pela historiografia posterior e pelos novos estudos sobre o pós-abolição.

Capítulo III

EM TORNO DO 13 DE MAIO: COMBATES DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA

“Não viste? Toda a tropa em armas, as baionetas
Ao sol vibrando, ao vento as bandeiras desfeitas,
Dava à festa do povo um tom quente demais,
Como uma voz que abafa o eco de outras vozes,
Como uma apoteose entre as apoteoses,
Como um canto à surdina entre as canções triunfais!”
Fiat Libertas, Luís Delfino

O 13 DE MAIO DE 1888 – A ABOLIÇÃO COMO QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA

Antes de continuarmos com a abordagem em torno do livro de Duque-Estrada, torna-se válido discutir uma historiografia mais contemporânea que de alguma maneira dialoga com os momentos de *Abolição*.

Maria Helena Machado em um texto pra a *Revista Brasileira de História* apontou as diferentes variáveis pelas quais os historiadores têm se voltado para a análise da organização do trabalho e da vida escrava. Por sua vez, a reavaliação documental de fontes dos arquivos e dos cartórios permitiu um aumento do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil, como por exemplo, na abordagem sobre vida escrava, a constituição de família e a situação dos libertos no pós-abolição. A autora aponta como um dos temas que recebem maior esforço os que tratam sobre a autonomia escrava, principalmente os ligados às atividades econômicas dos cativos³⁴².

Em seu livro *O Plano e o Pânico*, no capítulo destinado ao movimento abolicionista, essa autora destacou algumas características do movimento, principalmente a dúvida em torno da participação de elementos abolicionistas nas revoltas dos escravos, na década de 80. O motivo da dúvida fica por conta da imprecisão das fontes, na maioria das vezes originadas através de relatos memorialísticos e da própria lembrança dos militantes abolicionistas.

³⁴² MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção a História social da escravidão”. in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.8 n° 16, pp.143-160, mar. 88/ago. 88

Nessas fontes, o mais freqüente é a menção de um abolicionismo urbano, onde esse material serve para a reconstituição dos embates dos anos 80 do século XIX. A produção de relatos acerca do abolicionismo e dos seus momentos finais pelos próprios participantes, redigidos no calor da hora, ou após um período de ostracismo vivido pelos abolicionistas após a conquista, contam um pedaço dessa História, cercada de toda uma conjuntura de sacrifício, obstáculos e sonhos em torno da causa abolicionista. Um dos exemplos para esse tipo de trabalho é justamente o de Duque-Estrada que a autora cita em nota de rodapé, juntamente com o de Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista*, por exemplo³⁴³. Numa avaliação desse tipo de trabalho, a autora põe em dúvida os relatos a respeito das fugas de escravos e a participação dos líderes abolicionistas nessas ações. Porém, lembra a grande adesão que o movimento teve na sua fase final, o que colocou também em dúvida sobre os verdadeiros abolicionistas³⁴⁴, conforme mencionado pelo próprio Duque-Estrada em seu livro³⁴⁵.

O movimento abolicionista, segundo Maria Helena Machado, catalisou o inconformismo dos setores urbanos com o Império. A crítica à escravidão, principalmente a partir dos males ao fator econômico e ao trabalho livre, agregou diferentes setores da sociedade para o movimento, além deles, também os chamados pela a autora de “arráia miúda” que não deixava de participar dos *meetings* e manifestações de rua³⁴⁶. Um dos exemplos citados por ela é o movimento abolicionista da cidade de Santos que agregou antigos rivais, habitantes das áreas dos Quartéis e dos Valongos, em torno da causa abolicionista, o que reforça o caráter popular e agregador do movimento³⁴⁷. Além de Santos, a autora também cita a cidade de São Paulo, da década de 80, com um abolicionismo mais para o âmbito legal, através das ações dos advogados, principalmente baseados nas brechas abertas pelas leis emancipadoras, principalmente a de 1831, que tornou ilegal a escravização de africanos desde aquela data³⁴⁸.

A respeito desses usos das leis emancipadoras como instrumento legal de reivindicação da liberdade, citamos o trabalho de Joseli Mendonça, *Cenas da Abolição*, principalmente o capítulo “Cenas da Abolição no Parlamento” no qual foram tratadas as ações

³⁴³ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o Pânico*. Os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro. ED. UFRJ – EDUSP, 1994, pg. 144

³⁴⁴ *Ibidem*, pg. 147

³⁴⁵ Um dos objetivos do autor em seu livro é retirar os “falsificadores” da história da Abolição. Para isso, fez um Panteão como uma forma de reorganização desses agentes abolicionistas.

³⁴⁶ A autora cita a revolta do vintém ocorrida na corte em 1880 como um momento de ruptura onde a população da corte interferiu nas situações políticas do período. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: _____ *Escravidão e Abolição no Brasil – Novas Perspectivas*. RJ, Jorge Zahar, 1988, pp , 74-110

³⁴⁷ MACHADO, 1994, op. Cit. Pg. 148

³⁴⁸ *Ibidem*, pg. 151

conservadoras no período da discussão em torno dessas leis, e também a que aboliu a escravidão. Segundo Mendonça houve sempre a oposição na maioria dos estudos sobre o processo abolicionista entre a ação dos “homens de casaca”, no encaminhamento parlamentar com a dos escravos e sua atuação tida como “radical”, como por exemplo, nas fugas, assassinatos e outras formas que os identificaram como agentes da História da Abolição. No entanto, lembra a autora que a Abolição foi feita através da assinatura de uma Lei, não tendo como escapar desse fato; e também por que essas as leis, anteriores a de 1888, regularam de algum modo a relação entre Senhor e escravo e ofereceram dispositivos legais para a reivindicação de direitos³⁴⁹, conforme utilizado pelo abolicionismo da cidade de São Paulo, principalmente na atuação de Luiz Gama³⁵⁰.

Uma outra questão apontada por Mendonça em seu livro é sobre os momentos de maio de 1888, desde a apresentação do projeto de Lei à Câmara em 8 de maio desse ano até a sua rápida aprovação e assinatura em 13 de maio, cinco dias depois. A velocidade desse projeto diferenciou-se das outras leis que precisaram de mais tempo para a discussão e aprovação. A autora ainda lembrou-se do imaginário criado em torno desse período, anterior ao 13 de maio, onde os relatos da presença popular nas Câmaras, e sua intervenção através de aplausos e comemorações são constantes nos discursos que justificaram a Abolição³⁵¹.

Essa mesma sensação de desejo popular foi comentada pela princesa Regente na *Fala do Trono* 10 dias antes, que dizia ser a Abolição uma “aspiração aclamada por todas as classes”. A imagem dos momentos anteriores à assinatura da lei dava uma satisfação nacional na resolução da questão, alimentada pela euforia dos jornais que criaram expectativas nos dias que antecederam à aprovação da lei. No entanto, essa “vontade geral” não era unânime e foi contestada por Andrade Figueira que lembrou que a população do Brasil não correspondia apenas aos que freqüentavam as galerias da Câmara³⁵².

A argumentação contrária às leis emancipadoras foi explorada por Mendonça que deu destaque às idéias dos parlamentares sobre a nova condição dos libertos. A “compaixão” desses parlamentares justificava o voto contrário porque acreditavam no “prejuízo” à vida dos libertos, como era o caso dos “velhos escravos”. Um deputado na época chegou a dizer que

³⁴⁹ MENDONÇA, 2001, op. Ci. Pg. 12

³⁵⁰ MACHADO, 1994, op. Cit.151. Porém a autora lembra que não só com lutas forenses se fazia a luta abolicionista em São Paulo, nas ruas também acontecia, com a participação dos negros. Pg. 156

³⁵¹ MENDONÇA, 2001, op. Cit. Pg. 15A autora dá um exemplo de Nabuco que ao apresentar a proposta teve sua fala interrompida inúmeras vezes por aplausos e aclamações.

³⁵² Ibidem, pg. 20Esse deputado, segundo a autora, não estava só. Durante seu discurso contou com alguns “apoiado”, além de não ficar sozinho na votação do projeto pela Abolição.

libertar quem não podia gozar da própria liberdade seria um presente cruel³⁵³. A falta de “proteção” aos libertos representava um “perigo” para a sociedade brasileira, em 1888, segundo eles, vindo, principalmente, da recusa dos libertos ao trabalho, e a solução para isso seria a mão-de-obra imigrante³⁵⁴.

Ao tratar dos trabalhos que discutiram a Abolição e o pós-abolição, Joseli Mendonça associou os discursos de “proteção” dos parlamentares aos discursos de uma parte da historiografia, que também considerou uma rejeição natural do liberto ao trabalho. A respeito disso, citou os trabalhos de Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Emilia Viotti da Costa. O trabalho de Celso Furtado também foi tratado a partir desse raciocínio. De acordo com esse autor, o comportamento dos libertos diante do trabalho livre era definido a partir do “baixo nível de necessidades” e também do “baixo envolvimento mental”. E assim, concluiu a autora que essa historiografia cristalizou como verdade os próprios argumentos daqueles parlamentares nos seus últimos discursos contrários à Abolição³⁵⁵.

Deste modo, apesar da historiografia acerca da Abolição e do pós-abolição ser farta e ainda oferecer demais discussões, a escolha desses dois textos se deu por seus temas corresponderem de algum modo ao traçado que Duque-Estrada montou para a História da Abolição³⁵⁶. Maria Helena Machado ao tratar das ações abolicionistas e também dos relatos dos membros do movimento, não deixou de apontar o caráter memorialístico de muitos desses textos usando como exemplo o próprio texto de Duque-Estrada. E assim, Duque-Estrada compôs o grupo de abolicionistas que com o advento da República trataram de registrar suas memórias, principalmente dos movimentos que participaram, dando uma nova interpretação para a História da Abolição na República. Por outro lado, o texto de Joseli Mendonça se relaciona com a dinâmica proposta por Duque-Estrada uma vez que esse autor baseia seus argumentos nas leis emancipadoras. Segundo Mendonça, as discussões em torno dessas leis oferecem um campo de estudo para análise dos argumentos favoráveis à permanência da escravidão. De outro modo, Duque-Estrada utiliza as mesmas discussões para apontar as contradições existentes nas leis e para defini-las como insuficientes para o término da escravidão. E assim, observamos que a historiografia contemporânea pode se servir de

³⁵³ Ibidem, pg. 30

³⁵⁴ Ibidem, pg. 30

³⁵⁵ Ibidem, pg. 37

³⁵⁶ Outros trabalhos de igual modo contribuiriam para esse diálogo, no entanto, optamos pelos trabalhos de Joseli Mendonça e Maria Helena Machado devido a temática abordada. Cf. CARDOSO, Ciro (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, principalmente o capítulo escrito por esse autor, “A Abolição como problema histórico e Historiográfico”; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

Duque-Estrada no reforço dos seus argumentos sobre os momentos anteriores à Abolição, e também no uso como fonte sobre o cotidiano da luta abolicionista.

Uma outra questão tocada por Mendonça em seu texto diz respeito à “euforia” dos momentos seguintes à assinatura. Segundo essa autora, a idéia de unanimidade em torno da Abolição, principalmente em 13 de maio de 1888, é mais um elemento da memória que naquele instante começou a ser construída³⁵⁷. No entanto, essa autora mostrou que essa unanimidade dependeu de quem se beneficiou com a Abolição, logo, os deputados que negavam a necessidade de uma solução rápida para a escravidão não participaram das festas eufóricas do dia seguinte ao 13 de maio. Mas os jornais da época não lembraram os insatisfeitos e trataram de reproduzir em suas manchetes as comemorações por toda a cidade. Nesse momento, a memória do 13 de maio começou a ser constituída com a contribuição dos jornais, dos textos memorialísticos e dos símbolos que quiseram dar à causa abolicionista. Uma outra consequência dessa construção foi a associação que mais tarde fizeram entre Abolição e República. A busca da causa do 15 de novembro e do efeito do 13 de maio opôs monarquistas e republicanos em torno da questão abolicionista, transformando esse movimento numa disputa política entre eles.

Os jornais de 1888 não demonstraram claramente essa disputa, no entanto não deixaram de associar Império e Abolição e valorizar a faceta redentora da Princesa Regente. A lembrança do 13 de maio de 1888 nos relatos dos jornais ou daqueles que viveram esse período constam de um dia de chuva, “memorável”, que segundo Machado de Assis foi “único dia de delírio que lembra ter visto”³⁵⁸. Festejos públicos ocorreram em toda a cidade e os jornais comemoraram o 13 e o 14 de maio com matérias que ocupavam inteiramente as suas primeiras páginas. Desfiles cívicos foram feitos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro com discursos de Coelho Neto e poesias recitadas por Alberto de Oliveira, Oliveira e Silva e Soares Sousa Junior³⁵⁹. A euforia da festa do domingo e dos dias que se seguiram, com chuva e samba, pararam a cidade do Rio de Janeiro e representaram o rompimento com o passado e a entrada do país na modernidade, que era experimentada pelas redes de telégrafos que interligavam as principais cidades do país e do mundo³⁶⁰. Através desse instrumento a notícia

³⁵⁷ Ibidem

³⁵⁸ MIRANDA, José Américo (org.) *Maio de 1888 – Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à lei de 13 de maio de 1888*. Col. Afranio Peixoto, ABL, pg 9

³⁵⁹ ibidem, pg. 19

³⁶⁰ SILVA, Eduardo. “Integração, Globalização e festa. A abolição da Escravatura como História Cultural.” In: PAMPLONA, Marco A. (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro, Acess, 2001, pg. 112. O autor diz ainda que os músicos do 7º Batalhão Naval, junto com negros e miscigenados, incluíram no repertório militar polcas, valsas e marchas triunfais, transformando num verdadeiro samba-de-roda a Rua do Ouvidor, a chamada “paris pequena” do Brasil.

da libertação dos escravos no Brasil foi transmitida para todo mundo e a lei combinava nela a sua rapidez³⁶¹. Ela deveria ser aplicada a partir daquela data, 13 de maio, e os telégrafos deveriam fazer chegar a notícia a todos, principalmente os mais interessados. Porém, a eficiência do telégrafo deixou de fora um grupo de libertos que teve sua comemoração interrompida, segundo os jornais da época, por faltar ainda alguma notícia oficial em 19 de maio de 1888 sobre a nova condição. Esse atraso ocorreu em Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro³⁶².

A possível unanimidade em maio de 1888 foi representada pelos relatos de festas que reuniram um grande número de pessoas nas ruas da Corte. A reunião de diferentes setores da sociedade favoráveis à Abolição, republicanos e monarquistas, radicais e moderados, liberais e conservadores, imigrantistas, trabalhadores manuais, comerciantes e profissionais liberais, foi percebida somente em maio de 1888, nas comemorações³⁶³. Até mesmo os mais ortodoxos e escravistas se serviram desse momento como forma de oportunismo político. Escravistas fervorosos se tornaram abolicionistas confessos da noite para o dia e eram denunciados pelos jornais que procuravam entender tamanha mudança³⁶⁴.

Uma pesquisa nos jornais da Cidade do Rio de Janeiro durante o mês de Maio confirma a euforia comentada por vários autores sobre a aprovação do projeto que previa a Abolição imediata. Nesses jornais, vimos que ao passar dos primeiros dias do mês de maio a expectativa da Abolição era suficiente para a presença da população nas tribunas da Câmara e no Senado³⁶⁵.

No mês de abril alguns fazendeiros se anteciparam e a cada dia inúmeras libertações iam sendo relatadas pelos jornais da cidade³⁶⁶. Mas somente no início de maio de 1888 que notamos nos jornais a convocação para a aclamação à Princesa, como por exemplo no dia 03 quando o jornal *Diário de Notícias* convidou todos para comparecer no Campo da Aclamação, junto ao edifício do Senado para acompanhar a Alteza Imperial no momento que começasse *a nova era de liberdade*. A expectativa girava em torno do que ela iria dizer e o que poderiam esperar a respeito do futuro fim da escravidão. E ao relatar possíveis atitudes da Princesa o jornal já mostrava o quanto essa imagem de bondade da regente ia se formando,

³⁶¹ SILVA, 2001, op. Cit. Pg. 109-10

³⁶² PIMENTEL, Thais; SILVA, Regina Helena Alves; ARNAUT, Luiz. “Maio de 1888 – as Festas da igualdade”. In: MIRANDA, op. Cit., pg. 97 O caso ocorreu em uma fazenda de Mangaratiba, segundo o jornal Gazeta de Notícias de 19 de maio de 1888, citado pelos autores

³⁶³ SANTOS, Cláudia Andrade. “Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?” in: REIS F, Daniel Aarão (org.) *Intelectuais, História e Política*. RJ, 7 letras, 2000, pg. 54

³⁶⁴ PIMENTEL, op. Cit. pg. 97

³⁶⁵ Jornais de Maio de 1888, Rio de Janeiro.

³⁶⁶ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, abril de 1888

antes mesmo do *dia áureo*. Segundo o jornal, sua atitude estaria ligada a ser uma mulher de bom coração, que amava o país e por isso iria querer vê-lo livre da escravidão, além de tudo isso era mulher cristã, mãe e soberana³⁶⁷. A faceta cristã da Princesa Regente e o fim da escravidão foram associados pelo jornal católico *O Apóstolo*, nas comemorações do 13 de maio³⁶⁸. Segundo Martha Abreu, esse jornal reivindicava a conquista da Abolição como uma conquista do catolicismo baseado tanto na religião da Princesa regente quanto no apelo feito por Nabuco em Roma, numa tentativa de gerar uma opinião favorável ao abolicionismo pela consciência católica³⁶⁹.

O pedido de comparecimento ao Campo da Aclamação feito pelos jornais no início de maio à população da Corte contou com a decoração das ruas adjacentes ao Senado, enfeitadas com Bandeiras e galhardetes, e semeadas de folhas, com as sacadas do Campo da Aclamação enfeitadas com colchas bordadas³⁷⁰. Não somente à Princesa eram rendidos vivas calorosos, mas também ao Conselheiro Dantas e Joaquim Nabuco que receberam saudações entusiásticas dos populares presentes³⁷¹. No dia seguinte a essa convocação, o jornal trouxe o relato da adesão popular, com o número de “oito a dez mil pessoas impacientes” que esperavam a chegada da Princesa. Esse jornal quis destacar duas situações: a adesão popular à causa da liberdade e o apoio dado à Princesa na ocasião³⁷².

A respeito dos presentes nessas manifestações o significado dado pelo jornal à palavra “povo” chama a atenção, principalmente nos diferentes significados que essa palavra pode ganhar³⁷³. Dois sentidos são possíveis: parcela da população de menor renda, ou aglomerado de pessoas de mais de um segmento social³⁷⁴. A definição considerada pelos jornais naquele momento à palavra “povo” está mais inclinada para a parcela da população, que na sua diversidade tornou difícil a identificação ser feita por outra palavra³⁷⁵. A presença dos populares também era vista diferente dependendo das partes. Os abolicionistas os viam como força nessa luta parlamentar, enquanto que os escravistas se incomodavam com a presença de público que acompanhavam os debates nas galerias³⁷⁶.

³⁶⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1888.

³⁶⁸ ABREU, Martha. “O pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890” In: PAMPLONA, Marco A. op. Cit.

³⁶⁹ *Ibidem*,

³⁷⁰ PIMENTEL, op. cit.

³⁷¹ PIMENTEL, op. Cit. Pg. 84. A autora cita o jornal *Gazeta de Notícias*, de 4 de maio de 1888

³⁷² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1888

³⁷³ PIMENTEL, op. Cit. Pg. 86

³⁷⁴ *Ibidem* pg. 87

³⁷⁵ *Ibidem*, pg. 86

³⁷⁶ MENDONÇA, op. Cit. Pg. 191

Nos jornais, vemos que ainda na primeira semana de maio, a adesão do comércio e da lavoura à causa era considerada prova de *patriotismo* e *abnegação*. O tom eufórico dos jornais nos primeiros dias de maio é uma mostra do quanto a causa ganhava uma adesão momentânea, sendo classificado tal momento como “*fase triunfal do movimento abolicionista*”, e assim, o povo brasileiro sofria mudanças sem lutas sangrentas³⁷⁷.

No dia 10 de maio a Lei Áurea foi aprovada na Câmara dos deputados, faltando apenas passar pelo Senado, “cenáculo das garantias do país”. As comemorações começaram nesse mesmo dia com uma manifestação popular promovida pela Confederação dos Abolicionistas, e assim o jornal descreveu essa adesão: “*povo, como que movido por um choque elétrico – 10 mil pessoas tirando o chapéu e dando vivas!*”³⁷⁸

No dia seguinte, os relatos dos festejos continuaram dessa vez promovidos pela imprensa da capital, os jornais: o *Jornal do Comércio*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *Revista Ilustrada*, *A Época*, *Gazeta da Tarde*, *Novidades*, *O Apóstolo* e *Diário de Notícias*³⁷⁹.

No domingo, 13 de maio, há a chamada do jornal para que a população caminhasse até o Senado para a chegada da alteza. E no dia 14 a primeira folha do jornal estampava a comemoração a respeito do fim da escravidão. A rua do ouvidor é descrita como “*verdadeiro delírio da população*”³⁸⁰

A comemoração era de *todos e todos* pararam³⁸¹. Desde repartições públicas, até a vida política, e também o porto, os correios, os bancos e escolas renderam comemorações que se seguiram por longos 8 dias³⁸². Nos dias 19 e 20 de maio, quase no encerramento das festas, cortejos foram realizados pela cidade onde foram distribuídas poesias impressas em papéis azuis, amarelos e cor-de-rosa. Essas poesias foram escritas por Machado de Assis, Artur Azevedo, Oscar Pederneiras, Rodrigo Octávio, Soares de Sousa Júnior, B. Lopes, Guimarães Passos, Baronesa de Mamanguape (Cármen Freire), Lúcio de Mendonça, Oliveira e Silva, Virgílio Gentil, Mário Pederneiras, Gastão Briggs, A. Cardoso de Meneses, Afonso Celso Júnior, Valentim Magalhães, Osório Duque-Estrada, Adelina Lopes Vieira, Bernardino Queirós, A. Peres Júnior, Henrique de Magalhães, e os que assinaram seus poemas como B. de M., Guil Mar. e Pedro Malasarte³⁸³.

³⁷⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 05 de maio de 1888

³⁷⁸ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1888.

³⁷⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1888

³⁸⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 e 14 de maio de 1888

³⁸¹ MIRANDA, op. Cit, pg. 16. No entanto, nem todos foram às ruas, o autor cita que Silvio Romero deixou registrado no prólogo que escrevia para a primeira edição da sua História da Literatura Brasileira enquanto ouvia os ruídos dos festejos das festas da abolição. Esse texto de Romero é assinado entre 18 e 19 de maio de 1888.

³⁸² SILVA, Eduardo. 2001, op. Cit Pg. 112

³⁸³ MIRANDA, op. Cit, Pg. 14

A coleção dessas poesias foi encontrada no Arquivo Público Mineiro e, segundo consta a informação achada elas foram distribuídas no cortejo de 20 de maio de 1888 em comemoração ao 13 de maio daquele ano. Essas poesias foram reunidas num livro organizado pela ABL chamado “*Maio de 1888 – Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio e 1888*”.³⁸⁴

Os 24 poetas contribuíram com 29 poemas distribuídos durante esse cortejo. Essas poesias foram escritas em folhetos coloridos no tamanho de 25cm x 16,5 cm³⁸⁵. Porém, estima-se que não só em 20 de maio as poesias foram distribuídas, mas também durante outros dias de festa³⁸⁶. A maioria que participou desse cortejo cívico esteve presente anos mais tarde na fundação da Academia Brasileira de Letras, entre eles Lúcio de Mendonça, autor da iniciativa de criação de uma Academia de Letras. Os restantes, ou fizeram parte como membros fundadores, ou entraram posteriormente, como é o caso de Duque-Estrada³⁸⁷.

O entusiasmo pelo fim da escravidão não contaminou apenas as ruas da cidade do Rio de Janeiro. Os membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro também participaram das comemorações através da convocação de uma sessão extraordinária dias depois a assinatura da lei. O ano de 1888 seria especial para o IHGB porque esse seria o do seu jubileu e as comemorações dos 50 anos do Instituto não deixariam de mencionar a nova condição do trabalho no Brasil³⁸⁸.

Em sessão extraordinária de 16 de maio de 1888, os membros do Instituto se reuniram para ouvir as palavras do presidente, o comendador Joaquim Norberto de Souza Silva. Nesse discurso, o presidente destacou o desejo dos membros pelo fim da escravidão e a forma *repentina* como se deu:

“Como esse mundo de trevas, que paira eternamente ante o cruzeiro do sul, parecia, que a negra mancha da escravidão teria de ofuscar ainda por muito tempo a terra de Santa Cruz.

³⁸⁴ Esse livro possui apresentação e nota de José Américo Miranda, além de textos de Thais Pimentel, Regina Helena da Silva e Luiz Arnaut sobre as festas de maio de 1888.

³⁸⁵ MIRANDA, op. Cit. pg. 15

³⁸⁶ Ibidem. Essa coleção com 29 poemas encontra-se no Arquivo Público mineiro, mas não foi possível saber a quem pertenceu essa coleção já que consta apenas a indicação de duas iniciais, B. M.

³⁸⁷ Ibidem, pg. 17

³⁸⁸ O Instituto Histórico foi criado em 1839 e os objetivos da produção de seus membros estavam fortemente ligados ao traçado da gênese da Nação brasileira. Duas obras clássicas sobre esse tema e ligadas à produção do Instituto são a de Karl Von Martius, “Como se deve escrever a História do Brasil”, de 1845, e a de Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral do Brasil*, de 1854. Essa última ofereceu uma esquematização de interpretação da História do Brasil largamente reproduzido nos livros didáticos. Cf. GUIMARÃES, Lúcia. “Francisco Adolpho Varnhagen. História Geral do Brasil”. in: In: MOTTA. Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico, 2. São Paulo: SENAC, 2001, pg. 83

As gerações se sucediam sem que lhes fosse dado antever a terra da promessa. Apenas aqui e ali, de espaço em espaço, irrompiam das negras nuvens as cintilações de uma imensa aurora, e eis que de repente, quando ainda mal se esperava, surge no horizonte da pátria o Sol da liberdade, o astro da redenção humana”³⁸⁹

A sessão extraordinária havia sido convocada para que deliberassem, dentre outras propostas, a mensagem de felicitação ao Imperador e a colocação de um busto de Perdígão Malheiros na sala das sessões, devido à relevância da sua obra para a questão³⁹⁰. Além deles seriam também felicitados a Princesa, o Ministério, a Câmara Legislativa, e a imprensa de “*todo o Império, que cooperou para o triunfo incruento da causa da Abolição*”³⁹¹.

Nas mensagens endereçadas à Câmara, ao Senado e ao Governo pela secretaria do Instituto, não há nenhuma referência a alguns termos como “negro” ou “abolicionista”. Apenas solicitações aos representantes da Nação. A mensagem endereçada à Câmara pelos membros do Instituto foi a seguinte:

“Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da nação. Declarando extinta a escravidão neste Império, a lei nº 3353 de 13 de maio de 1888 constituiu, por assim dizer, os brasileiros em nova pátria, alterou o curso dos nossos costumes, ilustrou a nossa legislação, deu orientação nova à nossa História; e a Câmara dos Srs. deputados, colaborando com os demais poderes constitucionais, e, antes destes, com as aspirações do povo brasileiro naquele singelo e ao mesmo tempo imortal monumento, tornou-se merecedora das homenagens que lhe estão rendendo em uma sucessão de festas sem igual em nosso passado.”³⁹²

Nas leituras das atas das sessões seguintes ao 13 de maio e nas demais do ano de 1888 não foram encontradas nenhuma menção a respeito dos significados da Abolição para os próprios libertos, apenas a associação, feita pelo presidente do Instituto, do fim da escravidão com as “melhorias” na sociedade, como por exemplo, “*a áurea lei nivelou as condições de todos os habitantes do Império, levantou o nível da moral, santificou os costumes, purificou o lar doméstico e tornou livre o trabalho na pátria livre.*”³⁹³.

³⁸⁹ Revista do IHGB, 51, Vl. 77, 1888

³⁹⁰ RIHGB, vol 51, 1888, 2º Parte, pg. 210-212

³⁹¹ RIHGB, vol. 51, 1888, 2º parte, pg. 210. No texto “A extinção da escravidão no Brasil: o jubileu do Instituto Histórico”, publicado nesse mesmo volume da revista, vimos além dos nomes desses homenageados, também seriam *todos* que contribuíram para o triunfo da causa da Abolição (grifo meu), pg. 20

³⁹² RIHGB, VL. 51 1888, 1º Parte, pg. 22

³⁹³ RIHGB, VL. 51, 1888, 2º PARTE, PG. 323

O resultado da Abolição para a *Pátria livre* estaria presente no caráter do trabalho livre e a chegada de imigrantes,

“acodem falanges estrangeiras de novos agricultores, que buscam nova pátria mais feliz, mais próspera para seus filhos. (...) Eis a indústria ostentando aí os seus progressos, e ao canto do cativo, (...) substitui o hino do trabalho da esperança e da prosperidade.”³⁹⁴

Antes da Abolição, não eram frequentes a publicação de trabalhos que envolviam essa temática no Instituto Histórico. A Revista do Instituto, criada em 1839, um ano depois da criação dessa instituição, em seu índice geral, publicado no volume 400 de 1998, reúne poucos trabalhos até 1888. A temática ESCRAVIDÃO, não ocupa mais que 3 páginas, dividida entre: ESCRAVIDÃO – AMAZONAS; ESCRAVIDÃO – ASPECTOS ECONÔMICOS – BRASIL; ESCRAVIDÃO – BRASIL; ESCRAVIDÃO – BRASIL – EMANCIPAÇÃO; ESCRAVIDÃO – NITERÓI (RJ); ESCRAVIDÃO E A IGREJA – BRASIL. De todas elas encontramos apenas um, feito um pouco posterior ao momento em que foi assinada a Lei Áurea. “*A extinção da escravidão no Brasil: o jubileu do Instituto Histórico*”, de 1888.

Em temáticas afins como ABOLICIONISTAS – BRASIL; BRASIL – HISTÓRIA – ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO, 1888; BRASIL – HISTÓRIA – LEI DO VENTRE LIVRE, 1871; BRASIL – HISTÓRIA – PALMARES, 1630-1695; BRASIL – RELAÇÕES EXTERIORES – ÁFRICA; NEGROS – BRASIL; NEGROS – BRASIL – RELIGIÃO, encontramos mais textos anteriores a 1888. Alguns deles reproduziram os relatos sobre as guerras contra Palmares³⁹⁵, e também sobre a introdução dos escravos no Brasil.

Deste modo, o Instituto Histórico, ambiente de escrita da História do Brasil no Império, em 1888 seguiu as demais tendências das comemorações daquele maio com produção de discursos por parte dos seus membros e também o envio de mensagens de felicitação aos “responsáveis” pela conquista, segundo eles, Princesa Isabel, o Imperador, João Alfredo e demais membros do Gabinete.

As comemorações dos 50 anos envolveram a produção de um suplemento da revista. No discurso de abertura dessa comemoração, o presidente do Instituto, Joaquim Norberto de Sousa e Silva reforçou o caráter dessa instituição e da produção dos seus membros que

³⁹⁴ RIHGB, Segunda parte do vol 51, pg. 325

³⁹⁵ Os dois textos sobre Palmares são: “Condições ajustadas com o governador dos Paulistas, Domingos Jorge Velho, em 14 de agosto de 1693 para a conquistar e destruir os negros de Palmares”, 1884; “memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares: seu destroço e paz aceita em junho de 1678.”, 1876. RIHGB, 159(4000), jul/set. 1998

deveriam concorrer para o estudo da História e da Geografia do país. A associação do IHGB com o Império também foi ressaltada pelo presidente que lembrou a grandeza do Império, que marchava progressivamente sem obstáculo, e o IHGB seguiria essa mesma marcha. A respeito da Abolição, o presidente destacou a *evolução humanitária* por que passou o país, onde o fim da escravidão não *custou gota de sangue* nem lamento, apenas um *vago queixume*. O primeiro ciclo do Instituto havia fechado com a extinção da escravidão e um novo se abria com a liberdade de todos³⁹⁶.

Um dos exemplos da ligação do IHGB com o Império e o seu compromisso com uma História Imperial pode ser vista a partir das interpretações da Abolição e os seus antecedentes. Durante todo o momento das comemorações pela Abolição, os discursos dos seus membros associaram a lei áurea à Princesa Regente e ao gabinete de João Alfredo, visto por eles como um dos Heróis. Na verdade, conforme já ressaltado, os membros IHGB não propuseram ao longo dos seus primeiros 50 anos nenhum trabalho Histórico mais específico a respeito da escravidão no Brasil, talvez por esse tema não constituir ainda um problema Historiográfico³⁹⁷. Ele só veio à tona com a Abolição, de fato, e quando isso ocorreu o Instituto manteve sua coerência ao associar o 13 de maio como um desejo do Império.

No entanto, em 1900 nas revistas do IHGB um texto datado de 1888 escrito por Franklin Américo de Meneses Dória, o Barão de Loreto, “A abolição no Brasil”, propôs um esquema para a Abolição. Segundo ele, quatro períodos da História do Brasil foram apontados a partir desse objetivo. O primeiro foi iniciado sob o governo d’El Rei D. João VI marcado pela reação contra o comércio de escravos e a pressão da Inglaterra contra o tráfico. Compreendeu também, nesse período, a falta de uma ação mais efetiva de Pedro I a respeito do acordo de 1826 com a Inglaterra, devido à sua abdicação. A regência e o fim do tráfico marcaram o final desse período, segundo Loreto³⁹⁸. O segundo período indicado foi caracterizado, segundo ele, pela “emancipação lenta dos escravos”. Nesse momento, o autor vai destacar os debates a respeito da reforma do elemento servil, que segundo ele foi um dos desejos do Imperador, na fala do trono, em 1867. O destaque desse período foi a aprovação da

³⁹⁶ RIHGB, Suplemento ao número 51, 21 de outubro de 1888.

³⁹⁷ Perdigão Malheiros, conforme vimos no capítulo anterior, produziu uma obra de análise sobre a Abolição, Ensaio Histórico e Jurídico. A leitura que fez dessa obra no Instituto em 1867, com a presença do Imperador Pedro II, fez com que fosse homenageado em 1888 como o grande incentivador, através da sua obra, para a solução do elemento servil. Essa leitura foi uma das poucas ocasiões que se tratou o tema no Instituto. A mostra disso são as revistas com nenhum trabalho mais profundo sobre essa situação.

³⁹⁸ LORETO, Barão de. RIHGB, 63, 1900, pg. 187

lei de 1871 e o interesse do “espírito público” que, a partir de 1880, passou a se interessar *pela sorte dos escravos*³⁹⁹.

O marco do início do terceiro período foi o ano de 1880 e as agitações que se seguiram, principalmente no Rio de Janeiro, onde “*irrompeu a aspiração da abolição imediata, sob cujo influxo se formavam sociedades, e, pelo jornalismo, assim como em conferências públicas, se agitava apaixonada propaganda*”⁴⁰⁰. A libertação das províncias do Ceará e do Amazonas, o debate em torno da lei dos sexagenários, a aspiração do abolicionismo e a “força por ele adquirida” em que não bastou o prazo para o fim da escravidão e a não-indenização, ergueu “vozes do seio de todas as classes” e as agitações marcaram o início do quarto período⁴⁰¹.

Os prazos colocados para o fim da escravidão, os comícios em São Paulo e a libertação dessa província foram compreendidos pela Princesa Regente, que, diante dos acontecimentos que demonstravam ter o país tendências para a Abolição, “*revelou pelo seu proceder o propósito de contribuir para a pronta consumação do resgate dos míseros oprimidos.*” Para isso, escolheu para formar o gabinete em 1888 o Conselheiro João Alfredo, o mesmo que havia colaborado com a lei de 1871. Após isso, o autor relatou uma série de adesões populares à causa, à Princesa e à sua chegada ao Paço com todos os “vivas” e “enchente de flores” que recebera no dia da assinatura da lei⁴⁰².

Loreto terminou esse seu texto, que no final aparece datado de 1888, a seguinte impressão a respeito da Princesa:

“quase por unanimidade votada pelas duas Câmaras, ainda no meio de flores e aclamações, a grande lei foi logo sancionada pela Regente.

Assim a princesa, que antes, sancionando outra lei famosa, proclamara livres as gerações futuras, revocou à liberdade centenas de milhares de cativos, e completou a obra da Abolição na sua pátria, a qual, reconhecida, lhe deu o título de ‘Isabel a Redentora’”⁴⁰³.

Deste modo, 12 anos após a Abolição realizada, o Instituto propõe, já na República, uma interpretação imperial para a Abolição. Ela seria obra do Império, mais precisamente da Princesa que soube perceber os momentos de definição do processo abolicionista e montar um gabinete cujo representante já havia participado de discussões anteriores. O grande objetivo

³⁹⁹ ibidem, pg. 189

⁴⁰⁰ ibidem, pg. 189

⁴⁰¹ ibidem, pg. 190-1

⁴⁰² Ibidem pg. 192

⁴⁰³ ibidem, pg. 192

desse esquema proposto por Loreto foi o de mostrar a adesão do Governo Imperial às idéias que encurtassem a escravidão, primeiramente com o tráfico e logo depois com as leis que se seguiram até chegar 1888.

Esse texto de Loreto é um exemplo dos variados esquemas que poderiam aparecer para a Abolição, onde a escrita dessa História estaria em meio a um debate maior sobre a sua origem: imperial ou republicana. Os seus historiadores na sua escrita demonstraram que os personagens principais poderiam revezar da mesma forma que as percepções em torno do 13 de maio poderiam contribuir com “outras” Histórias da Abolição.

Portanto, vimos um pouco dos trabalhos sobre o 13 de maio de 1888 e do processo abolicionista, principalmente do abolicionismo ora visto como solução para os próprios interesses dos grupos envolvidos, ou como forma de luta legítima que, combinado com as ações escravas pressionaram o governo para uma solução definitiva acerca da mão-de-obra escrava no Brasil. A historiografia pós 1980, no auge das comemorações pelo centenário da Abolição, nos ofereceu muitas contribuições sobre esse momento, e também sobre todo o passado escravista no Brasil. Assim sendo, partiremos para uma análise do penúltimo capítulo do livro de Duque-Estrada, “o 13 de maio” também escrito após as comemorações dos 25 anos da Abolição. O autor não fez nenhuma menção a essa comemoração especificamente, mas veremos que sua produção estava inserida nas discussões da época que faziam reivindicações da História da Abolição, principalmente dos seus agentes.

O 13 DE MAIO NA ESCRITA DE DUQUE-ESTRADA

O nome do capítulo dado por Duque-Estrada, “O 13 de maio”, foi o único momento que o autor mencionou nesse texto a data da assinatura da Lei nº 3.353, que extinguiu a Escravidão no Brasil. Da mesma forma, o autor não destinou muito tempo aos relatos das comemorações a esse fato. Podemos apontar algumas causas para a pouca atenção do autor nesse evento. O principal motivo se deve à consideração que o autor teve da Abolição, vista como resultado de um processo de luta, que não foi etapista, mas vitorioso somente com a assinatura da última lei que extinguiu definitivamente a escravidão. As leis anteriores não foram suficientes para as reivindicações abolicionistas e o real efeito, conforme disse o próprio autor, foi mais para o campo simbólico devido à intensa oposição dos proprietários de escravos a essas medidas. Outro fator também aparece no próprio objetivo do autor, o de descrever a “epopéia” da Abolição que não começou em 13 de maio, e sim, vinha de muito

tempo, sendo a lei apenas o fim de um processo, vivido e reivindicado pelo movimento abolicionista, e não das ações finais da Princesa na assinatura da Lei. A “missão” de Duque-Estrada em descrever o movimento se cumpre nesse capítulo que não tem o objetivo de mostrar ainda mais a adesão popular através das festas, porque isso ele já tinha feito ao longo do texto. A todo o momento, principalmente na reprodução dos discursos abolicionistas, o autor inseriu o apoio popular à causa, sendo essa a sua teoria de Abolição. Uma outra característica desse momento, no livro, é a ausência de qualquer informação a respeito da nova condição do trabalho no Brasil. O autor não citou os ex-escravos nem fez nenhum prognóstico a respeito do Brasil pós-abolição.

O autor nesse livro propôs, além de recolher subsídios históricos, dar uma nova esquematização para a História da Abolição e apontar outros participantes desse período, desde 1831, com a primeira lei contra o tráfico, até maio 1888, principalmente nos meses que antecederam a assinatura da lei. No capítulo seguinte, onde o autor reuniu alguns textos no apêndice, teremos a síntese de todo o seu trabalho, principalmente no apontamento desses participantes. A formação do Panteão e a indicação dos seus membros através de textos biográficos escritos por semelhantes é a síntese do trabalho de enquadramento da memória feito pelo autor.

Antes de partirmos para a análise desses textos, é necessário ver como o autor estruturou os momentos que antecederam o 13 de maio de 1888. O apontamento dos heróis é a primeira reivindicação que o autor fez nesse capítulo. Segundo ele, os únicos foram o *povo* e o *exército*⁴⁰⁴. Essa é a chave do seu livro e a forma como viu a Abolição, uma reivindicação popular, pelo menos até onde ele conhecia, ou seja, na Corte. Mesmo assim, considerou todo um país envolvido com a “marcha do abolicionismo”, segundo ele,

“a marcha do abolicionismo acelerava-se vertiginosamente, conquistando o país inteiro e já o governo se via desamparado não só da opinião pública e do Exército, como da magistratura e até mesmo dos próprios fazendeiros, que, compreendendo, como o Sr. Antonio Prado e os seus colegas de S. Paulo, a impossibilidade e o perigo de resistir obstinadamente à *avalanche*(grifo do autor) que se despenhava de todos os lados, procuravam transigir, para prolongar por algum tempo mais a agonia da instituição moribunda.”⁴⁰⁵

⁴⁰⁴ DUQUE-ESTRADA, 2005, op. Cit. pg. 179

⁴⁰⁵ ibidem

Esse trecho é um exemplo do tom do discurso de Duque-Estrada nesse capítulo, com o uso de palavras de entusiasmo que dão uma noção de batalha e conquista, como é o caso dessa passagem: “Estava latente uma *cisão no seio* do Partido Conservador. S. Paulo começou a libertar em *massa* a escravatura, que *fugia* das fazendas tomando o caminho de Santos”⁴⁰⁶(grifos meus). O motivo de tal entusiasmo talvez tenha sido por ser esse um momento de testemunho do próprio autor, que em 1888 já participava das ações da Confederação Abolicionista e também atuava no jornal *Cidade do Rio*. Desta forma, notamos o jovem Duque-Estrada de 1888 nessa escrita entusiasmada, seja com a citação a respeito do espírito da época ou através das escolhas das citações dos jornais, principalmente o do *Cidade do Rio*, os textos e discursos de Patrocínio.

Um outro ponto tocado fortemente pelo autor foi a posição contraditória de João Alfredo ao longo desse processo, contrário a qualquer medida que não desse indenização, como foi na época da aprovação da Lei de 1885, mas que ainda assim, compôs o gabinete responsável pela solução imediata e sem indenização para a escravidão, em 1888. O autor também destacou a posição do restante dos membros do gabinete, como Rodrigo Silva, Ferreira Viana, Andrade Figueira e Antonio Prado, dando uma espécie de histórico desses diante da causa abolicionista. Visto isso, podemos então começar a traçar um panteão às avessas, ou seja, além de indicar os heróis da nobre causa, desejo de Duque-Estrada para com o livro desde o seu intróito, o autor também quis indicar os *anti-heróis*, e para isso enfatizou a todo momento as ações desses *antiabolicionistas*, em 1888:

“foi essa tretarquia da resistência conservadoras, chefiada pela Junta do Coice, que teve de proclamar, dois meses depois de subir ao poder, a abolição imediata e incondicional da escravidão no Brasil!!!!”⁴⁰⁷

Uma outra idéia que defendeu nessa parte em seu livro foi a ausência, em abril, de um projeto mais ambicioso por parte do governo para o fim da escravidão. Ao fazer essa defesa, logo em seguida, o autor deu exemplos, nesse mesmo mês, de emancipações em alguns municípios⁴⁰⁸, conforme ocorreu em Petrópolis, no Rio de Janeiro e em alguns municípios de São Paulo⁴⁰⁹. Além dessa adesão que crescia a cada dia, os próprios defensores da

⁴⁰⁶ Ibidem. Pg. 179 Essa passagem refere-se ao ano anterior, ainda e 1887.

⁴⁰⁷ Ibidem,

⁴⁰⁸ DUQUE-ESTRADA. Op. Cit. Pg. 187. Os jornais de abril e maio de 1888 dão uma mostra da agitação de todo o país a respeito do futuro incerto da escravidão. Inúmeras ações de libertação em massa foram operadas nas fazendas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Abril e maio de 1888.

⁴⁰⁹ DUQUE-ESTRADA, op. Cit. Pg. 181; 187. Petrópolis era a residência da família imperial, a respeito da família imperial, Duque-Estrada defende Cond'Eu como o único abolicionista da família imperial devido a imposição feita ao Paraguai, pra a libertação dos escravos.

emancipação a longo prazo mudavam de idéia diante do desenrolar dos acontecimentos, como é o caso de João Alfredo, que, entre os meses de fevereiro e março, de *emancipador* passou para a *abolicionista radical*⁴¹⁰. João Alfredo não seria o único a “debandar”, segundo Duque-Estrada

“o mesmo sucedendo à Regência e a quase toda a situação conservador, ameaçada de ver passar o poder às mãos dos liberais. As conversões fizeram-se da noite para o dia. Só Andrade Figueira, Paulino de Sousa e raros outros conseguiram salvar-se desse naufrágio moral. A Câmara escravocrata e quase unânime, que com tanto fervor apoiara o gabinete Cotegipe, veio adotar a reforma radical, com uma discrepância apenas de *nove votos* sobre um total de *noventa e dois deputados*”⁴¹¹

Essa diferença apontada pelo autor comprova o mostrado anteriormente por Joseli Mendonça que questionou a possível “unanimidade” da Abolição. Apesar de ser apenas nove votos contrários, diante de noventa e dois, esses argumentos antiabolicionistas ainda defendiam um prolongamento da escravidão, ou então, outras formas de se resolver a questão, que não fosse a Abolição imediata.

Ao mesmo tempo que descreveu os momentos anteriores ao fim da escravidão, Duque-Estrada aproveitou esse espaço para tecer opiniões acerca desse processo e dos envolvidos nela. Outro recurso bastante utilizado pelo autor foram as notas de rodapé, principalmente para dialogar com a bibliografia que utilizou durante todo o livro, como, por exemplo, o livro de Tobias Monteiro⁴¹².

As opiniões em torno do significado da Abolição, no momento anterior à assinatura da lei, serão exploradas pelo autor através da reprodução de longos discursos. Destacamos algumas idéias presentes nesses textos: “longa aspiração do povo brasileiro” (Nabuco)⁴¹³; A Abolição já estava feita quando não havia mais força pública para prender escravos fugidos e nem para a proteção dos proprietários (Cotegipe)⁴¹⁴; Saudação ao *povo* e a *pátria livre*, em nome do Exército (Capitão Serzedelo Correia)⁴¹⁵.

A relação entre Abolição e República foi mostrada pelo autor através de dois discursos, um de Cotegipe e outro de Rui Barbosa, ambos em posição contrária. O primeiro fez algumas previsões para o país, momentos antes da assinatura da Lei. Primeiramente

⁴¹⁰ Ibidem, pg. 187

⁴¹¹ Ibidem, pg. 187

⁴¹² Ibidem, pg. 188

⁴¹³ Ibidem, pg. 189

⁴¹⁴ Ibidem, pg. 191

⁴¹⁵ Ibidem, pg. 191

admitiu que a vantagem do projeto que extinguiu a escravidão era ser o reconhecimento de um fato existente. O projeto acabaria com a *anarquia* e os ataques à propriedade e contra a ordem pública. A outra questão nesse discurso era sobre a permanência do poder com os conservadores. Segundo Cotegipe, os Liberais deveriam ter tomado essa *medida radical*, ao invés dos conservadores. E assim, previu Cotegipe um momento de perturbação no País⁴¹⁶. Duque-Estrada comentou a interpretação que anos depois deram a essa opinião de Cotegipe, a de ser um prenúncio da República⁴¹⁷. Por outro lado, o discurso de Rui Barbosa, destacado logo em seguida pelo autor, explicou essa idéia de Cotegipe onde a reforma feita pelo Partido Conservador enfraquecera a coroa e “*a autoridade das futuras pretensões à resistência e desfechou contra os seus próprios interesses um golpe republicano*”⁴¹⁸.” Esse é um dos poucos momentos em que Duque-Estrada faz essa relação, cujo objetivo não era dissertar sobre os efeitos da Abolição para o Império, mas somente mostrar os discursos finais dos opositores da Abolição imediata, conforme fez com o de Paulino de Souza que ocupou quase 3 páginas desse capítulo⁴¹⁹.

Um comentário rápido a respeito da assinatura da lei foi feito na última página do seu capítulo, e assim definiu os dias de festas que tomaram a cidade em comemoração a abolição:

“Dez dias duraram as festas comemorativas do grande acontecimento, e tão extraordinário foi o regozijo público manifestado naquela ocasião, que de outro, igual não há, nem houve, jamais, *memória* na nossa terra. Foi justo e sincero esse regozijo; e por isso dissemos, no princípio deste trabalho, haver sido a campanha travada em prol da Abolição a *mais generosa*, a *mais entusiástica* e a *mais popular* de quantas até hoje se tem pelejado no Brasil (Grifo meu)”⁴²⁰

O sexto capítulo de Abolição não destacou, conforme já foi dito, o ritual da assinatura da Lei, nem muito menos exaltou a ação da princesa. Pelo contrário, nessa parte destacou o reconhecimento popular recebido pelo Conselheiro Dantas por ter composto a comissão parlamentar responsável pelo envio da Lei para a assinatura da Princesa e também por ser, segundo Duque-Estrada o “herói parlamentar do abolicionismo”⁴²¹.

⁴¹⁶ Ibidem, pg. 191-2

⁴¹⁷ Ibidem, pg. 192. O autor não cita esses intérpretes, apenas que interpretaram nas palavras de Cotegipe o advento da República.

⁴¹⁸ Ibidem, pg. 192. Nesse momento o autor cita Rui Barbosa.

⁴¹⁹ Idem, pg. 196. Esse discurso de Paulino de Souza ainda reproduziu um feito por João Alfredo um ano antes onde defendia a extinção do elemento servil em dezembro de 1889.

⁴²⁰ Ibidem, pg. 198

⁴²¹ Ibidem. O autor diz que Dantas foi carregado pelos populares na Rua do Ouvidor após ter feito uma saudação à Princesa. O autor lembrou também dos embates de Dantas contra os adesistas sem escrúpulos. Esse por parte

Desta forma, o autor fechou os capítulos do livro com a data final do processo abolicionista. A Lei que aboliu a escravidão foi reconhecida por ele como a vitória final da luta abolicionista, porém, não se prendeu a mais detalhes que dessem uma noção maior acerca das comemorações desse dia. O maio de 1888 para o historiador Duque-Estrada foi o desfecho de anos de luta da causa abolicionista. Por outro lado, o abolicionista Duque-Estrada também comemorou essa vitória nas ruas, com os demais. Os jornais de maio de 1888 descreveram a euforia das ruas, mas Duque-Estrada em seu livro conteve essa euforia, escrevendo pouco sobre as comemorações, conforme podemos ver na citação acima. Desta forma, podemos ver nesse livro um trabalho de História, com uso de fontes oficiais e de uma bibliografia, mas também com uso de uma memória, que não poderia escapar já que esse momento foi vivido pelo autor. Por outro lado, fez a exaltação da assinatura da lei, por outro, insistiu em expor ainda os argumentos contrários à Abolição, ainda muito presentes em maio de 1888. Desta forma, a “unanimidade” não foi o privilégio do autor, que no capítulo seguinte apontou de forma mais direcionada aqueles que participaram ativamente do processo em prol da Abolição.

A lei áurea acabou com o movimento abolicionista. A unidade de ação entre escravos e abolicionistas rompera-se⁴²². Porém, essa possível unidade rompida em 1888 se refez com os escritos de Duque-Estrada que preservou a trajetória de um processo, que, para ele, foi fundamental para o próprio país e para a reforma no elemento servil. Duque-Estrada não fez uma retomada por inteiro dos trabalhos do movimento abolicionista, nem muito menos mencionou os projetos existentes dentro do movimento. Nesse seu texto, o autor retomou os significados do abolicionismo e da sua luta para o desfecho da escravidão em maio de 1888. O autor escreveu num momento onde a República ainda criava o seu imaginário e a Abolição estava imbuída de variados significados, ora monarquista, ora republicana. Além disso, o abolicionismo e seus representantes ainda se faziam presentes na sociedade republicana.

“A frente abolicionista esfacelava-se”⁴²³, e apenas a liberdade restara aos ex-escravos em 1888. O movimento abolicionista tem praticamente a sua “missão” finalizada, apesar das inúmeras idéias existentes para o pós-abolição, como foi o caso de Rebouças e Nabuco⁴²⁴.

do autor se deveu às suas ações em 1884 e na sua proposta de liberdade dos sexagenários. No capítulo que tratou desse assunto, Duque-Estrada não deixou de enfatizar as ações de Dantas no Parlamento, favoráveis a uma solução para o elemento servil.

⁴²² SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, Pg. 192

⁴²³ *Ibidem*, pg. 192

⁴²⁴ Cf. PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *André Rebouças: da abolição da escravatura à abolição da miséria – uma proposta no Rio de Janeiro oitocentista*. Tese de mestrado, UFF, 1997. nesse trabalho, a autora

Mas, em 1910, a memória desse movimento voltou à tona na ocasião da morte de Nabuco e a louvação à sua face abolicionista. A presença de estandartes das sociedades abolicionistas no cerimonial do enterro de Nabuco mostra o quanto essa memória ainda não havia se esfacelado junto com o movimento⁴²⁵.

Uma outra menção aos abolicionistas ocorreu anos depois, em 1913 na ocasião das comemorações ao 13 de maio quando ocorreu a inauguração do busto do abolicionista e professor Vicente de Souza, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro⁴²⁶. Vicente de Souza foi citado por Duque-Estrada nesse livro ao secretariar, juntamente com José do Patrocínio, algumas sociedades emancipadoras⁴²⁷. No momento dessa inauguração, mais uma vez recorreu-se, em tom de homenagem, à face abolicionista do mesmo, sendo a data não escolhida por acaso. As comemorações em torno do 13 de maio são valiosos momentos para percebermos o quanto era reconstruída essa memória ao longo dos anos.

No ano em que a Abolição completou vinte e cinco anos, um texto comemorativo do *Correio da Manhã* exemplifica aquele momento tanto para a República quanto para a História da Abolição. O texto sob o título de “As grandes datas nacionais. Será festejado em toda a República o dia de hoje” apareceu na quarta página do jornal e foi assinado somente pelas iniciais “D.S”. Nele, o autor destacou a “reintegração do preto livre em seus direitos” e a data festejada pela República. Um tom conciliatório pode ser percebido nesse texto onde, apesar da “conquista abolicionista” o autor reconheceu o “ato governamental”, considerando as condições políticas da vitória do “13 de maio de 1888”⁴²⁸.

As outras comemorações se deram nos teatros e nas festas realizadas pela cidade. Uma delas foi promovida pelo Centro Cívico Sete de Setembro, em comemoração aos descendentes do Barão de Rio Branco, autor da Lei do Ventre Livre; as igrejas evangélicas no Brasil escolheram para o seu dia de Ação de Graças, semelhante o existente nos Estados Unidos, o dia 13 de maio. Segundo elas, “o 13 de maio é uma data gloriosa da nossa História, que arrancou da nossa pátria uma nódoa infame e preparou a vinda da República, regime de Paz e liberdade”. As outras comemorações noticiadas nesse jornal ficaram por conta dos

utilizou os projetos desse abolicionista para o país no pós abolição. As idéias de Nabuco e o Abolicionismo, Cf. NABUCO, O Abolicionismo, Brasília, 2005.

⁴²⁵ BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um Herói Republicano: os funerais cívicos de Joaquim Nabuco na capital da República*. Niterói, Copião Dissertação, 2005. A presença dos representantes da Junta Abolicionista e os estandartes da Confederação Abolicionista presente no funeral de Nabuco em 1910.

⁴²⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1913. Essa inauguração vinha sendo anunciada pelo jornal desde o dia 10 de maio

⁴²⁷ DUQUE-ESTRADA, 2005, op. Cit. Pg. 82. Vicente de Souza morreu em 18 de setembro de 1908, segundo informação do próprio Duque-Estrada no “Obituário Abolicionista”, pg. 236

⁴²⁸ *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1913

espetáculos de teatro que em seus anúncios destacaram a homenagem a “*Terça-feira, 13 de maio de 1913 – Grandiosos festivais em homenagem à grande data da Abolição dos Escravos*”, exemplo dos Teatros da “Empresa Paschoal Segreto”.⁴²⁹

A pesquisa de outros eventos comemorativos ao 13 de maio, não somente os especiais para datas redondas mas de todo um período, seria capaz de nos revelar as mudanças indicadas por Rui Barbosa no texto de Duque-Estrada, de que a cada momento e a cada comemoração novos personagens apareciam.

Duque-Estrada em seu texto não destacou nenhum desses eventos ocorridos no momento em que escrevia. Apenas mencionou exatamente as apropriações que se faziam dessa História, que ele chamou de “legião dos falsos triunfadores” que, segundo ele, tendia a aumentar a cada dia. Deste modo, após escrita da História do abolicionismo, Duque-Estrada indicou diretamente aqueles que deveriam ocupar uma “galeria abolicionista”. Essa galeria foi inserida pelo autor junto a outros textos no Apêndice do livro, na parte chamada por ele de “Panteão Abolicionista”. Os demais textos do apêndice também seguem uma linha de esclarecimento sobre os agentes da Abolição, principalmente no texto chamado por ele de “A Escravidão e o Trono”. Além desse, o autor ainda citou pequenos textos sobre outros abolicionistas, como Luiz Gama, Alfredo Mariano⁴³⁰ e Carlos Leite Ribeiro, editor do livro.

O apêndice do livro sintetizou as opiniões do autor sobre a Abolição e seus agentes. A indicação dos participantes do movimento e suas contribuições pessoais para a conquista da causa foram preocupações do autor ao fazer o Panteão. Nele, doze abolicionistas, chamados pelo autor de “apóstolos”, receberam textos biográficos escritos por um semelhante, ou seja, também abolicionista. Além disso, Duque-Estrada fez questão de situar o leitor a respeito da data de falecimento de quem estava sendo homenageado. Abaixo vemos quem são esses apóstolos, os seus biógrafos e as datas de falecimento de todos eles.

⁴²⁹ Ibidem. Além desse teatro, o “Politeama” também havia programado um dia especial com um festival de gala para a comemoração, o “parque fluminense” encenaria o espetáculo “a cabana do Pai Thomas”, e o “Circo Spinelli” também havia preparado um anúncio para a “função de gala para solenizar a lei de 13 de maio”

⁴³⁰ Cf. Segundo capítulo dessa dissertação.

BIOGRAFIA	MORTE	BIÓGRAFO	MORTE⁴³¹
Luís Gama	22/08/1882	Rui Barbosa	01/03/1923
André Rebouças	09/05/1898	Joaquim Nabuco	1910
Ferreira de Menezes	06/06/1881	Quintino Bocaiúva	1912
José do Patrocínio	29/01/1905	Ferreira de Araújo	1900
Sizenando Nabuco	11/03/1892	Ciro de Azevedo	1926
José Bonifácio	06/04/1838	Ferreira de Menezes	1881
José Bonifácio (o moço)	26/10/1886	Joaquim Serra	1888
Joaquim Nabuco	s/data	Afonso Celso Jr.	1938
Ferreira de Araújo	21/10/1900	José do Patrocínio	1905
Joaquim Serra	29/10/1888	Joaquim Nabuco	1910
João Clapp	11/10/1902	Júlio de Lemos	?
Antonio Bento	08/12/1898	Ezequiel Freire	?

A respeito dos textos que compõem esse Panteão não estamos certos sobre a sua origem e exclusividade. Sabemos de duas situações apenas. O escrito para Sizenando Nabuco, feito por Ciro de Azevedo, e o escrito para Joaquim Nabuco, por Afonso Celso Jr. Nesse primeiro, Duque-Estrada informou no próprio livro que o texto teria sido feito por encomenda a seu pedido. Esse texto foi assinado por Ciro de Azevedo em Viena, no dia 22 de fevereiro de 1914⁴³². O segundo texto é o referente a Joaquim Nabuco que recebeu um espaço maior para sua biografia, cerca de 5 páginas⁴³³. Esse texto foi um pedido de Duque-Estrada a Afonso Celso, autor do texto. Esse pedido foi registrado numa carta, hoje pertencente ao Arquivo da Academia Brasileira de Letras⁴³⁴.

Nessa carta, Duque-Estrada informou a produção do seu livro *Abolição* e o desejo de formar um Panteão Abolicionista, nos moldes dos perfis traçado por Nabuco em *Minha Formação*. O motivo de escolher Afonso Celso para o de Nabuco, se deve, segundo o autor nessa carta, por ambos terem sido “companheiros na Câmara e correligionários no partido Liberal”. Duque-Estrada informou que esse texto não deveria ultrapassar o limite de uma página e meia a duas, no máximo. Um último pedido é feito nessa carta ao Conde de Afonso Celso. Assim pede Duque-Estrada em relação ao texto:

⁴³¹ Essas referências sobre morte do biógrafo não aparecem no panteão. As datas de falecimento de Ferreira de Araújo, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra e José do Patrocínio aparecem no Obituário Abolicionista, feito pelo próprio Duque-Estrada, as demais foram consultadas por mim.

⁴³² DUQUE-ESTRADA, 2005, op. Cit. Pg. 217

⁴³³ Essa referência é a da edição de 1918. Os outros textos não ultrapassaram 2 páginas.

⁴³⁴ A Academia Brasileira de Letras tem organizado os arquivos pessoais de todos os seus acadêmicos. O de Duque-Estrada é composto de cartas, obras manuscritas e recortes de jornais. Segundo os funcionários desse arquivo, esses documentos irão passar por uma organização, conforme ocorrido com o de outros imortais. Enquanto ele encontra-se disponível para consulta. Para saber mais consultar www.academia.org.br

“como não deve ter data, nem parecer que foi escrito expressamente para esse fim, peço-lhe permissão para lhe conservar a antiga assinatura – Afonso Celso Jr. – tão popularizada durante a campanha abolicionista.”⁴³⁵

Essa carta não possui data e é a única dentre outras lidas tanto na ABL quanto na Biblioteca Nacional, que Duque-Estrada menciona o livro *Abolição*. Podemos concluir que outros textos podem ter sido escritos por encomenda, como é possível no caso de Luís Gama, escrito por Rui Barbosa, morto em 1923.

No texto sobre Nabuco as qualidades físicas e morais, como também a descrição de alguns de seus gestos, foram feitas pelo biógrafo que citou o próprio Nabuco quando o destacou na sua atuação abolicionista. Segundo Afonso Celso, Nabuco foi chamado de “herói da sociedade” e endeusado pela imprensa abolicionista.

Os demais textos desse Panteão seguem quase que um mesmo roteiro, ou seja, o biografado é destacado da sociedade em que vive, ao mesmo tempo que possui qualidades comuns. Esses “heróis” tiveram suas ações ressaltadas nesses textos que ao invés de endeusá-los, os humanizaram ainda mais. Um exemplo é o primeiro texto, sobre Luís Gama, que Rui Barbosa classificou como tendo “uma alma que era a harpa eólia de todos os sofrimentos da opressão” onde sua fortuna foi ter tido a amizade de Luís Gama; a amizade também foi tema de Nabuco para Rebouças que teve destacado o seu “espírito antiescravagista” e também as suas diversas atividades profissionais; Ferreira de Menezes recebeu o texto de Quintino Bocaiúva que o fez baseado na forma como morreu o homenageado, de forma súbita em meio a uma festa em 1881; por fim, José do Patrocínio teve destacado por parte do seu biógrafo, Ferreira de Araújo, a sua atuação na questão abolicionista, porque, segundo Araújo, “o abolicionismo não foi unicamente uma questão social, mas um dever de solidariedade humana”⁴³⁶.

Esses quatro textos mencionados abriram a galeria formada por Duque-Estrada. Segundo esse autor, o critério para abri-la foi serem os quatro primeiros os maiores representantes da “raça escravizada”, um negro, Luís Gama, e os restantes mestiço, André Rebouças, José do Patrocínio e Ferreira de Menezes, segundo a classificação do próprio Duque-Estrada. Somente nessa parte o autor indicou algum critério específico para a composição do Panteão. Os demais membros foram nele inseridos sem nenhuma outra classificação *a priori*, ou que remetesse a sua posição política no pós-abolição.

⁴³⁵ O pedido de Duque- Estrada foi atendido.

⁴³⁶ DUQUE-ESTRADA, 2005, op. Ct. pg. 209-216

O Panteão abolicionista vai ser o próprio esforço de indicação dos “heróis” do Abolicionismo por Duque-Estrada. A forma como estruturou essa galeria com texto de outras pessoas, além de fugir da sua responsabilidade, como queria o próprio autor, também demonstrou o quanto essa idéia era compartilhada por outros membros daquela sociedade. No entanto, não podemos deixar de mencionar que não foi somente esse o momento de apontamento dos “heróis” da Abolição. Duque-Estrada ao longo do livro indicou diversos nomes que são suficientes para compor uma nova galeria tanto abolicionista quanto antiabolicionista. Essa contribuição do seu texto poderá ser mais bem percebida no final desse trabalho onde reuniremos todos aqueles mencionados por Duque-Estrada, assim como as informações sobre eles dadas pelo próprio autor.

A heroificação do Panteão não incluía nem a Princesa nem o Imperador ou qualquer outro representante do Gabinete responsável pela lei, mas incluía alguns monarquistas, como por exemplo André Rebouças. E assim, vemos que essa obra de Duque-Estrada é um momento de leitura republicana da Abolição que não quer conservar os mesmos marcos ditados em 1888. Ou seja, se em 1913 um busto foi inaugurado em homenagem ao abolicionista Vicente de Sousa, Duque-Estrada, meses depois no livro apontou tantos outros bustos a serem homenageados com a mesma faceta de abolicionista. Essa ausência no discurso de uma Princesa Redentora favoreceu a compreensão do processo abolicionista como algo muito mais complexo e permeado de batalhas, e não de unanimidade. A História Republicana da Abolição ganhava novos nomes e novos heróis 25 anos depois do seu evento principal.

A parte seguinte ao Panteão vem confirmar a ausência da família imperial na galeria abolicionista. “A Escravidão e o Trono” é mais um texto presente no apêndice, sem nenhuma informação de quando foi escrito e porque não se juntou aos outros capítulos do livro.

Primeiramente sobre o empenho do Imperador para a causa, segundo o autor, ele estava ausente, da mesma forma que a Princesa, também alheia aos acontecimentos do abolicionismo de 1877. Segundo Duque-Estrada, a regente só tomara iniciativa “quando a torrente se despenhou fragorosa, ameaçando engolir o próprio trono e o êxodo dos negros se veio juntar à atitude decisiva do Exército⁴³⁷.” Logo após isso, viu a regente, segundo o autor, a “*necessidade imediata de transigir e de ratificar oficialmente uma reforma que já estava, de fato, realizada pelo povo, pelos negros que a si mesmos se emancipavam recorrendo à fuga, e pela generosidade das classes militares*”

⁴³⁷ DUQUE-ESTRADA, “Escravidão e o trono”, 2005, op. Cit. pg. 239

“A falsa auréola de redentora” teria sido dado à Isabel pelos “adesistas de última hora” e pelos “criados do paço” que distribuíram entre si os títulos de “benemerência”. O autor nesse texto quis desfazer alguns mitos em torno da assinatura da lei e a ação da Princesa Regente. Outro mito é a respeito das conseqüências do “13 de maio” para a manutenção do Império. A respeito da possível falta de apoio dos senhores de escravos e o fim do Império, diz o autor:

“outra mistificação, a que procuraram recorrer os estadistas responsáveis pela subversão do regime, consistiu na balela de que a dinastia foi destronada em conseqüência do 13 de maio, e por lhe ter faltado o apoio dos senhores de escravos, que se bandearam todos, ou quase todos para as fileiras republicanas.(...) Ora, a verdade é que tudo isso não passa de uma refinada impostura, e tão inepta se revela a fantasia dos seus autores, que nem atentam estes no argumento, por eles mesmos fornecido aos adversários, de que, se o trono ruiu por lhe faltar o apoio da escravidão, é porque, então, nesse caso, estava podre.”⁴³⁸

A República para Duque-Estrada, ainda nessa parte do seu texto, tem causa única nas questões militares, que vinham desde o ministério Cotegipe e que se agravaram em 1889⁴³⁹. O Trono não possuiu ligação com a Abolição, não tendo por isso sofrido nenhum abalo em 1888⁴⁴⁰. A separação proposta por Duque-Estrada entre Abolição e República parece visar o objetivo de desvencilhar as atitudes dos membros do Império com os motivos que levaram à Abolição. Ou seja, a Princesa Regente não era responsável pela Abolição e por isso seu trono não sofreu abalos com essa medida. Essa sua idéia se comprova no restante desse texto com reprodução de discursos de Rui Barbosa, um em 1887 e outro em 1892.

As outras partes do apêndice serviram para destacar outros três personagens desse período tratado no livro⁴⁴¹. “História Triste” é um texto sobre Luís Gama escrito um ano antes de sua morte por Lúcio de Mendonça⁴⁴². “O último Libertador” é um trecho do jornal O Fluminense, de 11 de maio de 1901 sobre a comemoração da data e a atitude de conceder perdão a todos os escravos sentenciados por uma legislação anterior à lei de 13 de maio⁴⁴³. “Fiat Libertas” é uma poesia de Luís Delfino escrita em 13 de maio, cuja primeira estrofe está

⁴³⁸ Ibidem, pg. 242

⁴³⁹ Ibidem

⁴⁴⁰ Ibidem

⁴⁴¹ Ainda no apêndice o autor citou a íntegra da lei e também algumas estatísticas a respeito do número de escravos a partir da matrícula feita em 1887 e dados fornecidos pelo Ministério Dantas em 1884.

⁴⁴² Ibidem, pg. 247-9

⁴⁴³ Ibidem, pg. 251-2

presente na epígrafe desse capítulo⁴⁴⁴. Por fim, o autor fecha esse capítulo e seu livro com a “Nota do Autor”, onde lembra a ação do dono da Editora Leite Ribeiro, o Coronel Carlos Leite Ribeiro, na participação da campanha abolicionista⁴⁴⁵.

Algumas conclusões já podem ser tecidas a partir apenas desse último capítulo do livro de Duque-Estrada. Esse autor no processo de escrita da História da Abolição viu esse evento como um processo de luta de diferentes setores da sociedade, porém, deu maior atenção aos abolicionistas, sem dedicar muito tempo a uma análise sobre a atuação dos escravos ou a situação dos libertos pós 13 de maio. Nesse caso, a Abolição para o autor não começou em 1888 e sim, é anterior, ou seja, desde quando começaram as discussões acerca de uma reforma definitiva.

O 13 de maio é o ponto final dessa História, pelo menos nessa análise do autor. Esse evento não concorreu para o fim do Império, sendo a República um resultado de outras questões. O Império não possui ligação com a Abolição, por isso não poderia ser afetado por ela. Essa interpretação retira qualquer possibilidade de ver na assinatura da Lei um misto de sacrifício e bondade, muito menos de redenção. E assim, os seus “heróis” serão os que contribuíram de alguma forma para o 13 de maio, ou seja, através de discursos, mobilização e atuação política no Parlamento. O marco do 13 de maio para esse autor é o fim da luta e não o início dela, ou seja, a Abolição foi construída a cada ano e não em maio de 1888. No entanto, nos anos seguintes essa História ganhara novos “heróis”, conforme denunciado por ele no intróito. Assim, quis o autor destacar os “verdadeiros heróis” ao criar o Panteão, compartilhado por outros abolicionistas.

Esse momento da criação do Panteão é a síntese do seu trabalho de enquadramento da memória. Os textos biográficos remetem à memória de quem está escrevendo e também lendo esses textos. Conforme citado anteriormente, não sabemos ao certo a sua origem. Nenhuma informação foi dada pelo autor, exceto o escrito por Ciro de Azevedo. Não sabemos também se os trechos destacados por Duque-Estrada representam o texto completo ou apenas partes de algum maior. De qualquer forma, trechos ou não, temos características comuns destacadas por seus autores a respeito dos membros dessa galeria o que os colocam num mesmo patamar, sem a criação de uma figura de destaque.

Ao trabalharmos com o conceito de enquadramento da memória estamos considerando a própria trajetória do autor de Abolição. Duque-Estrada viveu na sociedade da Corte no período abolicionista, conheceu os membros desse movimento, como por exemplo,

⁴⁴⁴ Ibidem, pg. 253-4

⁴⁴⁵ Ibidem, pg. 255-6. Cf. O primeiro Capítulo dessa dissertação.

Patrocínio, Serpa Júnior, Rui Barbosa, dentre outros, e não poderia nessa escrita fugir desse convívio. Porém, na sua narrativa, o autor não utilizou nenhuma expressão que remetesse diretamente à própria memória, usou apenas expressões que davam a noção de que suas idéias não estavam isoladas. Após 25 anos da Abolição as comemorações ainda rendiam homenagens aos abolicionistas, como é o caso de Vicente de Souza.

Em 1913, ano em que escreveu o livro, Duque-Estrada já era um nome conhecido das letras, principalmente devido à sua atuação nos jornais da cidade como crítico literário, e também do magistério, tendo sido professor do Colégio Pedro II, em 1903 chamado de Ginásio Nacional. No entanto, o reconhecimento oficial veio em 1915 quando foi eleito para a Academia Brasileira de Letras para a cadeira 17, ocupada por Silvio Romero, seu ex-professor do Colégio Pedro II. Após isso, lançou seu livro *Abolição*, em 1918 com os anúncios dando destaque a sua posição de Acadêmico. Nesse mesmo ano lançou livros didáticos de História em que a abordagem sobre a Abolição seguiu o mesmo roteiro feito para o seu principal livro. A escrita de livros didáticos por autores com atuação no magistério era comum nesse período e Duque-Estrada aproveitou esse filão editorial como fonte de renda. No entanto, seu livro *Abolição* não era destinado exclusivamente aos alunos dos colégios da cidade e ele só ganharia uma edição pela Editora Leite Ribeiro.

Deste modo, o que leva à escrita desse livro por Duque-Estrada em 1913 e sua publicação em 1918? No período em que escreveu o livro, Duque-Estrada assinava às segundas-feiras a coluna “Registro Literário” no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Nela procuramos alguma informação que remetesse ao início desse trabalho em dezembro de 1913. No entanto, nada encontramos. Ao longo desse ano Duque-Estrada se dedicou na coluna desse jornal a uma análise da literatura da época através da crítica aos livros lançados no período. Em 01 de janeiro de 1914 no texto “O Ano Literário” publicado nesse mesmo jornal, o autor comentou o número de trabalhos analisados por ele em 1913: exatos 109 escritos em prosa e 37 em verso⁴⁴⁶. Todos esses livros receberam comentários em sua coluna em 1913.

Essa é a informação que temos sobre Duque-Estrada no ano em que escreveu o livro *Abolição*. Os motivos desse autor para a dedicação a essa escrita nesse período não são justificados pelo próprio, além da vista no texto de abertura ao livro. De qualquer forma, vemos o autor nessa operação historiográfica inserido nas três relações apontadas por Certeau, ou seja, o que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que

⁴⁴⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1914

produz?”⁴⁴⁷. Segundo Certeau o historiador no seu ato de fazer História possui relação com o lugar de produção, com a prática científica, e a escrita é o seu produto final⁴⁴⁸. E assim, Duque-Estrada em 1913 tem o seu lugar de produção na cidade do Rio de Janeiro, ambiente principal do processo abolicionista que ressaltou, e escreveu de acordo com as suas próprias tendências no período em que viveu esse movimento. Ou seja, trabalha com a sua própria memória, e a de outros. E assim, esse livro é o momento em que o autor tem de preservar a memória do processo abolicionista e cristalizá-la através da escrita da História da Abolição vista pelos seus próprios agentes, 25 anos depois.

⁴⁴⁷ CERTEAU, Michel. *A escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense, 1982, pg. 65

⁴⁴⁸ idem, pg. 66

Conclusão

SÍMBOLOS E COMBATE, ENTRE PRINCESA ISABEL E ZUMBI

A imagem da Abolição no dia 13 de maio de 1888, dentre as várias caracterizações, tem a mais comum a Princesa Isabel e sua imagem maternal com os novos libertos prostrados diante de si⁴⁴⁹. No entanto, em *Abolição*, Duque-Estrada negou essa imagem e a substituiu pelo povo reconhecendo a ação do abolicionismo. Nesse trecho do último capítulo do livro o autor não ofereceu nenhuma discussão sobre o 14 de maio, ou seja, o pós-abolição.

Desta forma, na parte final dessa dissertação pretendemos discutir sobre os significados do maio de 1888 e seus símbolos. A idéia de festa e comemoração no domingo chuvoso da assinatura da lei 3353 escondeu os reais significados da liberdade conquistada. Os significados da cidadania, da liberdade e da autonomia para os libertos deveriam ser construídos após a euforia da festa⁴⁵⁰. O fardo da escravidão faria marcas na expectativa política e era através dela que deveria se concentrar a luta pelo reconhecimento da cidadania, e de seus direitos. A mobilização negra no pós-abolição foi o assunto escolhido por Flávio Gomes ao discutir Negros e política após o 13 de maio. Ressaltaremos no estudo desse autor, os símbolos utilizados nessa mobilização e a leitura do maio de 1888 para esses grupos.

O primeiro tocado pelo autor logo após a conquista da liberdade foi a organização da Guarda Negra em 1888. As definições a respeito dos sentidos dessa guarda apareceram apenas na imprensa o que dificulta conhecer o seu real propósito. Mas segundo o autor, basicamente, a guarda foi organizada em final de 1888 e era composta por um grupo de libertos que deveria proteger e defender a liberdade dos negros e, em especial, a imagem da Princesa Isabel⁴⁵¹. Tal objetivo foi motivo de disputa entre seus membros e os republicanos mais exaltados, que entre 1888 e 1889 reforçaram a campanha republicana⁴⁵².

Os relatos na imprensa das ações dessa guarda em 1888 mostraram diferentes interpretações acerca das suas definições e objetivos. Um deles seria o de intimidar os seguidores republicanos o que provocou um ataque de crítica principalmente dos periódicos republicanos⁴⁵³. Outra definição dava conta da Guarda Negra ser um partido político, legítimo

⁴⁴⁹ MENDONÇA, op. Cit. pg. 9

⁴⁵⁰ GOMES, Flávio. *Negros e Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, pg. 11

⁴⁵¹ Ibidem, pg. 17

⁴⁵² Ibidem, pg. 14

⁴⁵³ Ibidem, pg. 18

como os outros, que não estaria ligado a enfrentamentos com republicanos, segundo a definição de Patrocínio no *Cidade do Rio*, em defesa da Guarda⁴⁵⁴. Uma outra questão lembrada pelo autor é sobre o estigma dos libertos pela lei 3353, chamados de libertos do “13 de maio”, enquanto que os “novos republicanos” seriam chamados por seus críticos de “republicanos do 14 de maio”⁴⁵⁵. Por fim, apesar da definição sobre a Guarda Negra estar muito ligada à imprensa, que na maioria das vezes reproduziu uma idéia equivocada a respeito dessa organização, conclui o autor que essa organização articulou diferentes noções a respeito de raça, cidadania e controle sobre o trabalho. As interpretações a seu respeito, porém, estão mais ligadas à idéia de manipulação, monarquia, dádiva, enfim, idéias produzidas pela memória histórica que tentou rejeitar qualquer ligação da monarquia com os libertos⁴⁵⁶.

Os significados do 13 de maio para os mais interessados não estavam reproduzidos nos artigos da lei. No entanto, a busca de um sentido e de uma participação na sociedade livre apareceu logo após os dias de festa, mais precisamente nas décadas seguintes. Na República, o autor destacou a “imprensa negra” como forma de mobilização negra. Os periódicos lançados e editados por negros, tendo como tema os assuntos que os envolviam, tinham como objetivo principal não só festejar a abolição, mas também construir seus sentidos e significados. A memória, segundo o autor, foi uma das fontes utilizadas para a organização desses periódicos que alternavam nas reverências, ora homenageando a Princesa Isabel, a Redentora, e em outros momentos prestavam homenagem às lideranças abolicionistas⁴⁵⁷.

No entanto, se Isabel ainda recebia homenagens da população negra nas décadas seguintes da Abolição, o mesmo não podemos dizer após mais de 100 anos da sua assinatura na lei 3353. O próprio 13 de maio e seu significado foram remodelados tanto pela historiografia quanto pela própria sociedade. A disputa no século XXI ficou entre Princesa Isabel e Zumbi dos Palmares, líder do quilombo dos Palmares. Nessa disputa quem perdeu o seu significado foi a própria data do 13 de maio, tanto no que diz respeito para a conquista da liberdade quanto para a mudança promovida nas relações de trabalho. As condições de

⁴⁵⁴ *Ibidem*, pg. 20

⁴⁵⁵ *Ibidem*, pg. 21. Essa é uma das expressões utilizadas por Patrocínio na definição dos fazendeiros e ex-escravos que aderiram a República imediatamente após a libertação dos escravos.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, pg. 26

⁴⁵⁷ *Ibidem*, pg. 29. O autor nesse livro destacou o aparecimento de vários jornais, chamados de “imprensa negra” entre os anos de 1910 a 1920, principalmente em São Paulo, na capital e no interior, e também ao longo dos anos 30. Esses jornais são valiosas fontes sobre o pós-abolição principalmente no que tange aos significados dados pela população negra a Abolição e seus efeitos para a participação política.

trabalho do Brasil após 100 anos de liberdade foram lembradas por Sidney Chalhoub que não viu avanços efetivos para a sociedade brasileira desde os fins da escravidão⁴⁵⁸.

Na década de 60 do século XX os estudos acerca da escravidão no Brasil questionaram o mito da “democracia racial”, dando destaque à violência da escravidão no Brasil. Esse processo de reavaliação da escravidão contribuiu para a valorização da idéia de resistência escrava, principalmente de um de seus principais símbolos, Zumbi dos Palmares. E assim, o 13 de maio, de Isabel, perdeu espaço para o 20 de novembro de Zumbi, que representava um combate contra o mito da democracia racial⁴⁵⁹. A luta e o confronto são nesse momento valorizados para a busca da liberdade, ao invés de uma negociação vinda através da lei. A redentora já não é mais suficiente no momento de disputa por participação política e social do pós-abolição. O campo da luta por esses direitos recordam mais ao vivido por Zumbi do que por Isabel e seu possível confronto com as idéias escravistas de 1888.

Esses debates sobre significados e resultados das ações de Zumbi e Isabel escondem uma questão maior a respeito dos próprios sentidos da luta abolicionista, tanto no campo da resistência dos escravos quanto nas ações dos abolicionistas. A discussão proposta por Duque-Estrada para a Abolição em torno dos debates das leis emancipadoras escondeu as conquistas dessas para um grupo de escravos que puderam ser beneficiados pela previsão de pecúlio e alforrias previstas nessas leis⁴⁶⁰. A opção legal de resistência, ou seja, a conquista através da lei foi uma das formas de liberdade apontadas durante esse processo abolicionista. No entanto, a preferência por um outro tipo de resistência, mais simbolizado pela figura de Zumbi, em oposição a um escravo que supostamente aceita a sua condição, interferiu para a própria História da Abolição que valorizou apenas o momento de “concessão” da liberdade em 13 de maio, escondendo todo um histórico de luta não só dos escravos, mas daqueles que também lutaram por ela, os abolicionistas⁴⁶¹.

A ausência de estudos sobre esse período, principalmente da forma como as sociedades abolicionistas se organizaram prejudica a própria compreensão acerca dos debates e dos seus agentes. Um outro prejuízo à História dos movimentos sociais é a não valorização

⁴⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. “Os mitos da Abolição”.in: *Trabalhadores*, Publicação do Fundo de Assistência à Cultura, pg. 37

⁴⁵⁹ Ibidem, pg. 39

⁴⁶⁰ Ibidem, Chalhoub destaca a lei 28 de setembro de 1871, a do ventre livre que além do ventre, libertou escravos que através de acúmulo de pecúlio e conquista de alforrias.

⁴⁶¹ Um outra oposição que aparece para a imagem de Zumbi é a do “Pai João”, conforme ressaltada por Eduardo Silva mas pesquisada em sua origem e significados na cultura popular por Martha Abreu. Cf. ABREU, Martha. “Outras histórias de Pai João: conflito racial, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950”. In: *Afro-Ásia*, Salvador, BA, Vol.; 31, p.235-276, 2004

da idéia de projetos para o pós-abolição por parte dos abolicionistas⁴⁶². Dizer que o movimento foi esfacelado por Isabel ao assinar a lei é fechar os olhos para esses homens que nele atuaram e que continuaram sendo homenageados através dessa faceta, muitos anos depois, como é o caso do enterro de Joaquim Nabuco que contou com a presença de representantes das associações abolicionistas, em 1910⁴⁶³.

Os combates em torno da memória da Abolição não foram solucionados pelo livro de Duque-Estrada, e nem estão perto de acabar. Os momentos finais da escravidão e a forma como se deu a Abolição ganham a cada ano novos significados e tendem a permanecer nessa constante mudança à medida que favorecem as discussões em torno da herança da escravidão para a sociedade brasileira.

O livro de Duque-Estrada traz mais problema que solução para a História do abolicionismo. A proposta do autor de destacar o movimento abolicionista e seus agentes nos oferece outro campo de possibilidade histórica para a análise da Abolição e seus mitos subsequentes, como Isabel e Zumbi. Por outro lado, nos propõe um embate entre as memórias acerca da Abolição, tanto a produzida por seus líderes logo após, como qualquer outro material que ofereça significados sobre os “13 de maio”, conforme destacou Flávio Gomes e os jornais da “imprensa negra”. A conquista da liberdade após maio de 1888 não deixou de lado a memória, os símbolos e significados da assinatura da lei e de seus dois artigos, que de forma direta e rápida acabaram com a escravidão no Brasil. No entanto, não previram nada além da liberdade.

⁴⁶² PESSANHA, André. Op. Cit.

⁴⁶³ BONAFÉ, op. Cit. Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1913, a inauguração do busto do abolicionista Vicente de Souza no cemitério São João Batista, Rio de Janeiro.

Apêndice

OS PERSONAGENS DA HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO. O PANTEÃO QUE DUQUE-ESTRADA NÃO LISTOU

Essa listagem foi elaborada após uma leitura atenta do livro de Duque-Estrada. No final da leitura foi possível perceber que na sua escrita o autor indicava um grande número de pessoas e participantes da História da Abolição. Além de citar, em algumas vezes Duque-Estrada apontou outras informações acerca da posição de tais personagens. Desta forma, achamos válido, para essa dissertação, reunirmos todos os nomes indicados por Duque-Estrada que segundo ele em algum momento tiveram alguma atuação na História em que escreveu.

Num primeiro momento, tentamos fazer uma classificação entre abolicionistas e escravistas, classificação essa que se baseara nas informações indicadas pelo próprio autor. No entanto, da metade do livro em diante, Duque-Estrada falhou muitas vezes nessas informações o que dificultou uma classificação mais correta. Desta forma, reunimos em ordem alfabética todos esses nomes e demais informações fornecidas por ele, e também as páginas onde esses nomes apareceram. A edição do livro utilizada foi a de 2005. Procuramos não acrescentar nenhuma outra informação vinda de outras fontes, justamente para mostrar a riqueza do texto de Abolição para a História do Abolicionismo.

Além disso, listamos também as sociedades abolicionistas apontadas por Duque-Estrada e os jornais por ele citado ao longo do livro.

OS PERSONAGENS DA ABOLIÇÃO

A. COHIN, o príncipe de Broglie, abolicionistas francês, pg. 52

ABEL TRINDADE, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

ADELAIDE TESSERO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

ADELINO FONTOURA, auxiliar do Gazeta da Tarde, pg. 94

ADOLFO HERBSTER JÚNIOR, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

ADRIANO PIMENTEL, participou do banquete oferecido pela Confederação Abolicionista em 1884, pg. 152, 156

AFONSO CELSO JR., abolicionista, eleito primeiro secretário, ao lado de Franklin Dória, em 1885, pg. 127, 129, 164, 168, 190

AFONSO DE CARVALHO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

AFONSO PENA, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 128, 138

ALBERTO BATISTA DE SIQUEIRA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93, 117

ALBERTO BELZAMAT, pg. 182

ALBERTO DE FARIA, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

ALBERTO NEPOMUCENO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

ALBERTO TORRES, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

ALBERTO VÍTOR G. DA FONSECA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 86

ALBUQUERQUE LINS, participou da reunião que criou a “Sociedade Libertadora e Organizadora do Trabalho”, em 1887, que se propôs a libertar seus escravos no prazo de três anos, sem indenização, pg. 173

ALENCAR ARARIPE,, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas pg. 62, 63, 65, 158

ALEXANDRE AUGUSTO DE FRIAS VILAR, alferes, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

ALFREDO CHAVES, compôs o Ministério Cotegeipe na pasta Marinha, pg. 143, 166, 182

ALMEIDA PEREIRA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

ALMIRO AFONSO, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”,pg. 97, 99

ALUÍSIO AZEVEDO, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição, pg. 122

ÁLVARO BOTELHO, eleito deputado em 1º de dezembro de 1884, pg. 124

ALVARO CAMINHA, pg. 118

AMALITA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

AMARO C., assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

AMÉRICO DE CAMPOS, pg. 53

ANDRADE FIGUEIRA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista, pg. 57, 60, 63, 66, 117, 119, 120, 138, 184

ANDRÉ REBOUÇAS, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 49, 86, 190

ANFILÓFIO FREIRE DE CARVALHO – Pres. de Alagoas, pg. 38

ANGELO AGOSTINI, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição, pg. 122

ÂNGELO AMARAL, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 63, 65

ANTÔNIO BENTO, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

ANTONIO BEZERRA, Primeiro secretário da “Sociedade Libertadora Cearense”,p. 97, 100

ANTÔNIO BORGES DE ATAÍDE JÚNIOR, alferes, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

ANTONIO CARLOS, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 128

ANTONIO DE SIQUEIRA, deputado em 1885, pg. 132, 133

ANTÔNIO GOMES AGUIAR, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

ANTÔNIO GONÇALVES DE LACERDA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

ANTÔNIO JOSÉ RIBEIRO BHERING, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

ANTONIO MACÊO, general, correspondente da confederação abolicionista em Cuba, pg. 92

ANTONIO MARTINS, Segundo secretário da “Sociedade Libertadora Cearense”, pg. 97, 100

ANTONIO PINTO, participou do banquete oferecido pela Confederação Abolicionista em 1884, pg. 91, 125,156, 159

ANTONIO PRADO, eleito deputado em 1º de dezembro de 1885, compôs o Ministério Cotegeipe na agricultura, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas; compôs o ministério 10 de março, presidido por João Alfredo, ocupando a pasta Estrangeiros, pg. 66, 124, 139, 143, 173, 183, 188

APOLÔNIA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

AQUINO FONSECA, pg. 92

ARARIPE JÚNIOR, diretor do Gazeta da Tarde durante uma viagem de Patrocínio, pg. 94

ARAÚJO GÓIS, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

ARAÚJO LIMA, min, guerra, 1870; votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas. pg. 56, 63, 65

AREIAS, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

ARISTIDES ESPÍNOLA, presente na leitura do manifesto abolicionista, pg. 91, 156

ARTUR NAPOLEÃO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

ATAÍDE JÚNIOR, da escola militar em 1886, pg. 153

ATALIBA CLAPP, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

AUGUSTO MARIA ABREU MELO, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

AUGUSTO OFF, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição, pg. 122

ÁVILA, participava de conferências populares promovida pela Confederação Abolicionista, em 1886, pg. 159

AZAMBUJA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

B. JAGUARI, min, justiça, 1870, pg. 56

BAHIA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

BALBINA MAIA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

BANDEIRA DE MELO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

BARÃO DA ANADIA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

BARÃO DA LAGUNA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

BARÃO DE ARAÇAGI, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

BARÃO DE ARARI, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174

BARÃO DE PIRACICABA, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174.

BARÃO DE PIRAPETINGA, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174.

BARÃO DE TATUÍ, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174.

BARÃO HOMEM DE MELO, participou da cerimônia pela memória de José Bonifácio, pg. 164

BARROS BARRETO, min, da agricultura pg. 57

BARROS COBRA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

BASÍLIO MACHADO, participou da cerimônia pela memória de José Bonifácio, pg. 164

BELFORT, pg. 80

BELIDO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

BENEDITO VALADARES, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 128, 129

BENJAMIN, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

BENTO BARBOSA, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição, pg. 122

BERNARDINO PAMPLONA, pg. 53

BERNARDO MONTEIRO, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

BEZERRA DE MENEZES, deputado em 1885, pg. 132

BITTENCOURT votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

BOM RETIRO, pg. 52

BRASIL SILVADO, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

BRUNO CHAVES, assinou o manifesto de criação da confederação abolicionista e foi correspondente da confederação, pg.86, 92

BUG MAGNER, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição, pg.122

BULHÕES JARDIM, presente na leitura do manifesto abolicionista, pg. 91

BUSCH VARELA, realizou uma conferência, promovida pelo Club Abolicionista Sete de Novembro. pg.100, 159

CAETANO SOARES, presidente do Instituto de advogados, pg. 51

CÂMARA LEAL, pg. 51

CAMILO BARRETO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

CAMILO FIGUEIREDO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

CAMPOS DA PAZ, participava de conferências populares promovida pela Confederação Abolicionista, em 1886, pg. 159

CAMPOS PORTO, auxiliar do Gazeta da Tarde, pg. 94

CAMPOS SALES, eleito deputado em 1º de dezembro de 1884, pg. 124

CÂNDIDO DA ROCHA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

CÂNDIDO DE OLIVEIRA, compôs o Ministério Dantas na pasta Guerra, pg. 114, 128, 133, 159

CÂNDIDO MURTA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

CANEDO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

CAPANEMA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

CARDOSO DE MENESES e SENHORA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83, 102

CARDOSO DE MENESES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, auxiliar do Gazeta da Tarde, pg. 65, 94

CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE OLIVEIRA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

CARLOS BOTELHO, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174

CARLOS LACERDA, foi preso, em 1885, em Campos acusado de açoitarem escravos, pg. 158, 167

CARLOS LEITE RIBEIRO, auxiliar do Gazeta da Tarde, pg. 94

CARLOS SAMPAIO, estava a frente dos estudantes da Escola Politécnica, juntamente com André Rebouças, pg. 107

CARLOS XAVIER DO AMARAL, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

CARMEM FERNANDES DE OLIVEIRA, artista que participou das festas da Confederação abolicionista, pg. 83

CARMO CINTRA, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174

CARNEIRO DA CUNHA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

CARNEIRO DA ROCHA, compôs o Ministério Dantas na pasta da Agricultura, pg. 114

CARNEIRO DE CAMPOS (V. DE CARAVELAS), min. Estrangeiros, pg. 59, 158

CARNEIRO DE CAMPOS, desembargador, concedeu recurso contra a prisão de Carlos Lacerda, pg. 158

CARVALHO DURÃO, promotor, atuou na acusação de Francisca de Castro pela tortura contra duas escravas, em 1886, pg. 159

CARVALHO MOREIRA (B. PENEDO), presidente do Instituto de advogados, pg. 51

CASADO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

CASTRO ALVES, pg. 43

CASTRO CARREIRA, votou a favor do novo projeto do Conselheiro Dantas, de 1886, que previa a extinção da escravidão no prazo de cinco anos, pg. 162

CIRO DE AZEVEDO, pg. 36, 153, 159, 164, 168

COELHO BASTOS, chefe de polícia, em 1887, pg. 167, 172

COELHO CINTRA, major, entregou um diploma de ouro a José Mariano em protesto a depuração do diploma de Mariano, eleito deputado por Pernambuco, pg. 159

COELHO LISBOA, participava de conferências populares promovida pela Confederação Abolicionista, em 1886, pg. 159

COELHO NETO, o moço escritor, segundo Duque-Estrada, respondia pela redação da Revista Ilustrada, em 1888, pg. 169, 190

COELHO RODRIGUES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

COLÁS, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

CONDE D'EU, segundo Duque-Estrada, o único da família real declaradamente abolicionista devido a sua ação no Paraguai, obrigando esse país a libertar os escravos, pg. 181

CONDE DE MONTALEMBERT, , abolicionistas francês, pg. 52

CONDESSA DE ITAMARATI, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

CORONEL MADUREIRA, foi demitido do cargo de comandante da Escola de Tiro de Campo Grande em 1884, pg. 165, 166

CORREIA DE OLIVEIRA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

COSTA JÚNIOR, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

COSTA PEREIRA, min. da agricultura, compôs o ministério 10 de março, presidido por João Alfredo, ocupando a pasta do Império, pg. 59, 161, 183

COSTA PINTO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

COTEGIPE, escravista, “(conservador); manteve-se no poder de 20 de agosto de 1885 até 7 de março de 1888. Fez aprovar em 28 de setembro de 1885 o projeto do gabinete anterior e reagiu violentamente contra o movimento abolicionista.” pg. 36, 38, 40, 52, 72, 76, 82, 88, 142, 143, 144, 148, 150, 165, 167, 168, 171, 174, 179, 182, 183, 184, 187, 191, 192, 194

CRUZ MACHADO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

CUNHA MADUREIRA, participou da reunião militar promovida por Deodoro em 1887, pg. 166

CUNHA MATOS, coronel, preso em 1886, pg. 165

CUSTÓDIO EVARISTO SIMPLÍCIO, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

DANTAS, “esteve no poder de 6 de junho de 1884 a 5 de maio de 1885. Declarou-se emancipador e não abolicionista, inscrevendo como pontos essenciais do seu programa: a liberdade imediata e incondicional dos sexagenários, o aumento do fundo de emancipação por meio de uma contribuição nacional, e a localização provincial da propriedade escrava.” pg. 52, 62, 76, 82, 113, 116, 118, 119, 120, 131, 134, 137, 141, 157, 159, 162, 168, 171, 174, 183, 184, 191, 198

DE LAMARE, compôs o Ministério Dantas na pasta Marinha, votou a favor do novo projeto do Conselheiro Dantas, de 1886, que previa a extinção da escravidão no prazo de cinco anos, pg. 114, 162

DELMARY, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

DELSOL, MANAREZZI, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

DEODORO, comandante das armas e vice-presidente do Rio Grande, em 1886, pg. 166

DIAS BRAGA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

DIAS DA CRUZ, participou do comitê que obteve cartas de liberdade, juntamente com Serpa Júnior, Júlio de Lemos e outros, pg. 107

DIOGO DE VASCONCELOS, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

DIOGO VELHO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

DIONÍSIO MARTINS, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

DOMINGOS BRAGA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

DOMINGOS FREIRE, segundo Duque-Estrada, era o ídolo da mocidade acadêmica em 1886, pg. 152

DOMINGOS GOMES DOS SANTOS (O RADICAL), assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 86

DOMINGUES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

Dr. ERMÍRIO, foi indicado para deputado liberal pelo 5º Distrito de Pernambuco mas desistiu da candidatura em favor de Joaquim Nabuco, pg. 157

DUARTE DE AZEVEDO, min. Marinha, min. justiça pg. 59

DUQUE DE BROGLIE, abolicionistas francês, pg. 52

DUQUE ESTRADA TEIXEIRA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas
escravista,escravista, pg. 60, 66

DURANT, cantora, pg. 81

E. DE PRESSENSÉ, abolicionistas francês, pg. 52

E. LABOULAYE, abolicionistas francês, pg. 52

ELIAS CHAVES, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e
organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no
prazo de três anos, pg. 174

ELPÍDIO DE MESQUITA, liberal, eleito deputado em 1887, pg. 80

EMÍLIA ADELAIDE ROSA VILLIOT, artista que participou das festas da confederação
abolicionista, pg. 83

EMÍLIA ISABEL DA ROCHA MASSON, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg.
93

EMÍLIA PESTANA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

EMILIANO ROSA DE SENA, capitão, assinou o manifesto de criação da Confederação
Abolicionista pg. 86

EMÍLIO ROUEDE, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição,
pg. 122

ENÉAS fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

ENNES DE SOUZA, estava a frente dos estudantes da Escola Politécnica, juntamente com
André Rebouças, 95, 107, 159

ERNESTO CORREIA, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

ERNESTO SENA, participou do comitê que obteve cartas de liberdade, juntamente com
Serpa Júnior, Júlio de Lemos e outros, pg. 107

ESTEVES JÚNIOR, candidato do Partido Republicano juntamente com Quintino Bocaiúva,
pg. 152

EUG. YOUNG, abolicionistas francês, pg. 52

EUGÊNIO BITTENCOURT, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista
pg. 86

EUGÊNIO DE MAGALHÃES, artista que participou das festas da confederação
abolicionista, pg. 83

EUGÊNIO EGAS, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

EVANGELISTA LOBATO votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

EVARISTO RODRIGUES DA COSTA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86, 107

F. A. BRANDÃO, pg. 51

F. SODRÉ, compôs o Ministério Dantas na pasta da Justiça, pg. 114

FANNY, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

FAUSTO AGUIAR, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

FELÍCIO DOS SANTOS, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 128

FERREIRA DA SILVA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

FERREIRA DA VEIGA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

FERREIRA DE AGUIAR, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

FERREIRA DE ARAÚJO, jornalista, processado por Moreira de Barros, mas absolvido, pg. 80, 124

FERREIRA DE MENEZES, pg. 80

FERREIRA LAGE, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

FERREIRA VIANA, escravista, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista; compôs o ministério 10 de março, presidido por João Alfredo, ocupando a pasta da Justiça, pg. 60, 63, 66, 118, 150, 183, 190

FIEL DE CARVALHO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

FLORIANO DE GODÓI, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

FRANCISCA DE CASTRO, acusada de torturar duas escravas no Rio de Janeiro, em 1886, pg. 158

FRANCISCO AUGUSTO DE LIMA E SILVA, conselheiro, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

FRANCISCO BELISÁRIO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas e compôs o Ministério Cotegepe na pasta Fazenda, pg. 66, 143

FRANCISCO JOAQUIM BRAGA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

FRANCISCO NASCIMENTO, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”, pg. 97

FRANCISCO OTAVIANO, votou a favor do novo projeto do Conselheiro Dantas, de 1886, que previa a extinção da escravidão no prazo de cinco anos, pg. 162

FRANCISCO OTÁVIO PEREIRA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

FRANCISCO PEREIRA RAMOS, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

FRANCO DE SÁ, compôs o Ministério Dantas na pasta do Império, pg. 114, 162

FRANKLIN DÓRIA, abolicionista, eleito primeiro secretário, ao lado de Afonso Celso Jr. em 1885, pg. 127

FRAZÃO GOMES DE CARVALHO, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

FREDERIC DAUGLARS, senador, correspondente da confederação abolicionista nos Estados Unidos, pg. 92

FREDERICO BORGES, participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”, pg. 94, 97, 100

FREDERICO DO NASCIMENTO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

FREITAS COUTINHO, pg. 53

GALEÃO CARVALHAL, pg. 90

GALVÃO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

GALVÃO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

GAMA CERQUEIRA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

GASPAR DA SILVA, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

GASTÃO BOUSQUET, pg. 90

GETÚLIO DAS NEVES, estava a frente dos estudantes da Escola Politécnica, juntamente com André Rebouças, pg. 107

GOMES DA SILVA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

GOMES DE CASTRO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

GONÇALVES DA SILVA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

GONÇALVES FERREIRA, deputado em 1885, pg. 132

GUAÍ, eleito deputado em 1º de dezembro de 1885, pg. 124

GUIMARÃES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

GUIZOT, abolicionistas francês, pg. 52

GUSTAVO GALVÃO, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

H. LAS CASAS, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

HEITOR VARELA, jornalista argentino, participou do comício realizado no teatro Politeama em 1886, pg. 151

HELENA CAVALIER, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

HENRI MARTIN, abolicionistas francês, pg. 52

HENRI MASSART, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

HENRIQUE D'ÁVILA, votou a favor do novo projeto do Conselheiro Dantas, de 1886, que previa a extinção da escravidão no prazo de cinco anos, pg. 162

HENRIQUE GERMACK POSSOLO, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

HENRIQUES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

HERÁCLITO GRAÇA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

HORÁCIO FLUMINENSE, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

HUGO LEAL, auxiliar do Gazeta da Tarde, pg. 94

IMPERADOR, 52, 60, 64, 99, 100, 102, 104, 113, 118, 119, 125, 148, 149, 57, 161,162, 165, 173, 180, 183

INÁCIO MARTINS, senador, defendeu Francisca de Castro na acusação de tortura contra duas escravas, em 1886, pg. 159

INÁCIO MONTEIRO DE BARROS, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174

INÁCIO VON DOELINGER, pg. 99

INHOMIRIN, (SALLES TORRES HOMEM), min, fazenda, 1870, pg. 56, 67, 77

ISAAC AMARAL, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”,pg. 97

ISIDORO BEVILÁQUA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

ISMÊNIA DOS SANTOS, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

ITAÚNA, min. Agricultura, após a saída de Teodoro Machado, pg. 59

J. F. JUNQUEIRA NABUCO, alferes, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JÁCOME N. DE VICENZI & FILHO, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

JAGUARIBE, min. Guerra, presente na leitura do manifesto abolicionista pg. 59, 91

JAIME BENÉVOLO, da escola militar em 1886, pg. 153

JANSEN DO PAÇO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista, pg. 66

JARBAS F. DAS CHAGAS, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JATAÍ, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”,pg. 97

JERÔNIMO PENIDO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

JERÔNIMO SIMÕES, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JERÔNIMO SODRÉ, próximo a Nabuco, pg. 80

JOÃO ALFREDO, min. Império, 1870, “(conservador); de 10 de março de 1888 a 6 de junho de 1889. Pretendia apresentar programa temporizador, mantendo ainda a escravidão por cinco anos, com mais três de fixação ao solo, mediante salário por baixo preço. Arrastado, porém, pelos acontecimentos, foi constrangido a decretar a abolição imediata.” pg. 56, 59, 76, 82, 124, 133, 138, 144, 147, 150, 161, 174, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 196, 197

JOÃO AUGUSTO DE PINHO, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86, 99

JOÃO BENTO ALVES, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JOÃO CLAPP, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 83, pg. 86, 133, 151, 160, 167

JOÃO CORDEIRO, presidente da “Sociedade Libertadora Cearense” pg. 94, 97, 100

JOÃO EVANGELISTA DE ANDRADE, acusado de açoitar escravos, em 1888, pg. 181

JOÃO FERREIRA SERPA JÚNIOR, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, auxiliar do Gazeta da Tarde, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 82, 83, 85, 94, 86, 99, 107

JOÃO LOURENÇO SEIXAS, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

JOÃO MARQUES, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

JOÃO MENDES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas pg. 63, 65

JOÃO PAULO G. DE MATOS, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JOÃO PEDRO MACHADO assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JOÃO PENIDO, segundo Duque-Estrada, “escravocrata que se declarou republicano, em consequência da Abolição”, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 117, 128

JOÃO SAMPAIO, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”, pg. 97

JOÃO TOBIAS, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174

JOAQUIM DE MENDONÇA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

JOAQUIM DELFINO, min. Marinha, após a saída de Duarte de Azevedo para a pasta da justiça, compôs o Ministério Cotegepe na mesma pasta pg. 59, 143

JOAQUIM GOMES BRAGA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JOAQUIM JOSÉ DE SIQUEIRA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

JOAQUIM MAIA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

JOAQUIM MENDES DE OLIVEIRA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

JOAQUIM NABUCO, PG. 51, 54, 59, 70, 77-80, 84, 92, 94, 124, 138, 150, 151, 155 157, 159, 161, 163, 171, 184, 186, 189, 190

JOAQUIM PEDRO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

JOAQUIM PINHEIRO SAMPAIO, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

JOAQUIM SERRA, pg. 80, 190

JOSÉ BONIFÁCIO, pg. 35, 36, 56, 80, 81, 144, 158, 162, 164, 163

JOSÉ CALMON, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

JOSÉ DE A. SILVA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JOSÉ DE ALENCAR, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista, pg. 52, 60, 64, 66

JOSÉ DE MACEDO PEREIRA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

JOSÉ DO AMARAL, vice-presidente da “Sociedade libertadora Cearense”, pg. 94, 97, 100

JOSÉ DO PATROCÍNIO, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 36, 49, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 92, 97, 102, 103, 124, 131, 134, 148, 151, 152, 158, 159, 161, 163, 168, 169, 189

JOSÉ INÁCIO SILVEIRA DA MOTA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93, 159

JOSÉ MARIANO, próximo a Nabuco, presente na leitura do manifesto abolicionista, eleito deputado juntamente com Nabuco 1884, pg. 80, 91, 94, 124, 133, 151, 156, 159

JOSÉ MARROCOS, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”, pg. 97, 100

JOSÉ NORBERTO, desembargador, concedeu recurso contra a prisão de Carlos Lacerda, pg. 158

JOSÉ ONOFRE M. RIBEIRO, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

JOSÉ PEREIRA GUIMARÃES, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

JOSÉ POMPEU, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 128

JOSÉ SIMEÃO, participou da reunião militar promovida por Deodoro em 1887, pg. 166

JOSÉ TEODORICO, assinou o comunicado da libertação do Ceará, juntamente com a diretoria da Sociedade libertadora Cearense, pg. 100

JÚLIO DE CASTILHOS, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

JÚLIO DE LEMOS, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, e foi auxiliar do Gazeta da tarde, pg. 86, 94, 10, 107, 159

JUNQUEIRA, min, guerra após a saída de Jaguaribe, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas; compôs o Ministério Cotegepe na pasta Guerra, pg. 59, 65, 143

JUSTINIANO DE SERPA, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”,pg. 94, 97, 100

JUSTINO JOSÉ DE MACEDO COIMBRA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

LACERDA WERNECK, escravista, pg. 62, 162

LADÁRIO, próximo a Nabuco, pg. 80

LAFAIETE, “(liberal); governou de 24 de maio de 1883 a 4 de junho de 1884. Aceitou a proibição do tráfico entre as províncias e propôs para o imposto de transmissão a irrisória taxa de 500 réis por cabeça.” pg. 75-6, 119

LAURO MULLER, da escola militar em 1886, pg. 153

LAURO SODRÉ, da escola militar em 1886, pg. 153

LEAL DE MENESES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

LEITE LOBO, oficial da marinha, preso por engano em 1888, suscitou inúmeros conflitos entre policiais e marinheiros, pg. 182

LEONARDO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

LEÔNICIO DE CARVALHO, participou da reunião que criou a “Sociedade Libertadora e Organizadora do Trabalho”, em 1887, que se propôs a libertar seus escravos no prazo de três anos, sem indenização, pg. 173

LEONEL DE ALENCAR, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

LEONEL NOGUEIRA JAGUARIBE, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

LEOPOLDO BULHÕES, participou do banquete oferecido pela Confederação Abolicionista em 1884, pg. 156

LEOPOLDO MIGUEZ, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

LIMA E SILVA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

LINS DE VASCONCELOS, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “Sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174

LISBOA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

LORDE PALMERSTRON (ministro inglês) pg. 37

LOURENÇO DE ALBUQUERQUE, “escravocrata vermelho”, eleito primeiro vice-presidente da Câmara em 1885 e contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 127, 128, 162

LUÍS CARLOS, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

LUÍS CREMONA, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

LUÍS DE ANDRADE, diretor da Gazeta da Tarde, pg. 94, 107

LUÍS GAMA, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 53, 79, 82

LUÍS MURAT, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

LUÍS PIRES, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 86

LUÍS RODRIGUES DA SILVA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 86

LUÍS VALENTIM DA COSTA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 86

LUÍSA REGADAS (O ROUXINOL DO ABOLICIONISMO), artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

M. F. CORREIA, min. Estrangeiros, pg. 59

MAC DOWEL, deputado em 1885, pg. 132

MACEDO SOARES, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

MAMORÉ, compôs o Ministério Cotegepe na pasta Império, pg. 143

MANOEL RODRIGUES FORTES, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

MANUEL CLEMENTINO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

MANUEL DE CARVALHO, acusado de açoitador escravos, em 1888, pg. 181

MANUEL JOAQUIM PEREIRA, tenente, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 85, 92, 86

MANUEL PORTELA, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82, 124

MARCOLINO MOURA, próximo a Nabuco, pg. 80

MARIA AMÁLIA GUIMARÃES TORRES, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

MARIANA BENEDITA RIBEIRO GOMES, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

MARIANO DA SILVA, liberal, eleito deputado em 1887, pg. 80

MARQUÊS DE ITU, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174.

MARQUÊS DE OLINDA, ministro, pg. 51

MARQUÊS DE TRÊS RIOS, participou da reunião que criou a “Sociedade Libertadora e Organizadora do Trabalho”, em 1887, que se propôs a libertar os escravos dos sócios no prazo de três anos, sem indenização, pg. 173

MARTIM FRANCISCO, ministro, pg. 52, 119, 127

MARTINHO CAMPOS, “(liberal); governou apenas cinco meses, de 21 de janeiro de 1881 a 3 de julho do mesmo ano. Fez profissão de fé escravocrata e declarou que resistia a todo transe ao movimento abolicionista.” pg. 75, 82

MARTINHO PRADO FILHO, fazendeiro, participou do Conselho diretor da “Sociedade Libertadora e organizadora do trabalho”, criada em 1887 que previa a libertação dos escravos dos sócios no prazo de três anos, pg. 174

MASCARENHAS, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 128

MATA MACHADO, compôs o Ministério Dantas na pasta Estrangeiros, pg. 114

MATOS, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

MEDEIROS MALLET, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

MELO MATOS, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

MELO MORAIS, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

MELO REGO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

MENESES PRADO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

MERCEDES DE OLIVEIRA, pg. 95

MIGUEL A. DIAS, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

MIGUEL LEMOS, líder dos positivistas, pg. 152

MONTEIRO DE AZEVEDO, juiz, não reconheceu como crime o açoitamento de escravos em 1888, pg. 181

MONTEIRO DE CASTRO, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

MONTEZUMA (JEQUITINHONHA), morto em 1870, presidente do Instituto de advogados, pg. 51

MOREIRA DA ROCHA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

MOREIRA DE BARROS, escravocrata que processou o jornalista Ferreira de Araújo e eleito presidente da Câmara, em 1885, pg. 124, 127

MORENO, correspondente da confederação abolicionista na Espanha, pg. 92

NABUCO DE ARAÚJO, presidente do Instituto dos Advogados, pg.14, 34, 51, 66, 67, 71

NADDINA BULICIOFF, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83, 162

NÉBIAS, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

NENÊ ROSA DE SENA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

NICOLAU MOREIRA, pg. 82, 83,159

NOGUEIRA JAGUARIBE, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82

NUNES MACHADO, pg. 33

OLEGÁRIO, desembargador, concedeu recurso contra a prisão de Carlos Lacerda, pg. 158

OLÍMPIA DA CONCEIÇÃO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

OS BAIXOS CASTELMARY, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

LOUDIN, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

OUVÍDIO FERNANDO TRIGO DE LOUREIRO, desembargador, pg. 88, 158

P. TOLEDO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

PÁDUA FLEURI, apresentou as propostas de mudança no projeto Dantas, sendo uma delas a idade mínima para a libertação dos escravos, que passava de 60 para 65 anos, pg. 138

PARANAGUÁ, “(liberal); esteve no poder de 3 de julho de 1881 a 24 de maio de 1883.” pg. 75, 119

PARANHOS, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas pg. 57, 65

PAULA NEI, pg. 80

PAULINO DE SOUSA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista, pg. 52, 60, 66, 117, 138, 187, 191

PAULO DE FRONTIN, estava a frente dos estudantes da Escola Politécnica, juntamente com André Rebouças, pg. 107

PEDERNEIRAS votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

PEDRO BELTRÃO, próximo a Nabuco, pg. 80

PEDRO BORGES, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”,pg. 97

PEDRO II, pg. 81, 91, 102, 125, 150

PEIXOTO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

PELOTAS, votou a favor do novo projeto do Conselheiro Dantas, de 1886, que previa a extinção da escravidão no prazo de cinco anos, pg. 162

PEPA RUIZ, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

PERDIGÃO MALHEIROS, presidente do Instituto de advogados, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas pg. 51, pg. 60, 63, 66

PEREIRA DA COSTA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

PEREIRA DA SILVA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66, 159

PEREIRA DE CAMPOS, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

PEREIRA FRANCO, marinha, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas 1870, pg. 56, 63, 65

PEREIRA NETO, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição, pg. 122

PESTANA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

PIMENTA BUENO – Ministro, Marques de São Vicente, pg. 49, 51

PINHEIRO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

PINTO BRAGA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

PINTO DE CAMPOS, pg. 63

PINTO LIMA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

PINTO MOREIRA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

PINTO PESSOA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

PINTO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

POLERO, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

POMPEU, presente na leitura do manifesto abolicionista, pg. 91

PORTELA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

PRINCESA ISABEL, pg. 60, 64, 168, 172, 174, 175, 180, 181, 182, 183, 186, 197, 198

PROCÓPIO LÚCIO R. RUSSEL, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86, 107

PRUDENTE DE MORAIS, eleito deputado em 1º de dezembro de 1884, pg. 124

QUINTINO BOCAIÚVA, defendeu Ferreira de Araújo no processo movido por Moreira de Barros, pg. 124, 151, 152, 168, 190

RAFAEL BARROS, participou da reunião que criou a “Sociedade Libertadora e Organizadora do Trabalho”, em 1887, que se propôs a libertar seus escravos no prazo de três anos, sem indenização, pg. 173

RAMALHO ORTIGÃO, pg. 82

RANGEL, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

RAPOSO DA CÂMARA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

RAUL POMPÉIA, fundador do Centro Abolicionista de São Paulo, pg. 82, 122

RIO BRANCO, pg. 52, 59

ROCHA LEÃO, pg. 182

RODOLFO DANTAS, filho do Conselheiro Dantas, apresentou o projeto Dantas que previa a emancipação dos escravos por idade, pg. 114, 117, 156

RODOLFO TEÓFILO, Participou do Conselho da “Sociedade Libertadora Cearense”, pg. 97

RODRIGO SILVA, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, escravista, e compôs o Ministério Cotegipe na pasta da Agricultura após a saída de Antonio Prado; compôs o ministério 10 de março, presidido por João Alfredo, ocupando a pasta da Agricultura, pg. 57, 60, 66, 143, 168, 174, 183

RODRIGUES P. CINTRA, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista pg. 86

ROSINA BELLEGRANDI, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

ROSSI, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

RUI BARBOSA, prefaciador do livro, pg. 32, 35, 36, 44, 53, 54, 55, 77, 78, 79, 116, 117, 120, 134, 144, 146, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 1871, 192

S. VICENTE, pg. 52

SAIÃO LOBATO, pg. 59, 60

SALDANHA MARINHO, presidente do Instituto de advogados, pg. 51, 80

SALES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

SANCHO PIMENTEL, próximo a Nabuco, pg. 80

SAPUCAÍ, pg. 52

SARAIVA, “sucessor do ministério Sinimbu; subiu ao poder em 28 de março de 1880 e demitiu-se em 21 de janeiro de 1881”, pg. 75, 182

SÁTIRO DIAS, Presidente da Província do Ceará na ocasião da Libertação da sua libertação, pg. 102, 125, 156

SEIXAS MAGALHÃES, pg. 90

SEPÚLVEDA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

SERZEDELO CORREIA, capitão da Escola Militar, pg. 153, 191

SEVERINO RIBEIRO, presente na leitura do manifesto abolicionista, pg. 91, 117

SÍLIO BOCCANERA JÚNIOR, pg. 81

SILVA GUIMARÃES, pg. 50

SILVA NETO, pg. 51

SILVA NUNES, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista, pg. 66

SILVEIRA DA MOTA, presente na leitura do manifesto abolicionista, pg. 50,52,71, 91, 100, 156, 162

SILVEIRA MARTINS, deputado em 1885, pg. 131, 162, 167

SIMÕES LOPES, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 66

SINIMBU JÚNIOR, deputado em 1885, contrário a resolver o problema do elemento servil sem indenização, pg. 128

SIQUEIRA MENDES, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

SIZENANDO NABUCO, defendeu Ferreira de Araújo no processo movido por Moreira de Barros, pg. 124

SOARES BRANDÃO, pg. 132

SOBRAL PINTO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

SOUSA BASTOS, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

SOUSA CARVALHO, segundo Duque-Estrada, “representante do escravagismo vermelho”, pg. 121

SOUSA FRANCO, pg. 52

SOUZA REIS, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista, pg. 66

SUZANNE CASTERA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

TAQUES, votou não a proposta da libertação dos filhos das escravas escravista, pg. 66

TAVARES BASTOS, pg. 51

TEIXEIRA DA ROCHA, fez parte do grupo de principais desenhistas e caricaturistas da Abolição, pg. 122

TEIXEIRA DE FREITAS, pg. 50

TEIXEIRA JÚNIOR, min, agricultura, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas 1870, pg. 56, 57, 60,63, 65

TEIXEIRA MENDES, líder dos positivistas, pg. 153

TEODORO DA SILVA, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

TEODORO MACHADO, Min. Agricultura, pg. 59, 60

TEODURETO SOUTO, Presidente da Província do Amazonas, na ocasião da sua libertação, pg. 109, 156

TITO DE MATOS, desembargador, concedeu recurso contra a prisão de Carlos Lacerda, pg. 158

TOBIAS MONTEIRO, pg. 49

TOMÁS COELHO, Compôs o ministério 10 de março, presidido por João Alfredo, ocupando a pasta da Guerra, pg. 183

UBALDINO DO AMARAL, participava de conferências populares promovida pela Confederação Abolicionista, em 1886, pg. 159

ULISSES VIANA, deputado em 1885, pg. 130

URBANO CÂNDIDO DE VASCONCELOS, assinou o manifesto de criação da Confederação Abolicionista, pg. 86

URBANO, presidente do Instituto de advogados, pg. 51

VALLE, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

VASQUES GUILHERME DE AGUIAR, artista que participou das festas da Confederação Abolicionista, pg. 83

VICENTE DE SOUSA, pg. 82

VICENTE FIGUEIREDO, votou sim a proposta da libertação dos filhos das escravas, pg. 65

VICENTE MAMEDE, pg. 53

VICTOR SCHOELCHER, correspondente da confederação abolicionista na Martinica, pg. 58, 103

VIEIRA DA SILVA, Compôs o ministério 10 de março, presidido por João Alfredo, ocupando a pasta da Marinha, pg. 183

VISCONDE DE JAGUARI, pg. 51

VISCONDE DE PELOTAS, defendeu os brios militares no senado em 1886, pg. 165, 167

VISCONDE DO RIO BRANCO, pg. 49

VITORINO MARTINS PEREIRA DE AZEVEDO, assinou cartas de liberdade à Confederação, pg. 93

WALLON, abolicionistas francêss, pg. 52

WILLIAM VAN VLECK LIDGERWOOD, libertou escravos, pg. 81

XISTO BAHIA, artista que participou das festas da confederação abolicionista, pg. 83

ZACARIAS DE GÓIS, pg. 49

ZAMA, participou do banquete oferecido pela Confederação Abolicionista em 1884, pg. 156

SOCIEDADES ABOLICIONISTAS

ABOLICIONISTA CEARENSE,
ABOLICIONISTA ESPÍRITO-SANTENSE,
CAIXA EMANCIPADORA JOAQUIM NABUCO,
CAIXA LIBERTADORA JOSÉ DO PATROCÍNIO,
CENTRO ABOLICIONISTA FERREIRA DE MENESES,
CENTRO ABOLICIONISTA JOAQUIM NABUCO,
CLUBE ABOLICIONISTA DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO,
CLUBE ABOLICIONISTA GUTEMBERG,
CLUBE DOS LIBERTOS DE NITERÓI,
CLUBE TIRADENTES,
EMANCIPADORA VICENTE DE SOUSA
GAZETA DA TARDE,
LIBERTADORA DA ESCOLA DE MEDICINA,
LIBERTADORA PERNAMBUCANA,
SOCIEDADE ABOLICIONISTA RADICAL.
SOCIEDADE BRASILEIRA CONTRA A ESCRAVIDÃO LIBERTADORA DA ESCOLA
MILITAR,
SOCIEDADE LIBERTADORA SUL-RIO-GRANDENSE,

Barroso, *da Trajano e da*

Parnaíba. *As sociedades dos Tenentes do Diabo, Fenianos e Democráticos*

JORNAIS CITADOS POR DUQUE-ESTRADA

CIDADE DO RIO, pg. 170

GAZETA DA TARDE, pg. 80, 100

GAZETA DE NOTÍCIAS, pg. 80

O IPIRANGA, pg. 55

O LIBERTADOR, órgão de propaganda abolicionista pg. 98

O PAÍS, pg. 134

O RADICAL PAULISTANO, pg. 53, 54

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

OBRAS DE DUQUE-ESTRADA

DUQUE-ESTRADA, Osório. “*Trovas. Contribuição ao estudo do Folclore do Brasil*”. In: Almanaque Garnier, Rio de Janeiro, 1912

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição, um esboço histórico, Brasília*, Ed. Senado Federal, 2005

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Alvéolos*, Rio de Janeiro, Tipografia da Escola de Serafim José Alves, 1887

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Crítica e polemica, 1924*

DUQUE-ESTRADA, Osório. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918,

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Noções de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 6ª edição, 1927

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Trovas populares. (Conferência Literária)*, Petrópolis, 1907

PERIÓDICOS

Jornais

Correio da Manhã, 1913 - 1914

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, abril-maio de 1888

O País, Rio de Janeiro, 1893

A época. Rio de Janeiro, 1918.

A noite. Rio de Janeiro, 1918.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1918.

O Imparcial. Rio de Janeiro, 1918.

Revistas

Mundo literário, Rio de Janeiro, 1922-1926

Revista da ABL, vol 29, n°87 pp.299-301.

Revista da ABL, Vol.31, n° 95, pp. 288-300

Revista da ABL, vol. 76, 1928,

Revista da ABL, vol. 7, n°13, pg. 205-6.
Revista da ABL, vol. 23, n 63, pg. 342-3

RIHGB, 1, 1839
RIHGB, 6, 1845
RIHGB, 51, 1888
RIHGB, 51, 2° parte, 1888
RIHGB, suplemento, 1888
RIHGB, 53, parte 2, 1890
RIHGB, 57, 1894
RIHGB, 63, 1900
RIHGB, 63, 1900
RIHGB, 92, 1889
RIHGB, 134, 1916
RIHGB, 159(4000), jul/set. 1998

Fontes Manuscritas – Biblioteca Nacional

Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, s/l, s/d. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 58.

Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, s/l, s/d. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 56

Carta de Osório Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1915, Biblioteca Nacional – I – 1, 2, 49

Carta de Osório Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1909, Biblioteca Nacional.- I – 1, 02, 048

Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1915, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 51

Carta de Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1916, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I - 1, 2, 52

Carta de Osório Duque-Estrada a Coelho Neto, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1915, Biblioteca Nacional, I – 1, 2, 50

Fontes Manuscritas – Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Afonso Celso, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1915, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Afonso Celso, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1915, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Francisco Alves, Rio de Janeiro, 02 de março de 1912, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Francisco Alves, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1913, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1919, Arquivo Duque-Estrada / ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1924. Arquivo Duque-Estrada /ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1919, Arquivo Duque-Estrada / ABL/ RJ

Carta de Duque-Estrada a Paulo Azevedo. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1921. Arquivo Duque-Estrada /ABL /RJ.

Carta de Osório Duque-Estrada a Paulo Azevedo. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1924, Arquivo Duque-Estrada/ ABL/ RJ

Demais fontes

Arquivo Nacional, Série Educação – Ensino Secundário. Processos, Relatórios e Ofícios do Diretor, 1906-1907

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Martha. “Cultura Popular. Um conceito e várias histórias.”in: ABREU, M.; SOIHET, R. (org.) *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003

ABREU, Martha. “O pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890” In: PAMPLONA, Marco A. (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro, Acess, 2001

ABREU, Martha. “Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de História”.in: In: SOIHET, Rachel.; BICALHO, M^a Fernanda; GOUVEA, M^a Fátima (orgs.) *Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História*, Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

ABREU, Martha. “Outras histórias de Pai João: conflito racial, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950”. In: *Afro-Ásia*, Salvador, BA, vol. 31, p.235-276, 2004

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo, EDUSP

BESSONE, Tânia. Palácios de destinos cruzados. *Bibliotecas e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*, Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1999

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um Herói Republicano: os funerais cívicos de Joaquim Nabuco na capital da República*. Niterói, 2005, Copião Dissertação.

BONAVIDES, Paulo. VIEIRA, R. A. A. *Textos políticos da História do Brasil (Independência – Império – I)*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFCE, s/d, pp. 556-562

BRAGANÇA, Aníbal. “Lendo a História editorial de Os Sertões de Euclides da Cunha: As edições Lammert”. In: *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 15, 1997, pp.155-179

BRAGANÇA, Aníbal. *Uma introdução à História editorial Brasileira*. Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa

BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas*. Vida Literária do Realismo ao Pré-modernismo. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 1991

CALLARI, Claudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n^o40,p59-83

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. *Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T A Queiroz Editora, 2000, 8^o ed

CARDOSO, Ciro Flamarion. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: _____ *Escravidão e Abolição no Brasil – Novas Perspectivas*. RJ, Jorge Zahar, 1988, pp , 74-110

CARNEIRO, Edison. “Introdução”. In: MALHEIROS, Perdigão. *Escravidão no Brasil. Ensaio Jurídico-Social*.1976,

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das letras, 1990,

CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus. 1997, pp. 45-59

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A M (orgs). *A História contada. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

CHALHOUB, Sidney. “Os mitos da Abolição”.in: *Trabalhadores*, Publicação do Fundo de Assistência à Cultura

CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”. *Revista Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), vol. 8, n. 16 (1995)

CHARTIER, Roger. “Da História da Cultura impressa à História Cultural do impresso” in: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, Vl. 28, jan/jun de 2005, pg. 81-102

CHARTIER, Roger. “Textos, Impressos, Leituras” in: *A História cultural. Entre práticas e representações*, Difel, 2002

DARNTON, Robert. “História da Leitura”. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, pp. 199-236

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo. Cia das Letras, 1990

DUQUE-ESTRADA, Fernando Campos. *Hino nacional Brasileiro*. Barbacena: Centro gráfico e Ed. LTDA, 2002

DUTRA, Eliana. Rebeldes Literários da República. *História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte, Humanitas-UFMG, 2005

EL FAR, Alessandra. “Livreiros do Oitocentos”. In: *Páginas de Sensação*. Companhia das Letras, 2005

EL FAR, Alessandra. *A Encenação da imortalidade (1897-1924)*, Rio de Janeiro, FGV, 2000

FALCON, Francisco. “A identidade do historiador” *Revista Estudos Históricos*, vl 9, nº17, 1996

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2002,

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: os Compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1898-1920)*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2002

GOMES, Ângela de Castro. “A ‘Cultura Histórica’ do Estado Novo”. In: *Projeto História*, n° 16, Fevereiro/98, pp. 121-141

GOMES, Ângela de Castro. “Gilberto Freire: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa Grande e Senzala”. In: *Revista Remate de Males*. IEL/UNICAMP, n° 20, 2000 pp 47- 56

GOMES, Ângela de Castro. “História, Historiografia e cultura política no Brasil. Algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel.; BICALHO, M^a Fernanda; GOUVEA, M^a Fátima (orgs.) *Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História*, Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999,

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores. A Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996, pg. 22.

GOMES, Flávio. *Negros e Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

GONÇALVES, João Felipe. “ ‘As imponentes festas do Sol’. O Jubileu Cívico-literário de Rui Barbosa”. In: LUSTOSA Isabel. *Estudos Históricos sobre Rui Barbosa*. Casa de Rui Barbosa, 2000

GONTIJO, Rebeca. “História, cultura, política e sociabilidade intelectual” In: SOIHET, Rachel.; BICALHO, M^a Fernanda; GOUVEA, M^a Fátima (orgs.) *Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História*, Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia. “Francisco Adolpho Varnhagen. História Geral do Brasil”. In: MOTTA. Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 2. São Paulo: SENAC, 2001, pg. 83

GUIMARAES, M. S. L. “História e Natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação.” . In: *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, Vol. VII (2), 389-410, jul – out.2000

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional”. *Revista Estudos Históricos*, n°1, 1988

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1985

HANSEN, Patrícia Santos. Feições e Fisionomia. *A História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Access, 2000

HANSEN, Patrícia. “Uma visão escolar do negro uma década após a abolição. A escravidão na História do Brasil” in: PAMPLONA, Marco Antonio. *Escravidão, Exclusão e cidadania.*, 2001

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000

LE GOFF, Jacques. “Documento, monumento”. In: _____ *História e memória*. SP, Ed. Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: _____ *História e memória*. Campinas, SP. Ed. Unicamp, 1996, pp. 423-483

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”.in: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. (orgs) *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: FGV, 2002

MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção a História social da escravidão”. in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.8 n° 16, pp.143-160, mar. 88/ago. 88

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro. ED. UFRJ – EDUSP, 1994

MAGALHÃES JR. Raimundo. “A campanha do Hino Nacional”. In: *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1974, pp 300-309,

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Repensando política e cultura no início da República”. In: SOIHET, Rachel.; BICALHO, M^a Fernanda; GOUVEA, M^a Fátima (orgs.) *Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História*, Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “O direito de ser africano livre” in: LARA, Silvia H; MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs.) *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas, ED. Unicamp, 2003.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição. Escravos e senhores no parlamento da Justiça*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2001

MARTIUS, Von, “Como se deve escrever a história do Brasil” RIHGB, vol 6, jan 1845

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisa e Depoimentos para a História*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913

MORAES, Renata Figueiredo. *Abolição: um esboço para a História da Abolição no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFF/ICFH, 200

MORAES, Renata. “O brado retumbante”, *Nossa História*, Ano 3, n° 36, pp. 55-59

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília, Editora do Senado Federal, 2005,

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A construção da História da Nação”. In: _____ *A questão Nacional na Primeira República*. Brasiliense, 1989, pp. 127-143

PEREIRA, Leonardo A. M. “Literatura em movimento. Coelho Neto e o público das ruas”. In: CHALHOUB, S.; PEREIRA, L.; NEVES, M. S. *História em cousas miúdas. Capítulos de História Social da Crônica*. Campinas, SP, ED. Unicamp, pp 199-235

PIMENTEL, Thais. SILVA, Regina Helena Alves. ARNAUT, Luiz (orgs). *Maior de 1888 – Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888*. Coleção Afrânio Peixoto, Academia Brasileira de Letras, p. 143

POCH, Susana. “Himnos Nacionales de América: Poesia, Estado y poder en el siglo XIX”. In: ACHUGAR, Hugo. *La Fundación por la palabra. Letra y Nación en América Latina en el Siglo XIX*. Uruguay, 1998

POLLACK, Michel. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p.200-212

RIO, João do. *O momento Literário*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. “A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias” in: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. M. (org.) *História Contada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996

SANTOS, Cláudia Andrade. “Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?” in: REIS F, Daniel Aarão (org.) *Intelectuais, História e Política*. RJ, 7 letras, 2000

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “De volta ao passado com as lentes focadas no presente.” In: SIMAN, Lana M. C; FONSECA, Thais N. L. (orgs.) *Inaugurando a História e construindo a Nação. Discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte, MG, Autentica, 2001, pp. 7-16

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999

SILVA, Eduardo. “Integração, Globalização e festa. A abolição da Escravatura como História Cultural.” In: PAMPLONA, Marco A. (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro, Acess, 2001

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon, e a Abolição da Escravatura. Uma investigação de História cultural*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Civilização brasileira

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, Pg. 17

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2002

VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu. Capítulos de História colonial”. In: MOTTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 2. São Paulo: SENAC, 2001

VELOSO, Monica Pimentel. “Os cafés como espaço da moderna sociabilidade”, in: LOPES, Antonio Herculano (org) *Entre Europa e África: a invasão carioca*. Rio de Janeiro, Fund. Casa de Rui Barbosa, Topbooks 2000

WEHLING, Arno (coord) *Origens do IHGB. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no segundo reinado*. RJ, 1989